Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia

Joselaine Mendes Tojo

O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma instituição
museal na esfera pública

São Paulo
2021

Joselaine Mendes Tojo

**O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma
instituição museal na esfera pública**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Interunidades em
Museologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Museologia

Área de concentração: Museologia

Orientador: Professor Doutor Paulo César
Garcez Marins

Linha de pesquisa: História dos processos
museológicos, coleções e acervos

Versão corrigida (*)

(*) A versão original encontra-se disponível
no MAE/USP

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Email: jcampiteli@gmail.com

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TOJO, JOSELAINE MENDES

O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma instituição museal na esfera pública/ JOSELAINE MENDES TOJO; orientador Paulo César Garcez Marins. -- São Paulo, 2021.
206 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Museu. 2. Museologia. 3. Museu Histórico e Pedagógico. 4. Gestão pública. 5. Tombamento. I. Marins, Paulo César Garcez, orient. II. Título.

TOJO, Joselaine Mendes. **O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma instituição museal na esfera pública.** Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2021.

Aprovado em: 23 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dra. Marly Rodrigues

Instituição: Condephaat/UPPH

Julgamento: _____

Prof. Dra. Lucília Santos Siqueira

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____

Agradecimentos

A alegria e a euforia em ingressar no, há muito desejado, PPGMus/USP, em cursar as disciplinas e conviver com os colegas, foi ofuscada pela tragédia que chocou a todos no dia 02 de setembro de 2018, com o terrível incêndio que destruiu o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Mal estávamos recuperados do impacto pela perda incomensurável, fomos novamente impactados, desta vez pela pandemia de dimensões globais, demarcando o ano de 2020. Mais do que nunca ficou evidente a importância da solidariedade, da colaboração, da empatia e, principalmente, o imprescindível valor da família e dos amigos. Assim, agradeço muito a colaboração, incentivo e contribuição de todos, que de alguma forma fizeram parte da minha vida, especialmente nesses últimos três anos. Contudo, quero deixar registrado minha gratidão:

A meus pais, João (*in memoriam*) e Matilde, por me darem um passado repleto de possibilidades e cultura, em especial o gosto pela leitura, exemplo materno que trago comigo desde a infância.

Aos meus filhos, razão do meu viver, Laura e Arthur, que me fizeram querer ser uma pessoa melhor; a eles e minha nora Beatriz, por também me darem um futuro.

Ao Alfeu, que me acompanha de forma dedicada, presente em todos os momentos importantes da minha vida, e sempre acreditou (mais do que eu) em mim.

A toda minha querida família, pela paciência nesses últimos anos, em que não estive tão disponível quanto gostaria.

Ao meu querido orientador, Professor Paulo Cesar Garcez Marins, pela generosidade e paciência com em que me atendeu em todas as vezes em que o procurei, desde quando esse mestrado era apenas uma utopia. Por toda atenção e dedicação que, com segurança e firmeza, ensinou-me a ser uma pesquisadora cuidadosa e por me alertar que é mais importante fazer perguntas do que ter todas as respostas.

A todos os funcionários e professores do PPGMus, em nome da atual coordenadora, Professora Maria Cristina Bruno, em especial à Comissão de Pós-Graduação que tive o privilégio de conviver durante o ano de representação discente. Aos meus colegas, Marisa Bueno, aos que nela me antecederam, Denise e Otávio, e me sucederam, Bianca e Paula, agradeço o apoio e comprometimento.

Aos professores Camilo de Mello Vasconcellos e Marly Rodrigues, pelas generosas e necessárias contribuições na banca de qualificação.

A todos os colegas da turma 2018 do PPGMus, especialmente o grupo autointitulado *Smith's*, Camila, Kika, Ligia, Nicolas e Tati, meu querido “Clube dos Cinco”, responsável por enriquecer e colorir essa trajetória.

Aos colegas e funcionários da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico pela confiança e compartilhamento em todos os momentos, em especial aos membros do GTC SISEM-SP: Davidson Kaseker, Luiz Palma, Carolina Rocha, Thaís Romão e principalmente Luiz Fernando Mizukami, pelos conselhos salomônicos.

Aos meus colegas da ACAM Portinari, em nome de sua diretora executiva, Angelica Fabbri, que me deram apoio e as condições necessárias para a realização dessa pós-graduação, especialmente a querida equipe, Ana Carolina X. Avila, Barbara Paulote, Michael Argento e Otávio Balaguer, pela cumplicidade e companheirismo.

A todos os entrevistados que, com generosidade, compartilharam informações e confiaram a mim seus pensamentos e opiniões.

Aos funcionários do Museu Major Novaes, muito especialmente à atual gestora, Claudia Ribeiro, que me atendeu em tudo que estava ao seu alcance para a realização desta pesquisa.

À Laurinha, cúmplice de todos os momentos, que transcreveu as entrevistas e organizou as inúmeras matérias jornalísticas.

À querida Ana Carolina, por todo o apoio, incondicional, em todos os momentos, até mesmo na hora mais escura, pois nunca se furtou em responder minhas dúvidas acadêmicas e existenciais.

A todas(os) as(os) Musas(os) que me inspiram, desde que iniciei minha trajetória nesse campo específico do conhecimento que é a museologia, mas de forma muito especial Renata Motta, mentora estimada que juntamente com a Carol deram o empurrão que faltava para eu chegar até aqui.

"Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.

Sem memória não existimos, sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir."

(SARAMAGO,1994, p.237)

Resumo

TOJO, Joselaine Mendes. **O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma instituição museal na esfera pública.** Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, 2021.

Este estudo toma como objeto o Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, situado na cidade paulista de Cruzeiro, atentando aos impactos causados, no contexto de sua trajetória institucional, pela descontinuidade das políticas públicas de preservação do patrimônio edificado e museal. A análise abrange o caso singular deste museu, cuja sede foi alvo do primeiro tombamento estadual de São Paulo, bem como teve suas dependências e acervos desapropriados para que se garantisse uma ambiência de museu casa. As reflexões sobre a inserção do Museu Major Novaes no conjunto de museus históricos e pedagógicos paulistas permite investigar, a partir do exame dos procedimentos de salvaguarda e de ação museal, as fragilidades das esferas estadual e municipal no âmbito da gestão compartilhada do museu, quadro que se estende ao atual processo de municipalização, ainda em curso. A análise deste estudo de caso envolve, ainda, a confirmação de perda considerável do acervo inicial do MHPMN, bem como a constatação dos esforços curatoriais recentes para a ampliação dos referenciais de memória que motivam as novas exposições de longa e curta durações inauguradas em 2019.

Palavras-chaves: Museus. Museus Históricos e Pedagógicos. Museus Casa. Gestão Pública. Tombamento.

ABSTRACT

TOJO, Joselaine Mendes. **The Major Novaes Museum in Cruzeiro (SP): trajectories of an institution in the public sphere. Interunit Graduate Program in Museology, University of São Paulo, 2021.** Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, University of São Paulo, 2021.

This study is about Major Novaes Historical and Pedagogical Museum, the city of Cruzeiro, in São Paulo State, and the impacts caused by the discontinuity of public policies for the preservation of built heritage and museums, in the context of its institutional trajectory. The analysis covers the singular case of this museum, whose building was the first state listed by the Heritage Council in São Paulo State, as well as having its premises and collections expropriated in order to guarantee the ambience of a home museum. Reflections on the inclusion of the Major Novaes Museum in the set of historical and pedagogical museums in São Paulo allow us to investigate, based on the examination of the procedures of safeguard and museum action, the weaknesses of the state and municipal spheres in the shared management of the museum, a condition that can be perceived to the current municipalization process, which is still ongoing. The analysis of this case study also involves confirming the considerable loss of the MHPMN's initial collection, as well as the observation of recent curatorial efforts to expand the memory references that motivate the new long- and short-term exhibitions opened in 2019.

Keywords: Museums. Historical and Pedagogical Museums. Home Museums. Public Management. Heritage listing process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fazenda Boa Vista – Marc Ferrez – 1882.....	34
Figura 2 – Família Novaes.....	39
Figura 3 – Sala de jantar.....	43
Figura 4 – Salão principal.....	44
Figura 5 – Sala de estar.....	44
Figura 6 – Foto destacada do Anexo C.....	58
Figura 7 – Foto destacada do Anexo C.....	58
Figura 8 – Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins, 1981.....	60
Figura 9 – Solar Major Novaes por volta de 1930.....	64
Figura 10 – Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins.....	64
Figura 11 – Fotografia de Wagner Souza e Silva – Projeto de Mapeamento 2009 2010.....	65
Figura 12 – Foto Ana Carolina X. Avila. 2019.....	67
Figura 13 - Espelho belga.....	70
Figura 14 - O salão principal do Solar em junho de 2010.....	73
Figura 15 - Acervo mobiliário dentro do casarão em 2010.....	75
Figura 16 - Acervo mobiliário dentro do casarão em 2010.....	75
Figura 17 – Parte do acervo do MHPMN no Solar dos Rossetti, 2012.....	77
Figura 18 – Parte do acervo do MHPMN no Solar dos Rossetti, 2012.....	77
Figura 19 – Retrato do Major Novaes e parte do mobiliário do MHPMN na Rotunda, 2017.....	79
Figura 20 – Retrato do Major Novaes e parte do mobiliário do MHPMN na Rotunda, 2017.....	79
Figura 21 – Gráfico – Número de MHPs por ano de criação.....	90
Figura 22 – Gráfico – Número de municípios por decreto de municipalização.....	108
Figura 23 – Gráfico – Número de municípios - Status do Programa de Municipalização.....	114
Figura 24 – Planta baixa do MHPMN piso inferior.....	120
Figura 25 - Vista da exposição “Sala das nossas mulheres”	121
Figura 26 – Vista da exposição “Sala das nossas mulheres”	121
Figura 27 – Nesta fotografia que integra o módulo “Outras histórias e muitas memórias”, Dona Tita aparece ao lado de seu primo, o governador Lucas Nogueira Garcez (1950-1954), e políticos locais.....	122
Figura 28 – Planta baixa do MHPMN superior.....	124

Figura 29 – Vista da Sala Família Novaes.....	125
Figura 30 – Vista da Sala Família Novaes.....	125
Figura 31 – Vista da Sala Ferrovia.....	126
Figura 32 – Vista da Sala Ferrovia.....	127
Figura 33 – Vista da Sala Ferroviários.....	127
Figura 34 – Vista da Sala Ferroviários.....	128
Figura 35 – Vista da Sala Guerra Paulista de 1932.....	129
Figura 36 – Vista da Sala Guerra Paulista de 1932.....	129
Figura 37 – Vista da Sala das camas.....	130
Figura 38 – Vista da Sala das Cristaleiras.....	131
Figura 39 – Vista da Sala Família Novaes.....	131
Figura 40 – Vista da Sala Família Novaes.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAM Portinari	Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
CEDOC	Centro de Documentação
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo
DEMA	Departamento de Museus e Arquivos
DEMIST	Comitê Internacional de Casas Históricas
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
GEOCEC	Grupo Executivo de Organização do Centro Estadual de Cultura
GTM	Grupo Técnico de Museu
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCB	Museu da Casa Brasileira
MHP	Museu Histórico e Pedagógico
MHPMN	Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes
MIS	Museu da Imagem e do Som
MMN	Museu Major Novaes
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCAI	Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário
SISEM-SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UPPH	Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
UPPM	Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1: Solar Major Novaes: museu casa ou uma casa para um museu?.....	25
1.1 Uma sede de fazenda entre o Condephaat e os Museus Históricos e Pedagógicos.....	25
1.2 O Vale do Paraíba e a Fazenda Boa Vista: patrimônio histórico para o turismo..	32
1.3 Um museu casa?	37
1.4 As primeiras atividades museais	49
Capítulo 2: Museu Major Novaes: patrimônio ameaçado	56
2.1 Primeiro bem tombado, primeiro bem restaurado	56
2.2 Conjunto desfeito: a dissociação do acervo	68
2.3 Conferindo o acervo: cotejando as listas	80
Capítulo 3 - Municipalização: dissonâncias no processo de transferência de tutela	90
3.1 A manutenção de uma política de museus	90
3.2 O MHPMN no Programa de Municipalização dos MHPs	103
3.3 A retomada das atividades	117
Considerações finais	134
Referências	139
Anexos.....	146
Apêndices.....	170

Introdução

Considero significativo traçar um breve relato da minha experiência acadêmica e profissional para apresentar a motivação para essa dissertação. Após a finalização da graduação em 1988, mantive-me afastada da formação educacional regular até o ano de 2009, quando ingressei no Curso Técnico em Museus, do Centro Paula Souza. Graças a esse curso de ensino de nível médio, tive uma redescoberta em relação aos museus, instituições que antes fizeram parte de minha vida como frequentadora, mas que se apresentavam, a partir de então, como uma fascinante área de conhecimento e possibilidade profissional. Durante esse curso técnico, tive oportunidade de estagiar como educadora no Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, vaga que conquistei por meio de processo seletivo junto à extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). Apesar do curto período desse estágio, entre novembro de 2009 até outubro de 2010, a experiência possibilitou a experimentação com os desafios da gestão de uma coleção tão diversificada, despertando meu interesse em aprofundar os estudos sobre museus e museologia, em especial sobre casas museus ou museus-casa.

O lapso temporal entre a graduação no final dos anos 1980 e o desejo de avançar na vida acadêmica me direcionaram, primeiramente, para uma pós-graduação *lato sensu*. Decidi por uma especialização abrangente na área da Sociologia, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que possui tradição no ensino relacionado às ciências sociais e da informação. O curso Globalização e Cultura, proporcionou-me amplo espectro da complexidade no âmbito das ciências sociais, especificamente, da cultura brasileira, tendo o concluído em 2013 com a monografia “O que vai para o museu? Entendendo o “boom” de criação de Museus no Estado de São Paulo a partir dos anos 1980”. Concomitante a essa etapa em minha formação, fui contratada pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), uma organização social de cultura, para integrar a equipe de apoio ao Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP), atuando no trabalho de apoio técnico aos museus de pequeno porte do interior e litoral do estado de São Paulo. Essa atuação me possibilitou a proximidade com as trajetórias dos museus históricos e pedagógicos e seus intrincados processos de municipalização, fazendo-me refletir sobre as questões que permearam as políticas públicas de preservação do patrimônio e seus impactos na gestão dos acervos museológicos.

Nesse sentido, são inúmeras as possibilidades de pesquisa que poderiam e deveriam ser exploradas, em especial a trajetória da rede de Museus Históricos e Pedagógicos, que se destaca como referência de uma política museológica que, segundo Misan (2005), estabeleceu um “modelo paradigmático de museu histórico no interior de São Paulo”. Entre os anos de 1956 a 1973, foram criados pelo território paulista, 80 museus com a denominação “histórico e pedagógico”, sendo que alguns se mantiveram como referências em gestão de seus acervos e em atividades expositivas, mantendo-se até os dias atuais, já sob administração municipal. Entre eles, podem ser citados o MHP Prudente de Moraes localizado na cidade de Piracicaba, o MHP Dom Pedro I e Dona Leopoldina em Pindamonhangaba, o MHP Voluntários da Pátria em Araraquara e o MHP Major José Levy Sobrinho localizado na cidade de Limeira. A trajetória do MHP Major Novaes – situado em Cruzeiro em um imóvel que foi o primeiro bem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (Condephaat) no estado e que foi desapropriado para abrigar o Museu –, foi se tornando para mim mais atraente como objeto de pesquisa, pois me interessei em compreender como se deram os rumos museais em uma instituição sobre o qual recaíram tanto ações museológicas quanto de proteção patrimonial.

Deste modo, a pesquisa “O Museu Major Novaes de Cruzeiro (SP): trajetórias de uma instituição museal na esfera pública”, desenvolvida na linha de pesquisa “História dos processos museológicos, coleções e acervos”, permitiu aprofundar as reflexões acerca das fragilidades da gestão pública, discutindo sob a perspectiva histórica, o estudo sobre o tombamento e musealização de uma casa, representante de um modo de vida ligado à cafeicultura, criado no âmbito da rede de MHPs do estado de São Paulo. Localizado no trecho paulista do vale do Paraíba, o Museu Major Novaes está instalado no Solar dos Novaes, casarão que é exemplo de sede de fazenda cafeicultora do século XIX, tombado pelo Condephaat, órgão de proteção estadual paulista, em 1969. Sede da antiga Fazenda Boa Vista, seu tombamento inclui os terrenos circunjacentes, capela, o mobiliário, os cristais, as louças, quadros, armas e demais objetos que se destinavam a compor o acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, criado por decreto naquele mesmo ano.

Iniciativa do governo estadual durante a gestão de Jânio Quadros (1955-1959), que almejava “ampliar a ação cultural do seu governo”, a criação dos museus históricos e pedagógicos foi uma vontade política que se transformou em “política museológica” pelas mãos de Vinício Stein Campos, que além de Diretor do Serviço de Museus

Históricos, era também membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e foi conselheiro do Condephaat desde a sua criação em 1968. Entende-se nesta dissertação, que o tombamento do Solar dos Novaes e a criação do Museu Major Novaes atenderam os objetivos de uma elite política e intelectual da época, ainda adepta ao culto nostálgico ao passado, em consonância com o que Marly Rodrigues detecta como eixos estruturadores da ação preservacionista do Condephaat em sua primeira fase (1969 a 1975). Até 1973, quando o último MHP foi criado, já sob a responsabilidade do Serviço de Museus Históricos, ligado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, foram cerca de 80 museus concebidos sob a denominação “Histórico e Pedagógico”, ou relativos ao período de Implantação dessa rede de museus. Nascida na Secretaria de Negócios da Educação, essa política museológica perdurou por cinco gestões estaduais, passando por duas secretarias diferentes¹.

Em 1976, os MHPs passam a ser responsabilidade da “Divisão de Museus” da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Desde o início da rede, fica evidente a articulação entre Estado e Municípios para criação e instalação dos museus. O esforço concentrou-se na articulação pessoal e na utilização de recursos preexistentes, professores da rede pública e a parceria com as prefeituras. Contudo, isso não seria suficiente para manter os museus e as necessidades básicas para sua manutenção. Em 1976, o Grupo Técnico de Museu, coordenado por Waldisia Russio Camargo Guarnieri, realizou um extenso diagnóstico em toda rede de MHPs, identificando a fragilidade com que se encontravam a maioria dos museus, do ponto de vista técnico e administrativo. A partir dos dados coletados foram elaboradas proposições para um “programa de dinamização dos museus da Capital e do Interior”, que de acordo com Avila (2014) a ideia de “municipalização” origina-se dessas reflexões e proposições do GTM. Com a criação do Sistema Estadual de Museus, em 1986, a municipalização se torna uma política de estado e os primeiros decretos, de autorização para transferência de tutela dos acervos para os municípios, são publicados em 1994. Sabemos hoje que, da lista total de 80 MHPs idealizados, 16 já foram municipalizados e outros 5 estão em fase de finalização do processo. Sabemos também que o Museu Casa de Portinari e o MHP Índia Vanuire continuarão sob gestão do Estado, todos os demais serão municipalizados, incluindo o MHP Major Novaes.

O Museu Major Novaes iniciou suas atividades em 1976, após o casarão, o mobiliário e demais objetos da casa terem sido desapropriados pelo governo do estado

¹ Secretaria de Estado dos Negócios da Educação de 1956 a 1966 e Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Turismo de 1967 a 1974.

de Celestina Novaes dos Santos, conhecida na cidade de Cruzeiro por Dona Tita, neta do Major e última moradora do Solar. Não foram encontrados documentos sobre abertura oficial do Museu, mas há registros de visitação regular de público espontâneo e grupos escolares. Desde o seu tombamento, a edificação apresentava problemas estruturais, decorridos do longo tempo de uso da moradia e da falta de manutenção. Durante os anos 1980, devido ao seu alto custo, o restauro foi realizado em três etapas; contudo o “anexo”, estrutura ligada ao corpo principal da casa, não foi contemplado. Durante a década seguinte, os técnicos do Condephaat discutiram as possibilidades de restaurar ou retirar essa estrutura, até que em 1999 o “anexo” desabou. Somente após uma Ação Civil do Ministério Público, o Estado foi processado e condenado a restaurar integralmente o Solar. Essa mesma ação condenou o governo municipal a restaurar integralmente todo o acervo que, no decorrer da trajetória do Museu, sofreu penosamente, tanto dentro do casarão quanto fora dele, devido às inúmeras transferências de local, sem as condições mínimas de guarda e trato adequados. Apesar da sentença condenatória que determinou ao Estado restaurar a edificação e o Município a restaurar todo o acervo ter sido exarada em 2006, as obras no Solar aconteceram somente entre os anos de 2012 a 2014. A morosidade dos processos administrativos e as mudanças nas gestões estaduais e municipais retardaram os encaminhamentos para sua execução. Nesse sentido, edificação e acervo do MHPMN sofreram com a falta de cuidados que causou perdas irreversíveis.

Em 2017, o Museu retomou paulatinamente suas atividades culturais, inicialmente somente no piso térreo, por meio de projetos para ocupação da área verde, aulas de música, teatro e dança. Além do restauro total da edificação, o casarão recebeu itens de modernização, como sistema contra incêndio e equipamentos de acessibilidade física, como elevador e rampas, além do conjunto externo de banheiros para os visitantes. Após 50 anos do início de sua trajetória, a exposição de longa duração foi reaberta ao público no piso superior, contudo somente poucas peças do acervo, já restauradas, foram nela integradas. O que antes se configurava como um museu casa, passou a ser um museu da história da cidade, com eixos temáticos distribuídos pelas salas do casarão: Fazenda Boa Vista e Família Novaes, Ferrovia e Ferroviários e Guerra Paulista de 1932. Poucos meses após a reabertura, o museu foi novamente fechado devido às medidas sanitárias de contenção da pandemia, causada pela Covid 19, doença respiratória altamente contagiosa, que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos 2020 e 2021.

Os principais referenciais bibliográficos para a abordagem do tema desta

dissertação foram a tese de doutorado de Simona Misan, “A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956-1973)”, a dissertação de mestrado de Ana Carolina Xavier Avila “Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas” e o livro de Marly Rodrigues “Imagens do Passado: A instituição do patrimônio em São Paulo: 1969 – 1987”. Por meio destes trabalhos, procurou-se compreender os padrões de ação cultural da esfera pública paulista a partir da década de 1950, tanto no que tange à constituição de um conjunto de museus históricos, quanto na implantação de uma prática de preservação patrimonial por meio do tombamento. Em ambos vetores, tais autoras nos ajuda a compreender a institucionalização de uma narrativa sobre o passado paulista, que associou suportes de memórias privados – em coleções de objetos ou edifícios, como as residências – a uma generalização coletiva imposta pelas ações culturais do Estado. Por meio de um caso específico, ao mesmo tempo alvo de desapropriação, tombamento e musealização, pode-se compreender os limites e a eficácia dessa ação memorial do Estado, ela mesma derivada das elites que constituíam os corpos diretivos e consultivos dos órgãos que atuaram na vontade de preservação e musealização do MHPMN.

Não nos escapa que tais ações foram movidas por uma certa compreensão de quais suportes de memória deveriam ser protegidos pelo estado, o que leva inescapavelmente a um caráter seletivo e hierarquizador dessas práticas. Cecília Londres Fonseca, Silvana Rubino e Márcia Chuva, a partir do exame das ações de preservação na esfera federal, confirmam os postulados elitizadores e excludentes apontados por Marly Rodrigues e Paulo Garcez Marins para o caso paulista. Myrian Sepúlveda Santos, Regina Abreu e Ana Claudia Fonseca Breje apontam, por caminhos metodológicos e objetos distintos, como o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional e o Museu Paulista operaram chaves seletivas em estreita articulação com a memória das elites imperiais, que se prolongaram pelo tempo republicano brasileiro e geraram perfis de acervos e de abordagens curatoriais que ainda permanecem ativos apesar das várias revisões conceituais em curso desde a redemocratização. Um outro aspecto a se ressaltar no âmbito deste trabalho é a relação difícil que nosso objeto de pesquisa tem com a memória da escravidão. Tratando-se de uma fazenda de café do período imperial, será possível observar que a presença das populações escravizadas foi emudecida nos processos de patrimonialização e de musealização da antiga Fazenda Boa Vista. A presença – ou ausência simbólica – do cemitério de escravos é disso um exemplo, problemática apontada na obra referencial de Jennifer Eichstedt e de Stephen Small sobre como a escravidão é abordada ou eclipsada em museus norte-americanos, especialmente em museus casa.

As fontes mobilizadas para a realização desta dissertação foram de naturezas diversas. As pesquisas no centro de documentação do Condephaat e nos arquivos da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) forneceram dados sobre os processos de tombamento e de municipalização. A leitura das atas das primeiras reuniões do Condephaat, desde sua criação até dezembro de 1969, revelou um panorama acerca da visão dos primeiros conselheiros e principalmente da atuação de Vinício Stein Campos. A pesquisa no arquivo pessoal de Campos, volumes encadernados que estão na biblioteca da UPPM, evidenciou amplas informações sobre os MHPs, sobre municípios neles localizados e sobre a escolha dos patronos, sendo que, em alguns casos, há mais de um volume dedicado a cada museu, como é o caso dos de Capivari, Araraquara, Guaratinguetá e Presidente Prudente. Entretanto, sobre Cruzeiro e o Major Novaes, não foram encontrados mais do que três parágrafos na publicação *Elementos da Museologia*, de autoria de Campos².

As entrevistas com diversos profissionais envolvidos na trajetória do MHPMN foram fundamentais para preencher as lacunas existentes devido à ausência de registros substanciais acerca do histórico da instituição tanto em Cruzeiro quanto nos arquivos localizados na capital paulista. Pela mesma razão, foram de grande importância para esta pesquisa as mais de 40 reportagens em jornais da região do Vale do Paraíba e de grande circulação como *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, que foram essenciais para traçar uma linha do tempo sobre seu funcionamento e as discussões acerca das condições e conservação da edificação. A decisão de incluir na pesquisa os documentos referentes do Fundo Waldisa Russó depositado no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) se mostrou frutífera, pois as anotações da museóloga sobre o MMN foram substanciais. A pesquisa sobre a legislação das dezenas de decretos e leis no Acervo Digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo foi complementar ao processo de construção do entendimento no que diz respeito às políticas públicas estaduais. Assim como a pesquisa na Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário³ (PCAI), onde o processo de desapropriação está arquivado, foi essencial para o levantamento de informações a respeito dos bens

² *Elementos da Museologia*, série editada pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, provavelmente na década 1970. As primeiras publicações apresentam o planejamento para a edição de 11 volumes, mas só há informações sobre 3 deles. O terceiro volume é dedicado aos museus do Brasil e apresenta textos específicos sobre os MHPs.

³ Representa o Estado em processos e ações de qualquer natureza, cujo objetivo principal verse sobre direitos reais ou possessórios, patrimônio imobiliário e águas do domínio do Estado, promove ações discriminatórias de terras devolutas e atua na legitimação de posses. Cuida, também, das ações de desapropriação direta ou indireta (ações de indenização por apossamento ou limitação administrativa).

expropriados e os envolvidos no processo.

As duas visitas técnicas ao Museu foram centrais pela possibilidade de leitura arquitetônica do edifício, pelo acesso aos arquivos do museu e para a conferência do acervo, muito embora as interrupções geradas pela pandemia tenham frustrado um dos objetivos principais do projeto de pesquisa, voltado à elaboração de inventário atualizado do acervo total da instituição. Após a qualificação foram incorporadas referências complementares, entre as quais destaco as dissertações de Luiz Fernando Mizukami, “Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo”; José Wilton Nascimento Guerra, “O Projeto de Ernani Silva Bruno: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da Casa Brasileira (1970-1979)”; Tamira Naia dos Santos, “Fundação Crespi-Prado: trajetória de uma coleção museológica”, e de Ana Luiza Rocha do Valle, “Literatura e Museu: Estudo dos museus literários: Casa Guilherme de Almeida (SP) e Museu Casa Guimarães Rosa (MG)”, colegas do PPGMus, que contribuíram para uma visão ampla do campo museal no país e em especial a paulista e seus impactos na gestão dos museus e seus acervos.

A presente dissertação contém três capítulos, com temas específicos. O primeiro capítulo, denominado “Solar Major Novaes: museu casa ou uma casa para um museu?”, contextualiza e discute a constituição do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, no âmbito dos órgãos oficiais de preservação museal e do patrimônio edificado estaduais. Analisa os processos de tombamento, desapropriação e criação do museu, sob a perspectiva das relações que levam às decisões na gestão da cultura, e nas políticas de preservação das coleções. Abarca também as discussões sobre museu casa, como uma tipologia específica do campo museal, e seus vínculos com a formação do acervo do Museu Major Novaes. A partir dessas discussões iniciais, pretende-se fornecer subsídios sobre a trajetória da instituição, na esfera da gestão pública, que será desenvolvida e aprofundada nos capítulos II e III. Apresenta também o percurso inicial do Museu Major Novaes, sua origem desde o início do seu funcionamento, quando deixa de ser propriedade de Celestina de Novaes e passa a ser MHP Major Novaes. Apresenta também uma breve biografia do seu patrono, Major Novaes, que herda de sua primeira esposa Fortunata Joaquina do Nascimento a Fazenda Boa Vista, importante referência para a formação da cidade de Cruzeiro, e sua relação com a região do Vale do Paraíba e o turismo.

O segundo capítulo, denominado “Museu Major Novaes, patrimônio ameaçado”,

dedica-se a reconstituir as ações de preservação do Museu Major Novaes, no âmbito dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio edificado e museal estaduais, que por meio de aportes de recursos financeiros e humanos, garantiram (ou não) a preservação dos bens tombados e musealizados. Aborda-se a trajetória dos longos processos de intervenção arquitetônica no Solar, bem como os destinos da coleção museal, por meio do cotejamento entre a lista do conjunto de bens móveis tombados, juntamente com o edifício em 1969, e a conferência das listas posteriores do acervo. Por meio da coleta de dados e entrevistas com os responsáveis pela gestão direta do Museu, funcionários da prefeitura de Cruzeiro e na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, pretende-se fornecer um panorama dos impactos da ausência de gestão especializada e da recorrente descontinuidade das políticas culturais e a consequente desintegração do acervo do museu.

O terceiro capítulo, “Municipalização: dissonâncias no processo de transferência de tutela”, é dedicado à análise do processo de municipalização do MHPMN. Descreve o contexto histórico e político relacionado à manutenção da rede de MHPs e o esforço de Vinício Stein Campos em mantê-la, mesmo em face das críticas e da mudança de orientação política que se iniciava no fim dos anos de 1960. Nesse sentido, a dissertação de mestrado de Ana Carolina Xavier Avila, “Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas”, será referência principal para a compreensão das etapas do ponto de vista legal e museológico. A coleta de dados e entrevistas com gestores do município de Cruzeiro e da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado, envolvidos na articulação e encaminhamento dos processos de municipalização, foram complementares para problematização dos avanços e retrocessos das políticas culturais e seus impactos na gestão da salvaguarda e comunicação do acervo do MHPMN e de sua sede. Buscou-se também atualizar os dados sobre o Programa de Municipalização abordado na tese de doutorado de Simona Misan, a partir da retomada do programa, paralisados em duas ocasiões. A reabertura do MHPMN após 10 anos de fechamento, com a retomada das atividades culturais em 2017 e a abertura da exposição de longa duração, com parte do acervo restaurado, em 2019 encerram o capítulo.

Por fim, as considerações finais apresentam um balanço das ações da esfera pública em relação ao MHPMN e no que, a partir delas, se pode entender serem os atuais desafios de gestão e municipalização dos MHPs. As consequências das ausências de políticas públicas claras em relação ao programa de municipalização e a

morosidade dos ritos processuais que a legislação impõe na administração de recursos públicos geram retrocessos na preservação e extroversão do patrimônio arquitetônico e museológico. Além disso, sinalizaremos como as decisões descontinuadas dos gestores do poder público estadual e municipal afetam diretamente a salvaguarda do patrimônio cultural. Nesse sentido, a atuação de indivíduos que tomam para si a responsabilidade de proteção dos legados culturais e memórias sociais podem ajudar a garantir na revisão das práticas de preservação oficiais, o que inclui as revisões conceituais geradas que reforça e dá visibilidade a outros agentes e memórias coletivas, além daquelas percebidas pelo olhar altamente seletivo dos órgãos públicos.

Capítulo 1: Solar Major Novaes: museu casa ou uma casa para um museu?

1.1 Uma sede de fazenda entre o Condephaat e os Museus Históricos e Pedagógico

O Solar Major Novaes está localizado no município de Cruzeiro, interior paulista, no vale do Paraíba; casarão que é exemplo de sede de fazenda cafeeira do século XIX, foi o primeiro bem tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)⁴. A construção foi a sede da antiga Fazenda Boa Vista e seu tombamento inclui os terrenos circunjacentes, capela, o mobiliário, os cristais, as louças, quadros, armas e demais objetos que se destinavam a compor o acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes (MHPMN). A criação do Museu integrava uma iniciativa muito mais ampla embora, como veremos, com algumas especificidades em função da conjunção entre desapropriação, tombamento do edifício e de seus objetos, e musealização, no âmbito da criação dos museus histórico e pedagógicos (MHPs).

A implantação MHPs foi uma iniciativa do governo estadual paulista, durante a gestão de Jânio Quadros (1955-1959), que almejava “ampliar a ação cultural do seu governo”. Retomando iniciativas de gestões anteriores, nomeara uma comissão para elaborar um anteprojeto para criação de um serviço estadual de proteção ao patrimônio, porém sem sucesso. Segundo Marly Rodrigues o governador opta então por atuar no campo da “cultura histórica” por meio da educação, a partir da proposta de Sólon Borges dos Reis, diretor do Departamento de Educação da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, criando por decreto os primeiros MHPs:

A administração Quadros optou por orientar sua atuação no campo da “cultura histórica” para a instalação de museus históricos e pedagógicos na sede de diversos municípios paulistas. Partindo de uma perspectiva cívica e disciplinadora, os museus visavam “manter permanente culto das tradições nacionais” incentivando as interpretações de dados históricos, o trato constante com a documentação, a evocação dos grandes vultos da história pátria e os seus lances gloriosos, com o duplo objetivo de esclarecer e edificar,

⁴ Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências.

contribuindo para formar uma vigilante consciência cívica entre os estudantes de nossas escolas, conforme esclarecia um documento oficial. (RODRIGUES, 2000, p.26)

Com efeito, entre os anos de 1956 a 1973, foram criados 80 museus sob a denominação de “histórico e pedagógico” formando um conjunto de Museus Históricos e Pedagógicos que segundo Misan (2005) estabeleceu um “modelo paradigmático de museu histórico no interior de São Paulo”. Preconizando um modelo de museu oficial, a iniciativa privilegiava certas dimensões da história paulista vinculadas à história política e à história de suas elites, em detrimento de outras, como a cultura popular, tradições e costumes regionais e as paisagens rurais.

Os primeiros quatro museus, criados em 1956, homenageavam os presidentes paulistas da Primeira República: MHP Prudente de Moraes, na cidade de Piracicaba; MHP Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá; MHP Dr. Washington Luís, em Batatais, e MHP Campos Salles, em Campinas. Em 1957, Borges dos Reis convida Vinício Stein Campos para presidir o Serviço de Museus Históricos, órgão responsável pela implantação e gestão dos MHPs. No mesmo ano, Stein Campos redige o Regulamento dos Museus Históricos e Pedagógicos estabelecendo parâmetros para seu funcionamento. Em publicação editada em 1970, descreve explicitamente a finalidade cívica e laudatória desses museus:

O Museu Histórico e Pedagógico se propõe a reconstituir a História do Município em que está localizado e a cultuar de igual modo um período da História de São Paulo e da História do Brasil, corresponde ao quadro histórico relativo à época do respectivo patrono ou compreendido na denominação do Museu (CAMPOS, 1970, p.133)⁵

Diante disso, estabeleceu como método a nomeação de um patrono para cada MHP criado, que, na maioria dos casos⁶, eram figuras que participaram da fundação ou do desenvolver sociopolítico das cidades, ou, em outras situações, simplesmente

⁵ Elementos da Museologia, série editada pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, provavelmente na década 1970. As primeiras publicações apresentam o planejamento para a edição de 11 volumes, mas só há informações sobre 3 deles. O terceiro volume é dedicado aos museus do Brasil e apresenta textos específicos sobre os MHPs.

⁶ Em alguns casos os patronos estavam ligados aos “vultos da história” do país, mas sem ligação direta com o município, como por exemplo, MHP Regente Feijó em Andradina, MHP D. Matheus de Abreu Pereira em Areias, MHP Saldanha Marinho em Avaré, MHP Morgado de Matheus em Bauru, MHP Pedro de Toledo em Catanduva, MHP D. Pedro II em Franca, MHP Cacique Tibiriçá em Pirapozinho e MHP D. João VI em São José do Rio Preto.

porque nasceram ou viveram, mesmo que por pouco tempo, naquela localidade. Do mesmo modo, a definição de uma sede arquitetônica também se colocava como uma questão importante, que era disponibilizada pelo município ou viabilizada pelo governo estadual. Uma vez que a escolha sempre privilegiava edificações que, segundo Stein Campos, tinham “valor histórico”, a residência onde viveram ou nasceram os patronos era a opção mais evidente segundo os critérios axiológicos vigentes no próprio IPHAN, que tombara nacionalmente numerosas residências de personalidades políticas e culturais.⁷

Vinício Stein Campos, além de Diretor do Serviço de Museus Históricos entre 1957 e 1973, era também membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e foi conselheiro do Condephaat a partir de sua criação em 1968⁸. É evidente sua participação nas solicitações de tombamento nesse órgão desde então, conforme foi possível constatar nas atas das primeiras reuniões do Conselho, entre 1969 e início dos anos de 1970⁹. O mesmo apoio ao órgão se verifica na sua publicação “Elementos da Museologia Vol. 3”, em que faz um relato sobre o suporte incondicional que o Serviço de Museus Históricos deu ao Condephaat, para o início das suas atividades, descrevendo assim a assistência prestada ao recém-criado conselho:

“...proporcionando-lhe condições de instalação em 3 de janeiro de 1969, cedendo-lhe sala, móveis, funcionários, material de expediente, organizando-lhe a secretaria, os processos de aquisição de instalações, os representantes do interior, os empenhos de recursos, a regulamentação do Livro Tombo...” (CAMPOS, 1970 p.192)

O primeiro processo de tombamento estudado pelo órgão foi o do Solar do Barão de Jundiáí, por meio do qual os conselheiros procuraram estabelecer um paradigma para futuros casos, orientando o órgão de preservação em seus encaminhamentos. Solicitante e relator do processo, Vinício Stein Campos expressa sua concepção do que

⁷ Até a criação dos primeiros MHPs, eram tombadas pelo IPHAN as seguintes residências de personalidades: Jose Bonifácio (1938, Rio de Janeiro / RJ), Rui Barbosa (1938, Rio de Janeiro / RJ), Gal. Osório (1949, Rio de Janeiro / RJ), Mal. Deodoro (1958, Rio de Janeiro / RJ), Benjamin Constant (1958, Rio de Janeiro / RJ), Santos Dumont (1952, Petrópolis / RJ), Castro Alves (1938, Salvador / BA), Garibaldi (1941, Piratini / RS), Gal. Davi Canabarro (1953, Santana do Livramento / RS), Mal. Deodoro (1964, Marechal Deodoro / AL).

⁸ Vinício Stein Campos foi conselheiro do Condephaat pela cadeira da Secretaria da Cultura – Serviço de Museus Históricos até 1975. Voltaria a ocupar um lugar no conselho entre maio de 1987 a outubro de 1988 pela cadeira do IHGSP.

⁹ Campos solicitou, por exemplo, o tombamento da Casa do Barão de Jundiáí, em Jundiáí; da Casa de Prudente de Moraes, em Piracicaba; da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, da Casa do Conde do Pinhal, em São Carlos, e do Quartel da Luz, em São Paulo.

“deveria ser uma linha de ação para o Condephaat: os monumentos históricos do Estado, de interesse regional, característicos de épocas socioeconômicas em áreas bem demarcadas do Estado”¹⁰. No texto “Monumentos Históricos e Artísticos”, publicado na já citada Coleção Elementos da Museologia¹¹, Stein Campos faz um relato sobre a criação do Serviço de Museus Históricos e a relação com o Conselho de Defesa do Patrimônio, elencando mais de 40 proposições, feitas por ele, para tombamentos por todo território paulista¹².

Justificando a necessidade de proteger o “patrimônio histórico” do estado de São Paulo, os tombamentos solicitados por ele, na maioria dos casos, estavam estritamente relacionados à instalação dos Museus Históricos e Pedagógicos. Nesse âmbito, estão os pedidos de tombamento para a “Casa de Rodrigues Alves”, no município de Guaratinguetá, e a “Casa de Prudente de Moraes”, em Piracicaba. Nos dois casos, a justificativa para o tombamento, além da relevância histórica por terem sido residência de presidentes da República, é a de que serviriam para sede dos MHP Conselheiro Rodrigues Alves e MHP Prudente de Moraes¹³. Deste modo, o tombamento da casa e criação do museu a ser nela instalado garantiriam a preservação e culto permanente dos vultos da história de São Paulo.

Havia, portanto, uma estreita relação entre os Museus Históricos e Pedagógicos e o Condephaat, relação essa catalisada por Vinício Stein Campos, que promovia a lógica da preservação do “patrimônio histórico” em que os Museus Históricos e Pedagógicos seriam os principais depositários. Essa ligação entre o órgão de preservação e os MHPs está, aliás, registrada no decreto de 19 de dezembro de 1969, que “dispõe sobre a regulamentação da Lei n.10.247, de 22 de outubro de 1968 e do Decreto-Lei n.149, de 15 de agosto de 1969”, normas essas que dispunham sobre o tombamento de bens, para proteção do patrimônio histórico e artístico estadual e sobre a competência, organização e funcionamento do Condephaat respectivamente. Cabe destacar a inclusão na regulamentação do conselho a “defesa dos arquivos de interesse histórico existentes no Estado” conforme exposto abaixo:

¹⁰ Ata nº12 19.03.1969, Centro de Documentação do Condephaat.

¹¹ Os três primeiros volumes da coleção “Elementos da Museologia” são encontrados nas bibliotecas de inúmeros museus pelo interior do estado, podendo-se acreditar que tenha sido amplamente distribuído pelo Serviço de Museus Históricos.

¹² Elementos da Museologia v.3, página 192.

¹³ Processo de tombamento da Casa de Prudente de Moraes, número 07861/69, página 2, e processo de tombamento da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, 08497/69, página 4.

Artigo 31 - Competirá ao Conselho promover a defesa dos arquivos de interesse histórico existentes no Estado, estaduais ou municipais, seja orientando ou fiscalizando as entidades que os tenham recebido para guarda, conservação ou estudo.

§ 1.º - O Conselho dispensará especial ajuda aos Museus Históricos e aos Museus Históricos Pedagógicos que contarem em seu acervo arquivos da espécie dos referidos neste artigo e que os tenham organizado para fins de preservação, divulgação e estudos.

§ 2.º - **Ficam os Museus Históricos e Pedagógicos obrigados a enviar ao Conselho, inventário dos documentos, livros, manuscritos e papéis de seu arquivo histórico, e, bem assim, os acréscimos que nele, anualmente, se registrarem.** (Decreto de 19 de dezembro de 1969, grifo nosso)

Em seu primeiro ano de atuação, o Condephaat não havia estabelecido critérios claros para instrução dos processos. Na primeira reunião do Conselho, realizada em janeiro de 1969, os conselheiros se mostravam preocupados e discutiam a necessidade de retificação da Lei nº10.247. Todos concordavam que demandaria um tempo essa estruturação, e em virtude da urgência de iniciar os trabalhos, Vinício Stein Campos propõe que o processo de tombamento fosse dividido em duas partes: “uma preliminar, destinada à abertura de processo, coleta de documentos, audiência dos interessados, estudos dos fundamentos corroborativos da necessidade de tombamento e uma segunda parte, com a lavratura do termo de tombamento no livro respectivo. Continua argumentando que a simples abertura do processo já “interromperia qualquer medida suscetível de alterar a situação da coisa em perspectiva de tombamento ou comprometer-lhe a pretendida preservação” (CAMPOS, 1969)¹⁴

O documento que marca a abertura do processo número 13.227/69, relativo ao tombamento do Solar Major Novaes, é a carta de 19 de setembro de 1969, dirigida à Presidente Lúcia Piza Figueira de Mello Falkengerg, em que Vinício Stein Campos propõe “urgente tombamento de valioso imóvel histórico de Cruzeiro”. O processo de tombamento corre com insólita celeridade, pois publica-se em 25 de setembro, menos de uma semana após aberto o processo, a resolução de tombamento de 24 de setembro, mencionando-se que:

¹⁴ Ata de 15 de janeiro de 1969 – Centro de Documentação do Condephaat.

“[...] Considerando a necessidade de preservação da integridade do local histórico de Cruzeiro conhecido por “Solar Major Novaes”, origem da cidade e do município compreendendo a casa grande da antiga fazenda, o terreno que a ambienta por todos os lados e a evocativa capela construída aos fundos para guarda de preciosas peças de arte sacra e prática de culto católico. Considerando igualmente a conveniência de ser assegurada a integridade do rico acervo reunido nessa propriedade através de várias gerações [...].

Ora, por que motivo o processo de tombamento tramitou com tanta agilidade fazendo com que o mesmo fosse o primeiro a ser concluído pelo órgão? Mesmo que o Solar estivesse em risco, de acordo com o argumento de Stein Campos exposto acima, a “simples abertura do processo” já seria ato de compromisso, capaz de proteger o bem em questão, enquanto o desenrolar do processo se fizesse até o tombamento. Deste modo, haveria urgência na abertura do processo, mas não exatamente no seu encerramento, com a publicação do ato de tombamento. Chama a atenção também a coincidência nas datas do decreto de criação do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes e da resolução de tombamento do Solar, assim como a estreita relação entre os dois documentos, de certa forma, complementares. Nos “considerando” do decreto (sem número) de 24 de setembro de 1969, que institui a criação do Museu Major Novaes, assinado pelo então governador Abreu Sodré, destaca-se:

[...] Considerando que a cidade de Cruzeiro reúne condições, inclusive **quanto à existência de valioso acervo histórico e artístico já constituído**, para instalação do Museu Histórico e Pedagógico do Município; Considerando que se impõe à preservação do referido patrimônio, sua conservação e desenvolvimento, bem como a colocação desses bens culturais a serviço da educação e do ensino, na forma prevista pela regulamentação dos museus históricos e pedagógicos do Estado. [...] (grifo nosso)

A leitura das atas¹⁵ das reuniões do Condephaat do ano de 1969 permite constatar que a Fazenda Boa Vista e o Solar Major Novaes são mencionados somente uma vez, não havendo outras discussões ou outras informações que deem pistas sobre a inclusão desse patrimônio na lista de preocupações do conselho, para além do que foi mencionado na reunião do dia 24 de setembro, conforme veremos mais adiante. Havia outros processos em tramitação, abertos meses antes, como o processo nº 8497 para

¹⁵ No Centro de Documentação do Condephaat estão faltando as atas de número 04, 05 e 08.

tombamento da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, aberto em março, e o processo nº 07861 para tombamento da Casa de Prudente de Moraes aberto em janeiro, ambos em 1969.

Talvez a explicação para o primeiro tombamento do Condephaat, o da sede da Fazenda Boa Vista, ter se concretizado com aparente rapidez repouse no fato de que o deputado federal José Henrique Turner¹⁶, nascido na cidade de Cruzeiro, era chefe da Casa Civil e respondia pela pasta da Cultura naquele período. Foi Turner quem aprovou o tombamento e assinou a resolução, tornando assim o Solar Major Novaes o primeiro bem tombado do estado de São Paulo. Na matéria “Nosso passado no Solar Major Novais”, do jornal “Folha de S. Paulo” de 03 de outubro de 1969, o articulista descreve, em tom nostálgico, a visita ao Solar, dando detalhes sobre a história da Fazenda Boa Vista, sobre o Major Novaes e sua relação com a família imperial. Referindo-se à possibilidade de uma “viagem no tempo”, menciona o tombamento e a criação do museu:

[...]Para que tudo isso fosse possível o governador Abreu Sodré, por iniciativa do chefe da Casa Civil José Henrique Turner adotou duas providências importantes, o tombamento do Solar Major Novaes para conservação do seu acervo e a transformação do sobradão da Fazenda Bela Vista [sic] em Museu Histórico e Pedagógico. [...]

Assim, pode-se inferir que as primeiras escolhas do Conselho eram direcionadas a partir do repertório, diverso, de seus conselheiros e da própria cúpula da administração estadual. Fica ainda evidente a atuação de um grupo conversador e tradicionalista, que mantinha vínculos com institutos históricos e que se valia das suas redes de influência para constituir patrimônio estadual paulista. (WOLFF, 2018). Sendo assim, é possível deduzir também que tanto o tombamento do Solar dos Novaes quanto a criação do Museu Major Novaes atenderam os objetivos de uma elite política e intelectual ainda adepta ao culto nostálgico ao passado, em consonância com o que Marly Rodrigues detectou como eixos estruturadores da ação preservacionista do Condephaat em sua primeira fase (1969 a 1975). Por um lado, vincula-se a uma

¹⁶José Henrique Turner nasceu em Cruzeiro (SP) no dia 5 de novembro de 1917. Estudou na Escola Normal de Guaratinguetá (SP), atual Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves, e em 1941 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Reeleito deputado federal em novembro de 1966, já na legenda da Arena, em fevereiro do ano seguinte, durante o governo de Roberto de Abreu Sodré (1967-1971), licenciou-se da Câmara por ter sido nomeado secretário extraordinário para os assuntos da Casa Civil. Ocupou interina e cumulativamente as secretarias de Negócios do Interior, da Fazenda, da Justiça, da Economia e Planejamento e de Cultura, Esportes e Turismo.

repetição do que a autora chama de ortodoxia do Sphan, baseada na noção de monumento histórico isolado, que privilegiava a arquitetura de escala grandiosa e a memória das elites como foco das escolhas, revestidas de uma valorização plástico-estilística. Por outro, as práticas circunstanciais do Condephaat aceleraram a valorização da arquitetura do século XIX, não pela celebração estética do neoclassicismo, mas porque acabava sendo enquadrada na utilização do critério de “valor histórico”, que alcançava tanto edificações urbanas como o Solar do Barão de Jundiaí, quanto às sedes de fazendas como a Boa Vista, de Cruzeiro, ambas associadas à expansão do café na região de Campinas no Vale do Paraíba e Campinas.

1.2 O Vale do Paraíba e a Fazenda Boa Vista: patrimônio histórico para o turismo.

Segundo Marly Rodrigues, a matriz conservadora e tradicionalista que está na gênese do Serviço de Museus Históricos era reproduzida nas decisões do Condephaat, que valorizavam a “importância da família proprietária”, sua atuação política e títulos nobiliárquicos. Contando com apoio de conselheiros como Aureliano Leite e Lúcia Falkenberg (presidente do colegiado), o Conselho alimentava a valorização de um período histórico representado, principalmente, pelo Vale do Paraíba e a região campineira como eixos de início do desenvolvimento do Estado de São Paulo. Fato a isso relacionado, e que chama a atenção no âmbito do tema desta dissertação, foi o registro em ata da reunião do Conselho, no dia 24 de setembro de 1969, em que consta a referência de Falkenberg sobre a proposição do conselheiro Paulo Duarte para o tombamento do Solar do Major Novaes:

[...]a senhora presidente lembrou uma antiga proposta do sr. Paulo Duarte, a propósito dos bens históricos e artísticos existentes em Cruzeiro, no solar do Major Novais, e que se encontram ameaçados de dispersão e perecimento, pelo que encareceu a conveniência de se solicitar ao Secretário Henrique Turner, substituto do atual titular da pasta da Cultura, Esportes e Turismo, o tombamento daqueles bens na forma que a legislação estabeleceu, o que foi aprovado. [...] (Centro de Documentação, Condephaat, 1969).

Personalidade importante na história política paulista, Duarte esteve ao lado de Mário de Andrade na elaboração do anteprojeto de criação do Sphan e no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo. Tornou-se docente da Universidade

de São Paulo junto ao Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, atuou ativamente no início da estruturação do órgão estadual de preservação, na elaboração da minuta para modificação da Lei 10.247/68 e na comissão de elaboração do regimento interno, posto que ocupou somente até maio de 1969, quando foi aposentado da Universidade compulsoriamente pela ditadura militar. Paulo Duarte também participou ativamente da criação do Museu da Casa Brasileira¹⁷ e, amigo do casal Crespi Prado, atuou no Conselho Diretor do museu.

Militante político desde a juventude, Duarte participou dos conflitos de 1924 de 1930 e como voluntário na Revolução de 1932, colaborando com o grupo armado no Vale do Paraíba, comandando o famigerado Trem Blindado, utilizado no ramal ferroviário que ligava São Paulo a Minas Gerais, passando por Cruzeiro. Em seu livro "Palmares pelo avesso" (1947), Duarte dá demonstração de seu vínculo com o movimento, por meio de um retrato dos acontecimentos da Revolução Constitucionalista e da memória de um projeto político em defesa da democracia contra a ditadura Vargas. (SANDES, 2012).

O exposto acima nos dá indícios sobre o interesse de Duarte pelo Vale do Paraíba e pela localidade de Cruzeiro, entretanto, não foram encontrados traços documentais de sua eventual sugestão para o tombamento do Solar, mas pode-se ponderar que esteja relacionada à valorização e preservação histórica dessa região e de sua importância no desenvolvimento e participação política dos paulistas na história do país. Duarte esteve, por certo, num dos epicentros do conflito de 1932. No Túnel da Mantiqueira e na Garganta do Embaú, situados na divisa entre Cruzeiro e a cidade de Passa Quatro, ocorreram importantes batalhas entre as tropas federais e as tropas constitucionalistas¹⁸. Entre os soldados que morreram em decorrência dos confrontos, está Manuel de Freitas Novaes Neto, conhecido como Capitão Neco, nascido em Cruzeiro em 15 de novembro de 1892, que foi comandante da 2ª Cia do 5º Regimento de Infantaria de Lorena. Neco era filho de Francisco de Paula Novaes e Anna Romeu, sendo por seu pai neto do Major Novaes.

A formação do município de Cruzeiro está ligada estreitamente à Fazenda Boa Vista e à sua posição geográfica entre São Paulo e Minas Gerais, estando ainda

¹⁷ Para saber mais sobre sua atuação consulte a dissertação de mestrado, de José Wilton Nascimento Guerra, "Projeto Ernani Silva Bruno: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da Casa Brasileira (1970-1979)"

¹⁸ Em 2008, pela lei estadual nº 13.203, Cruzeiro recebeu o título honorífico de "Capital da Revolução Constitucionalista de 1932".

próxima da divisa com o estado do Rio de Janeiro. As rotas comerciais nos anos de 1700, que buscavam o Porto de Parati, fizeram surgir na região, conhecida por Embaú, os primeiros povoados. Cruzeiro surgiu apenas no século XIX, quando, em 1871, é criado o município de Nossa Senhora da Conceição de Cruzeiro, nas terras da Fazenda Boa Vista. Os primeiros registros que fazem referência à sede da Fazenda estão no inventário do Capitão Antônio Dias Telles de Castro, segundo marido de Fortunata Joaquina do Nascimento. Nos documentos há várias referências ao “lugar denominado Boa Vista” indicando que, entre 1854 e 1874, a edificação da atual sede da fazenda, caracterizada como sobrado, já existia à margem esquerda do rio Paraíba. No ano de 1866, Dona Fortunata, casou-se pela terceira vez com o Alferes Manoel de Freitas Novaes, que logo viria a se tornar major. Por influência do Major Novaes a Ferrovia Dom Pedro II (posteriormente Central do Brasil), instalou-se uma estação, ao lado da qual se formou um segundo povoado, denominado Estação Cruzeiro, que em 1901 passa a ser município de Cruzeiro¹⁹.

Figura 1 – Fazenda Boa Vista – Marc Ferrez – 1882. Fonte: Acervo Museu Major Novaes

O Vale do Paraíba teve sua força de trabalho estruturada na mão de obra escrava, como região pioneira do café em São Paulo. As fazendas utilizavam uma técnica mais rudimentar de produção e beneficiamento do produto, sendo que boa parte

¹⁹ As referências sobre a história da cidade e do Major Novaes estão nos relatórios periódicos que Maria José Ferreira enviava ao Departamento de Museus e Arquivos (DEMA) no item “Histórico do MHP Major Novaes”, que estão na pasta “Cruzeiro” no Arquivo da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM).

dos lucros era investida em compra de escravos que chegavam da África pela costa fluminense e pelos portos do litoral paulista. Região geograficamente mais próxima à corte e da província fluminense, o Vale mantinha estreita relação com o governo imperial por meio de suas elites cafeicultoras. Era na corte que se negociava a produção e a concessão de títulos nobiliárquicos ou comendas e era sobretudo por ela que a riqueza advinda do café adquiria bens e referências europeias, que vão propiciar o aumento do conforto e requinte das sedes das fazendas. (MARINS, 2008).

Foi ao longo do Vale do Paraíba, região que abrange terras dos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, que se desenvolveu o primeiro ciclo do café, imprimindo uma paisagem da economia cafeeira representada pelas inúmeras fazendas da região. A implantação das primeiras fazendas, no lado fluminense do Vale, se deu pela tradicional forma de *plantation*, ou seja, grandes propriedades, cultivo para exportação, mão-de-obra escrava e uso extensivo da terra, sem preocupação com a degradação do solo. Gerando rapidamente grande concentração de riqueza, atingiu seu ápice por volta de 1840 quando o café representava 40% do total das exportações do país. Localidades como Paty do Alferes, Valência, Conservatória e principalmente Vassouras preservam esse testemunho da opulência desse período imperial da história do país. No lado paulista, as fazendas Pau d'alto na cidade de São José do Barreiro, Vargem Grande, em Areias, Resgate e Boa Vista em Bananal, Restauração em Queluz e Boa Vista em Cruzeiro estão entre as principais remanescentes da fase cafeeira do Vale paulista.

Marly Rodrigues destaca que, desde 1964, a intervenção do Estado na cultura abarcaria o patrimônio histórico sob o ponto de vista de sua valorização econômica. Estava entre as intenções do governo federal, a exploração sistemática das atividades turísticas, que havia criado o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) em 1966,²⁰ ambos voltados a coordenar as atividades do turismo às necessidades do desenvolvimento econômico e cultural, constituindo um núcleo de política econômica do presidente Castelo Branco. Capitaneado principalmente pelas

²⁰ A Empresa Brasileira de Turismo foi criada pelo Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro de 1966 como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o nome Instituto Brasileiro de Turismo passou, o órgão passou ao status de empresa estatal, responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito à promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, as atribuições foram direcionadas exclusivamente para a promoção internacional.

“Normas de Quito²¹” de 1967, que recomendava projetos de valorização do “patrimônio monumental”, o turismo passou a fazer parte dos planos de desenvolvimento nacional, associando as práticas de proteção patrimonial à implementação de equipamentos turísticos e estratégias de promoção. A valorização turística do patrimônio já se mostrara eficiente em outros países e, além disso, possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o esforço do civismo. A propaganda dos “monumentos históricos”, juntamente com as das “festas típicas” e das “belezas naturais”, promoveria aos olhos do mundo e dos brasileiros a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro”. (RODRIGUES, 2000, p.31).

Conforme mencionado anteriormente, a reunião capitaneada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, para discutir a conservação e utilização dos monumentos históricos e artísticos, apontava a preocupação com o desenvolvimento econômico das Américas, em especial, da América Latina. As diretrizes das “Normas de Quito” iriam no mesmo sentido de outros congressos sobre preservação do patrimônio e desenvolvimento do turismo, que já haviam acontecido, destacando entre outros pontos “os monumentos em função do turismo”. Portanto, as políticas dos governos federal e estadual daquele período estavam articuladas na mesma perspectiva do desenvolvimento econômico. No âmbito estadual paulista, a criação, em 1967, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo – à qual foram sendo agregadas instituições antes ligadas às Secretarias de Governo e da Educação, como o Serviço de Museus Históricos, o Arquivo do Estado, a Pinacoteca e o Conselho Estadual de Cultura –, estava articulada ao fomento de ações ligadas ao turismo, promovendo também diferentes propostas, como a criação do Festival de Inverno de Campos do Jordão, assim como a criação do Condephaat, que tinha a atribuição de valor turístico em seu próprio nome.

Entre as ações que corroboram essa diretriz de associação entre patrimônio e turismo no âmbito paulista está a elaboração e distribuição de material gráfico de divulgação dos municípios do Estado, desenvolvidos pela gestão Abreu Sodré, encontrados durante a pesquisa. Em folheto impresso²² pela Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo para divulgação do município de Cruzeiro, há informações sobre hospedagem, restaurantes, transporte, dados gerais sobre a cidade, sendo que a referência sobre a história local é a Fazenda Boa Vista e o seu proprietário, o Major

²¹ Documento final do encontro ocorrido em 1967 no Equador, realizado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA).

²² Anexo A, reprodução de folder com 3 dobras, material cedido por Vicente Vale

Novaes. Sua proximidade com o imperador e a família imperial é descrita como influência decisiva para o traçado da ferrovia cruzar suas terras, havendo também uma longa descrição do “sobradão” e do mobiliário que serviram ao imperador quando em visita à região. Em destaque nas fotografias estão a Capela, que havia na Fazenda e foi tombada juntamente com o Solar e imagens sacras pertencentes a ela. Outro material de divulgação que foi localizado e que merece ser mencionado é uma brochura²³, um pouco mais elaborada, para divulgação dos Museus Históricos e Pedagógicos, “de caráter eminentemente turístico” como destacado no trecho de abertura, traz informações sobre 20 municípios e os MHPs neles instalados. Na contracapa, o texto em inglês descreve o caráter cívico e educacional dos museus históricos abertos à visitação e o endereço do posto de informações no Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas.

Os dois impressos acima citados datam de 1968, portanto do início da gestão Abreu Sodré, e são anteriores ao tombamento do Solar Major Novaes e a criação do MHP Major Novaes em 1969. Alguns anos depois, já na gestão do governador Laudo Natel (1971-1975), o jornal “O Estado de S. Paulo”, em 19/03/1972, publica a matéria intitulada “Museu Histórico no Solar das Figueiras”, sobre a desapropriação do Solar e a criação do MHP. O texto descreve a casa e traz informações sobre o Major Novaes e sua relação com a história do município, mencionando os encaminhamentos para a abertura do museu, após algumas “obras de restauração”. Chama atenção o parágrafo que diz: “Com a transformação do Solar em Museu, Cruzeiro preservará sua história e dará início à ‘era do turismo’, uma das pretensões da sua atual administração”, uma evidente alusão às políticas do governo estadual. Entretanto, tal diretriz não chegou a dar frutos no que tange ao desenvolvimento econômico da cidade, como anunciado na matéria jornalística. O hoje chamado “Vale histórico”, como é comumente conhecido no estado de São Paulo o trecho do Vale entre as serras da Bocaina e da Mantiqueira, ficou associado ao “turismo rural”, protagonizado pela hospedagem em fazendas, mas isso não impactou Cruzeiro.

1.3 Um museu casa?

O estudo e organização de uma tipologia específica sobre “casa museu” ou “museu casa” é relativamente recente, sendo, aliás, bastante posterior à criação dos MHPs paulistas que se enquadram nessa categoria. O Comitê Internacional de Casas

²³ Anexo B, reprodução de brochura, material cedido por Ana Carolina Xavier Ávila

Históricas (*Demeures historiques* – Demhist²⁴), do Conselho Internacional de Museus (Icom), foi criado apenas em 1999, com objetivo de se dedicar às especificidades desta tipologia de museus. Desde sua criação, o Demhist tem se dedicado à organização de encontros, simpósios e seminários, discutindo temas específicos relacionados à casa-museu, características e especificidades na comunicação museológica e sua categorização. O projeto de categorização iniciou-se com os trabalhos da museóloga italiana Rosana Pavoni, além de diversas contribuições de membros do comitê. No Brasil, as primeiras discussões sobre as especificidades dos Museus Casa foram desenvolvidas pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Os seminários por ela promovidos nos anos de 1990 trouxeram contribuições para as reflexões sobre essa tipologia de museu, gerando inclusive uma aproximação com as experiências portuguesas, por meio dos Encontros Luso-Brasileiros durante os anos 2000. Considerado o primeiro museu casa do país, o Museu Casa de Rui Barbosa foi aberto ao público em 1930 e tombado pelo Sphan em 1938.

À partir da categorização de nove tipologias sugerida pelo Demhist, Ana Cristina Carvalho, em publicação de 2013, denominada “Museus-Casas históricas no Brasil”, faz um mapeamento das edificações sugerindo as seguintes categorias adaptadas para o contexto brasileiro: 1) *Casas de personalidade*: espaços onde viveram pessoas importantes ou que por lá tenham passado; 2) *Casas de colecionador*: onde a coleção é a referência para a musealização; 3) *Casas de eventos históricos*: que rememoram fatos específicos para um grupo social; 4) *Casas de sociedade local*: que se conectam à identidade de um grupo específico; 5) *Casas de poder*: palácios ou sede de governos; 6) *Casas clericais*: residências do clero aberta à visitação pública; 7) *Casas vernaculares*: construções modestas em que se empregam recursos do próprio ambiente; 8) *Casas de beleza*: criações artísticas com caráter estético primordial; 9) *Casas ancestrais*: casas de campo e pequenos castelos; 10) *Casas para museus*: residências adaptadas para apresentar coleções que não possuem ligação direta com a história do imóvel; 11) *Salas temáticas*: cuja ambientação remete a períodos históricos do passado; 12) *Casas rurais*: casas de fazendas abertas à visitação.

Partindo dessa conceituação, pode-se dizer que o Museu Major Novaes, quando criado em 1969, se enquadraria na categoria “casa de personalidade”, pois o Major Manuel de Freitas Novaes é uma figura que se confunde com a própria história da

²⁴ O Demhist é um Comitê Internacional do Icom Conselho Internacional de Museus com foco na conservação e gestão dos Museus Casa. Seu nome é uma abreviatura do termo francês “*demeures historiques*” (casas históricas).

cidade de Cruzeiro e o museu, instalado em sua residência ornada com todas as alfaias e mobiliário a ele pertencente, levava seu nome desde a sua criação. Nascido em 1829, na freguesia de Pinheiros da vila de Queluz, filho de Manoel Novais²⁵ da Cruz e Clara de Freitas e Silva casou-se com Fortunata Joaquina dos Nascimento em 2 de outubro de 1865 na capela da Fazenda Boa Vista. Promovido a Major do esquadrão da 5ª Cavalaria da Guarda Nacional da Província de São Paulo, possuía profunda admiração pelo império e por Dom Pedro II, desfrutando de grande influência regional durante aquele período. Após o falecimento de Fortunata, casou-se com Eva Maria Ferraz, com quem teve três filhos: João Batista Novaes, Francisco de Paula Novaes e Rosalina Novaes.

Figura 2 – Família Novaes. Fonte: Acervo Museu Major Novaes²⁶

Um dos representantes da elite econômica cafeeira do Vale do Paraíba no final do século XIX, produtor do Café Coroa, acompanhou as transformações sociais com a chegada da mão de obra livre e a proclamação da república. Parte de suas terras foi desapropriada pelo recém governo republicano para expansão da ferrovia Monarquista convicto, após a proclamação da República, visitou a família imperial exilada na Europa,

²⁵ Do decorrer desta pesquisa, foram encontrados em documentos mais antigos a grafia Novais, mantivemos a grafia Novaes, de acordo com os registros mais recentes.

²⁶ Ao centro Major Novaes, a foto da Família Imperial que está na parede é de Marc Ferrez, datada de 1887.

participando de eventos sociais junto aos Orléans e Bragança. Marcou presença nas memórias de quem o conheceu nessa ocasião, pois causara sensação com seu “cigarro caipira” e “modo paulista de falar”. Na introdução ao diário da Princesa Isabel, de 1884, J.F. (Yan) de Almeida Prado descreve o episódio em que o Major Novaes se perde do grupo brasileiro após as corridas em Ascot²⁷ e os companheiros aflitos se perguntavam “onde estaria o diabo do homem que só fala paulista”. O autor revela também a proximidade entre o Major Novaes e a família imperial, em trecho do diário da Princesa Isabel em visita à São Paulo em 27 de novembro 1884: “bom Novais, que tem suas esquisitices mas é bom homem e muito serviçal” (MOURA, p.233, 1998). O Major dotou a residência de luxos europeus como cristais *Baccarat*, porcelana de *Sèvres*, e também um retrato esculpido em terracota realizado durante a visita à França, esculpido por G. Monti em Vichy em 1893 (MARINS, 2008), itens que ainda integram o acervo do Museu, pois foram desapropriados juntamente com o imóvel e todo o restante do acervo da casa.

O “Solar dos Novaes”, como o casarão sede da Fazenda Boa Vista ficou conhecido, ao longo de sua história passou por várias transformações. Edificação datável entre 1854 e 1874, constitui importante exemplo das grandes moradias rurais de cafeicultores do Vale do Paraíba. O amplo sobrado quadrangular com quatorze janelas de frente, representante do neoclassicismo simplificado característico do século XIX, assim como sua disposição interna, com grandes salões, alcovas no centro da construção e oratório de armário. As paredes externas foram erguidas em adobe, com taipa de pilão e outras aplicações em pau-a-pique, estruturado com pilares e vigas de madeira, mas que foram modificadas ao longo do tempo. Atualmente, no pavimento térreo as paredes externas são em tijolos, provavelmente construídas em intervenções posteriores e seu formato retangular original sofreu acréscimo de um anexo. Na restauração empreendida pelo Condephaat, em 1983, foi introduzida uma estrutura metálica de reforço à de madeira comprometida. Possui atualmente uma extensão total, casa e área verde circundante, de 21.463,68 m².

Conforme mencionado anteriormente, o tombamento da Fazenda Boa Vista, o primeiro realizado pelo Condephaat, incluiu além da casa, as áreas circunjacentes (incluindo a capela) bem como todos os objetos que ornavam seu espaço interno, como o mobiliário, quadros, porcelanas, fotografias, cristais, livros, documentos e objetos de

²⁷ Ascot é uma cidade na região de Windsor e Maidenhead, no condado de Berkshire. É conhecida por ser sede do Circuito de Corridas de Ascot, uma famosa corrida de cavalos realizada desde 1711, frequentada pela família real e pela elite britânica e europeia

culto católico e imagens sacras. Em carta de Vinício Stein Campos ao deputado Henrique Turner, chefe da Casa Civil e respondendo pela Secretaria de Cultura,, datada de 01 de outubro de 1969, o conselheiro do Condephaat esclarece algumas questões relativas ao tombamento, conforme notícias que haviam chegado, por meio de um “amigo da família” e membro do Instituto Histórico e Geográfico, sobre dúvidas de Dona Tita²⁸ e de alguns familiares sobre a posse dos bens tombados, indicando que havia incertezas quanto à finalidade e trâmites legais do mecanismo de preservação. Stein Campos continua sugerindo que, a partir do inventário que estava em fase de elaboração, os bens fossem avaliados e o valor final estipulado pago, como forma de garantir à proprietária, já em idade avançada, recursos para subsistência, e foi deste modo que a desapropriação passou a ser cogitada. Vale destacar que na política de preservação raramente o bem tombado é desapropriado²⁹, e Stein Campos justificava essa exceção pela necessidade de expropriação “para que o conjunto dos bens tombados não corresse o risco de dispersão”, uma vez que, com o falecimento de Dona Tita, e a consequente partilha entre os herdeiros, poderia “dispersar o disposto no tombamento” ou seja, o desmembramento entre casa e coleção.

Pode-se conjecturar que o interesse de Stein Campos em manter a casa com todo seu aparato doméstico preservada estaria relacionado à efetiva instalação do MHP Major Novaes, conforme registrado na solicitação de tombamento. Tal intenção pode também ter sido motivada pelo desejo de ter-se no Vale do Paraíba paulista um museu casa nos mesmos moldes do que fora criado em 1968 no Vale do Paraíba fluminense. Conforme mencionado anteriormente, o tombamento de residências de personalidades também era praticado pelo Iphan, sendo importante que se lembre aquele realizado, na cidade de Vassouras em 1952, relativo à “Casa da Hera”. Residência da família Teixeira Leite, que enriqueceu com o comércio cafeeiro e com o tráfico de escravos no Vale do Paraíba fluminense, ela fora preservada integralmente pela vontade de sua herdeira, Eufrásia Teixeira Leite, que a deixara em testamento para as Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, tanto o imóvel quanto o riquíssimo conjunto de objetos ali mantidos. O tombamento da “Chácara da Hera”³⁰ oficializou essa preservação imaginada pela proprietária, incluindo a casa, os terrenos subjacentes, o mobiliário, utensílios domésticos, quadros e demais objetos que foram da família. Em 1965, a gestão da casa

²⁸ Celestina Novaes dos Santos Antunes, neta do Major Novaes, conhecida na cidade de Cruzeiro como Dona Tita, residiu no Solar até início dos anos de 1970

²⁹ Esse procedimento voltaria a se repetir no processo de tombamento da casa onde viveu o Conselheiro Rodrigues Alves em Guaratinguetá, e nos dois casos os argumentos também se relacionavam à instalação dos MHPs.

³⁰ IPHAN - Processo nº459 – T – 52 de 21 de maio de 1952

foi transferida ao Iphan, por meio de um comodato de carácter permanente e, em 1968, a “Casa da Hera” passa a ser um museu, nos moldes do que hoje denominamos de museu casa.

Tombado e desapropriado no ano seguinte da abertura da Casa da Hera como museu, o Solar Major Novaes tornava-se o espelho paulista daquela “casa de personalidade” do vale fluminense. De fato, ambas possuem atributos semelhantes, como a arquitetura neoclássica, a inserção urbana, o conjunto de objetos decorativos e de uso doméstico, sendo que tanto a moradia, sua decoração e os terrenos circunjacentes foram tombados como um “conjunto”. Caracterizavam assim, ambas, a preservação de um conjunto íntegro, representante do modo de vida ligado à cafeicultura do final do século XIX. Não seria a primeira vez que Vinício Stein Campos se valeria de um exemplo fluminense. Apesar de não explicitar suas preferências a respeito dos museus históricos, havia uma aproximação com os museus do Rio de Janeiro. Em sua tese de doutoramento, Simona Misan apresenta vários indícios do distanciamento em relação ao Museu Paulista, que estaria relacionado ao seu diretor Mário Neme, crítico declarado à política de criação dos MHPs. A proximidade com o Museu Imperial e seu diretor à época, Lourenço Luiz Lacombe³¹, fica evidente em correspondências solicitando estágio e visitas técnicas. Além disso, a predileção pelo Museu Imperial estaria também relacionada ao “patrono + cidade”, no caso Petrópolis e Dom Pedro II, e a influência na construção desse modelo no exercício da museologia que os MHPs propagavam. “A indicação do Museu Imperial como uma instituição exemplar põe também em evidência o fato do atual museu ter sido uma antiga e legítima ‘casa histórica’”. (MISAN, 2005)

Além de ser o primeiro bem protegido no estado de São Paulo, o Solar Major Novaes também se destaca pela peculiaridade do seu tombamento abarcar a edificação, seus bens móveis, área envoltória e a capela, formando um conjunto único no estado de São Paulo. A resolução de tombamento publicada no “Diário Oficial do Estado”, em 24 de setembro de 1969, na página 42 determina:

[...] Artigo 1º - **Fica tombada, como monumento histórico** de São Paulo, a propriedade de dona Celestina Novaes dos Santos Antunes na cidade de Cruzeiro, denominada Boa Vista compreendendo a casa residencial, os terrenos circunjacentes que a ambientam e a Capela neles existentes com todas as suas dependências e instalações.

³¹ Lacombe participou da reunião do CONDEPHAAT em 13/03/1970

Artigo 2º - Fica **igualmente tombada como parte integrante do monumento** a que se refere o artigo 1º o acervo existente na mencionada casa residencial, compreendendo móveis, guarnições, quadros, objetos de uso e de adorno, utensílios, armas, louças, cristais, documentos, jornais, livros, oratório, imagens, objetos de culto, alfaia fotografias que se destinam a compor o patrimônio do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes desse município. [...] (grifo nosso)

Figura 3 – Sala de jantar - Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins, 1981.

Figura 4 - Salão principal – Arquivo MHPMN – década de 1980

Figura 5 – Sala de estar – Arquivo MHPMN – década de 1980

O Condephaat se dedicou ao tombamento de conjuntos urbanos como os das cidades de Amparo, Cananéia, Espírito Santo do Pinhal, Iguape, Santana do Parnaíba, São Luiz do Paraitinga, além de complexos Ferroviários como em Paranapiacaba, estações e acervos ferroviários, bem como grandes áreas naturais como a Serra do Mar e Maciço da Juréia, conjuntos de obras dos pintores Benedito Calixto, Almeida Júnior e Candido Portinari, acervos museais como o do Museu de Arte Sacra de São Paulo e a Coleção Artística do Museu Paulista e o acervo do Museu de Arte Contemporânea de

São Paulo. Porém, um conjunto rural, composto por casa, entorno e seu mobiliário, como o do Solar Major Novaes, é um caso raro.³² Além dessa iniciativa não ter gerado uma prática recorrente, o órgão estadual de preservação não menciona esse vínculo singular no catálogo online do Condephaat, disponível no site do órgão de proteção. Na “pesquisa online de bens tombados”, não há menção sobre o conteúdo da casa ou o “conjunto” do tombamento; no texto, além da descrição do contexto histórico da região e do patrono, descreve as características arquitetônicas e faz referência ao uso da edificação, como podemos ver a seguir:

Localização: Entre as Ruas Engenheiro Antônio Penido, Voluntários Paulistas e Jorge Tibiriçá – Cruzeiro

A implantação da cultura do café na região do Vale do Paraíba e, em seguida, a introdução da ferrovia, no século XIX, promoveram o desenvolvimento da cidade de Cruzeiro. Data desse período a construção do Solar dos Novaes, sede da Fazenda Boa Vista que pertenceu ao major Manoel de Freitas Novaes, rico produtor e exportador de café. Construída em adobe, no pavimento inferior, e pau-a-pique, no superior, o sobrado apresenta-se inteiramente estruturado com pilares e vigas de madeira. Atualmente, no pavimento térreo as paredes externas são em tijolos, provavelmente erguidas em intervenções posteriores. A sua planta retangular original sofreu, na década de 1940, acréscimo de um anexo na elevação posterior que antigamente era considerada principal. Na restauração empreendida pelo Condephaat, em 1983, foi introduzida uma estrutura metálica de reforço à de madeira comprometida. As suas dependências abrigam o Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes³³

De acordo com o exposto anteriormente, o seu exemplo fluminense, a Casa da Hera, que havia sido tombada pelo IPHAN em 1952 e aberta do público como Museu Casa da Hera em 1968, teve em seu tombamento a inclusão dos objetos da casa, alfaias, mobiliário e área envoltória, formando o que Daniele de Sá Alves destacou como “conjunto social”:

O parágrafo supracitado muito fala sobre o ponto de vista defendido na presente pesquisa, ao considerar “toda a Casa da Hera” – edificação, objetos e ambiente – como um “conjunto social”. Podemos perceber a

³²Tombamento semelhante englobando arquitetura e acervos foi realizado para Fazenda Pinhal, em São Carlos. Resolução 48 de 16/12/1981

³³ Fonte: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/solar-do-major-novaes/>

valorização do espaço a partir de uma visão integral, ou seja, o espaço que faz sentido a partir das relações que estabelece com as pessoas que ali viveram, trabalharam e fizeram negócios em um determinado tempo, em relação às pessoas que realizaram a manutenção daquele espaço quando já não existiam moradores ali e, da mesma forma, em relação às pessoas, que num tempo posterior – até os dias de hoje – visitam/frequentam aquele mesmo espaço em busca da apreensão sobre o modo de vida daqueles que o precederam.(ALVES, 2014, p.62)

O parágrafo que Alves se refere está no artigo de Augusto Carlos da Silva Telles denominado “*Vassouras (estudo da construção residencial urbana)*”, publicado na “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” em 1968. No mesmo artigo, Telles destaca a importância da Casa da Hera, e afirma ainda considerá-la um “verdadeiro museu”.

Este conjunto social, assim como toda a Casa da Hera conserva-se, por verdadeiro milagre, inteiramente autêntico, sendo mesmo, no seu todo, – edificação e ambiente – um dos monumentos residenciais mais bem conservados do século XIX. Constitui-se por essas razões, **um verdadeiro museu**, que precisa ser conservado, com um espécime original, e representativo das edificações residenciais urbanas do ciclo do café. (TELLES, 1968, p. 76 e 77, grifo nosso)

Baseando-se nos indícios da proximidade de Vinício Stein Campos com a museologia praticada por Lacombe, no Rio de Janeiro, podemos conjecturar que o tombamento da propriedade de Celestina Novaes, incluindo seus objetos, para constituir o acervo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, seguiu, de fato, o exemplo fluminense, na preservação desse representante de “conjunto social” no Vale do Paraíba Paulista. Residência e objetos da família Novaes formaram um conjunto representativo do modo de vida de uma família abastada, decorrente do estabelecimento da cultura do café na região do Vale do Paraíba, assim como a Casa da Hera, representa a riqueza no Vale do Paraíba Fluminense. Entretanto, podemos apontar diferenças entre esses conjuntos sociais.

A “prima fluminense”, a Chácara da Hera, simboliza o período áureo, do primeiro ciclo do café, que o desenvolvimento econômico gerou riqueza para além da produção agrícola, que incluía o transporte, exportação, tráfico de escravos e todo tipo de transação financeira, que manteve a fortuna da família Teixeira Leite por várias

gerações. A Casa se manteve fechada e intacta a partir de 1873, quando as irmãs herdeiras se mudaram para Europa. Eufrásia Teixeira Leite mantinha correspondência constante com os funcionários que ficaram responsáveis pela manutenção da propriedade, para que nada fosse modificado, tudo permanecendo do mesmo modo que quando vivia com os pais. Essa prática não mudou mesmo após seu falecimento em 1930, pois deixou expresso em testamento que nada poderia ser modificado, deste modo,

[...] a casa transformou-se numa espécie de caixa mágica, um portal do tempo. Enquanto Vassouras se transformava – novas ruas eram abertas, novas construções surgiam, muitas casas antigas eram derrubadas e seus móveis eram destruídos, viravam sucata, ou eram vendidos em brechó – na Casa da Hera nada mudava: tudo permanecia igual, como se os donos fossem voltar a qualquer momento. (Coleção Museus do Ibram, 2015, p.76)

Contudo, a “prima paulista”, a Fazenda Boa Vista, manteve-se “viva” e parte do desenvolvimento da sociedade e da família proprietária até 1969, ano de sua desapropriação. Acompanhando as transformações do tecido urbano do seu entorno, o casarão sofreu a ação do tempo e do uso contínuo pela família Novaes, enfrentando também as alterações políticas e sociais do final do século XIX e início do século XX. O fim da mão de obra escrava e do regime imperial, e a consequente perda do prestígio político pelo Major Novaes, que se mantinha fiel ao regime e a Dom Pedro II, frente ao novo governo republicano, deixaram marcas expressivas na propriedade e nos bens da família. Assim, o tombamento e criação do MHP Major Novaes se tornam instrumentos responsáveis pela preservação de um “conjunto emblemático da trajetória das gerações que viveram e habitaram a casa”, que atravessara mais da metade do século XX na mesma família.

Isso pode ser observado pelas diferenças entre a preservação do acervo da Casa da Hera e do Solar Major Novaes. Enquanto na primeira, casa e objetos ficaram “congelados” no tempo, materiais delicados como cristais e louças, e de difícil conservação, como as peças do vestuário de Eufrásia Teixeira Leite, mantiveram-se intactos e seus conjuntos preservados. Já na fazenda Boa Vista, a família Novaes fazia uso da casa, do seu mobiliário e demais objetos domésticos, além de empreender intervenções no edifício, como é o caso do “anexo”, um “apêndice” que se apoiava na edificação principal, composta por quartos, banheiro, cozinha e garagem. De acordo

com Marly Rodrigues a construção, na parte posterior da casa, que foi incorporada retirando-se a escada externa que ligava a cozinha ao terreiro, teria sido realizada provavelmente entre os anos de 1910 e 1920, para abrigar o casal Celestina (Dona Tita) e o marido que se casaram em 1914. Apesar de desfigurar a edificação, no que tange ao modelo de sede de fazenda cafeeira no século XIX, o “anexo” fazia parte da história da família e da edificação. Essa construção que descaracterizou o traço retangular da edificação foi pivô de um longo debate sobre sua retirada ou não, que será detalhado adiante, no Capítulo 2.

A análise dos primeiros documentos no processo de tombamento fica evidente que a iniciativa só seria efetivamente garantida se procedesse a desapropriação, permitindo assim, como no caso fluminense, a sua conversão em um museu casa, preservando todo o seu “conjunto”. Iniciou-se, então, o longo processo de desapropriação³⁴ dos bens tombados por solicitação da presidente do Condepheet, que oficiou para a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Esse órgão esclareceu não ter competência para avaliar os bens móveis e sugeriu a formação de uma comissão para essa finalidade³⁵. Assim, o secretário de Cultura sugere que três conselheiros façam a avaliação. A presidente Lucia Falkenberg esclareceu, contudo, não ser de competência daquele colegiado tal parecer. Desse modo, o Conselho Estadual de Cultura foi consultado para que procedesse a avaliação, tendo sido, porém, o pedido negado pela justificativa de não possuir técnicos para essa finalidade. Francisco Luiz de Almeida Salles³⁶ requereu, então, à Secretaria da Cultura verba destinada à contratação de profissional especializado para a tarefa, contudo o pedido também foi recusado. Mediante as recusas, uma carta detalhada sobre as dificuldades na realização da avaliação dos bens móveis foi encaminhada à Luís Saia, responsável pelo 4º Distrito do SPHAN, em São Paulo, que esclareceu que tal avaliação somente teria validade jurídica mediante uma comissão de três membros e que, ao menos um, deveria ser especialista em antiguidades.

Após um ano de idas e vindas de ofícios, o chefe de Gabinete da Secretaria, função então desempenhada por Fernando Guedes de Moraes, solicitou à Vinício Stein Campos que desse uma solução para a situação. Sendo assim, Stein Campos convidou dois colegas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Álvaro do Amaral e Lúcia

³⁴ Cessão ao domínio público, compulsória e mediante justa indenização, de propriedade pertencente a um particular.

³⁵ Ofício nº356 de 13/05/1970 do Procurador Chefe J.J. de Faria Cardoso anexado ao processo de tombamento nº13.227/69 página 32.

³⁶ À época respondendo pela presidência do CONDEPHAAT

De Tomasi, a fazerem, juntamente com ele, a avaliação do acervo. Finalmente, em janeiro de 1971, o termo de arrolamento foi lavrado e encaminhado à Procuradoria Geral do Estado, que deu andamento nos trâmites do processo de desapropriação do imóvel e dos bens móveis³⁷. No desenrolar do processo, que contém mais de 90 páginas, estão inseridos os documentos relativos ao registro de imóveis, em nome da proprietária Celestina de Novaes, na comarca de Cruzeiro, certidões de débitos e a descrição exata das medidas relativas à extensão e limites da propriedade.

Nesse processo, há uma retificação: alguns objetos, que seriam da capela e estavam na lista de avaliação, são retirados e sua quantia descontada do valor final, inicialmente definido, para pagamento da indenização, provavelmente indicando um lapso na conferência, ou indefinição por parte da proprietária ou dos avaliadores, quanto ao que seria desapropriado. Esse não foi o único equívoco no desenrolar dos processos pois, no termo de avaliação, elaborado por Vinício Stein Campos e assinado pelos avaliadores, o nome da proprietária está registrado como Clementina (e não Celestina como é o correto), indicando uma ausência de revisão nos documentos, que podemos atribuir à rapidez com que todo o processo se desenrolou. Assim, em 1º de fevereiro de 1972, foi publicado o decreto de utilidade pública e, mais de um ano depois, o *Diário Oficial do Estado*, no dia 05 de maio de 1973, publica o ato de desapropriação do Solar e de seus objetos que comporiam o acervo do Museu Major Novaes pelo valor de Cr\$ 945.215,00 (novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quinze cruzeiros), dos quais Cr\$ 347.000,00 pelo terreno, Cr\$ 335.000,00 pelas benfeitorias e Cr\$ 263.415,00 pelos móveis e objetos. Deste modo, o bem tombado em 1969 passou a ser propriedade do Estado em 1973, incluindo a sede do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, assim como a capela, os objetos de uso doméstico, mobiliário, louças e imagens sacras que pertenceram à família, constituindo no seu acervo. A propriedade passa assim, do uso privado para o uso público.

1.4 As primeiras atividades museais

Na história da implantação dos MHPs, os museus já contavam com uma gestão compartilhada entre estado e prefeituras, cabendo a estes sua manutenção física e despesas com a conservação do edifício e/ou segurança. Porém, essa parceria era firmada sem registros documentais sobre os limites de cada responsabilidade (AVILA, 2014). Em muitos casos, incluía-se nos “considerando” dos decretos de criação, e/ou

³⁷ Processo nº 13227/69 páginas 29 a 45.

instalação, a justificativa devido à solicitação do município. Em outros casos, o prefeito enviava ofício manifestando o interesse na instalação do museu, como é o caso do MHP Major Novaes. Em ofício de 17 de novembro de 1971, endereçado ao secretário estadual de Cultura, Esportes e Turismo, o prefeito Hamilton Vieira Mendes solicita a instalação do MHP na cidade e indica o local: “no cenário onde sempre viveu o saudoso Major Manoel de Freitas Novaes, no imóvel que se constitui em uma das mais preciosas relíquias históricas desta região e agora, devidamente tombado, em fase de incorporação ao patrimônio histórico do Estado de São Paulo³⁸”.

Conforme mencionado anteriormente, não havia nenhum contrato formal ou convênio estabelecido e assinado entre as esferas pois, de modo geral, as prefeituras se encarregavam da segurança e limpeza e o Estado indicava servidores estaduais, basicamente professores da rede estadual, para a gestão dos MHPs. Teria sido esse ofício, encaminhado pelo prefeito, o documento oficializando o “contrato entre as partes”, registrando o interesse e aceite da municipalidade em assumir parte da gestão do museu?

Nos arquivos do Museu Major Novaes e da Unidade de Proteção do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura, não foram encontrados registros de uma inauguração oficial ou detalhes mais concretos sobre o funcionamento do Museu. Os registros sobre as primeiras atividades do MHP Major Novaes são os relatórios assinados pela funcionária Maria José Ferreira, arquivados na UPPM, na pasta “Arquivos do DEMA” (antigo Departamento de Museus e Arquivos). Em relatório de 16 de maio de 1979, assinado pela funcionária, referente aos anos de 1976, 1977 e 1978, informa-se que “a antiga proprietária residiu na casa até julho de 1975 e as atividades do museu iniciaram-se em agosto daquele mesmo ano”. O funcionamento era restrito aos dias da semana e a vigilância e conservação da área externa era realizada por funcionários da prefeitura. O relatório traz ainda informações sobre o horário de funcionamento (das 9 às 11 horas e das 13 às 17 horas) e a descrição das visitas ao museu, que ocorriam sempre com acompanhamento de um funcionário, que destacava a história da Fazenda Boa Vista, do Major Novaes, e sua relação com Dom Pedro II, evidenciando o mobiliário e os objetos da casa.

O primeiro registro de número de visitantes é do ano de 1978, totalizando 1.818 pessoas entre grupos, turmas escolares e visitantes espontâneos, sendo que todas as

³⁸ Ofício nº876/71, processo de tombamento 13.227/69 Centro de Documentação do Condephaat e Arquivo da UPPM pasta “Cruzeiro”.

visitas eram “guiadas”; Declarando-se também ter se encaminhado ofício, no início do ano letivo, aos “Coordenadores de Educação Moral”, notificando a disponibilidade do museu para receber os alunos e professores para pesquisa; acrescenta ainda a realização de palestras durante a Semana da Pátria como atividades no museu nos anos de 1976 e 1977. A funcionária informa ter sido realizada em 1978 uma “palestra de despedida para o Professor Vinício Stein Campos”, embora não haja mais informações, podendo-se supor que seja em razão da proximidade da aposentadoria do diretor da Divisão de Museus³⁹ em 1979.

A primeira lista do acervo do Museu Major Novaes registrada nos processos de tombamento do Condephaat e nos arquivos da UPPM está assinada por Maria José Ferreira e é de 23 de outubro de 1978. Na lista, os objetos são descritos de forma simples, de acordo com os ambientes da casa, seguindo basicamente a mesma ordem da lista na resolução de desapropriação. Além dos objetos tombados, estão relacionados objetos indicados como “doação”, entre eles estão fotografias, livros, documentos, jornais, revistas e cartas. A relação inclui também móveis de uso do museu: armários, arquivo, mesa com três gavetas, máquina de escrever e dois extintores de incêndio. Nos arquivos do MMN estão preservados os livros tombos que foram feitos sob a orientação da “Comissão de Dinamização de Museus”.

Segundo Maria Ignez Mantovani, entre o final da década de 1970 e início de 1980, foi constituída a Comissão de Dinamização dos Museus, idealizada pelo então secretário de Cultura, Cunha Bueno. “Tal iniciativa surgiu como resposta às demandas providas dos gestores municipais do interior do estado, que se queixavam da situação de abandono em que se encontravam os Museus Históricos e Pedagógicos” (AVILA, 2014, p.79). Assim, várias ações foram empreendidas com o objetivo de qualificar e fortalecer as instituições. De fato, as informações nos livros de registro do MHPMN foram feitas de forma minuciosa e de acordo com os procedimentos atuais de boas práticas museológicas, indicando que houve uma orientação técnica para o preenchimento. Na folha de abertura, há a importante informação de que o Vinício Stein Campos havia aberto um livro tombo em 1974, sendo, portanto, anterior ao início das atividades do museu. Contudo, durante as duas visitas realizadas ao MMN não foi possível localizar tal documento.

³⁹ Vinício Stein Campos foi diretor do Serviço de Museus Históricos que funcionou até 1974, quando passa a ser “Divisão de Museus” no governo de Paulo Egydio e a Secretaria passa a Cultura Ciência e Tecnologia. Em 1979 foi aposentado compulsoriamente.

Concomitantemente às ações da Comissão de Dinamização de Museus, a Secretaria de Estado da Cultura empreendeu um projeto de patrimonialização do acervo, demanda administrativa decorrente da necessidade de identificar e registrar devidamente os bens móveis do Estado, atendendo à legislação vigente no período. Apesar do caráter de natureza administrativa, foi um importante levantamento, que registrou os acervos dos museus administrados pelo governo do Estado, incluindo os MHPs. Assim, foi aberto o processo nº 3059/82 para o inventário patrimonial do MHPMN e encaminhadas orientações para o preenchimento de fichas de levantamento patrimonial. Ao final do projeto, ficou assim registrado, no Departamento Administrativo da Secretaria de Cultura, o levantamento patrimonial do MHP Major Novaes: do número 1 ao 318 peças tombadas (processo nº 13227/69) e do número 319 até o número 947 peças por “doação” (processo nº 3059/82). Devido ao caráter administrativo, mais ligado ao controle patrimonial, as informações eram mínimas, como número da peça, descrição sumária e procedência. Muitos documentos, fotografias, jornais e livros, segundo a responsável Maria José Ferreira, foram deixados em doação por Dona Tita, ficando isso registrado no inventário patrimonial e os itens incorporados oficialmente ao acervo do MHPMN.

Desde os primeiros anos de funcionamento, o MHPMN compartilhou seu espaço com outras instituições, além de ceder salas para exposição ou guarda de outras coleções como as do Arquivo Histórico do Museu Permanente da História de Cruzeiro Jorge Riston, do Grêmio Dramático “Alexandre de Toledo”, uma sala dedicada ao acervo da Câmara Municipal para exposição sobre a Revolução de 1932, incluindo ainda a Biblioteca Pública Municipal “Marlene Sampaio Pinto”. Nos anos de 1990, outro arquivo, de caráter cartorário, foi depositado no Museu e posteriormente ao acervo, além de documentação histórica judicial do Vale do Paraíba, também agregada ao acervo do Museu, questão que será abordada no Capítulo 2.

No início dos anos de 1980, havia uma imensa demanda de intervenções de restauro ao Condephaat em vários imóveis tombados, inclusive no Vale do Paraíba, como denuncia a matéria da “Folha de S. Paulo” de 20 de setembro de 1981, com o título “Vale do Paraíba ameaçado de perder seu patrimônio histórico”. Na matéria, o Condephaat é criticado por “pulverizar os recursos”, visto que no período havia várias obras em andamento, pois, além do Solar em Cruzeiro, somavam-se às em Pindamonhangaba, Bananal, Guaratinguetá e outras, que se arrastavam. Jornal de circulação regional como “O Vale Paraibano” também denunciava o descaso do poder público e a falta de conservação do casarão, exemplo disso são as matérias “A história

ultrajada no velho solar” de 05/09/1982 e “Fim do Casarão dos Novaes” 30/09/1984. Nas reportagens citadas, a tônica das denúncias estavam relacionadas à preocupação com a preservação do marco referencial da cidade. O primeiro restauro na sede da Fazenda iniciou somente em 1983 e foi encerrado, com a “reinauguração” em 1987, contando com a presença do secretário estadual Cunha Lima, em final de gestão. Em notícia publicada no jornal “O Estado de S. Paulo” em 17/03/1987 na seção “Interior”, com o título “Cruzeiro inaugura Museu de Pedagogia” obviamente um mal entendido causado, possivelmente, pela terminologia “Pedagógico”, denuncia a situação precária em que o museu estava:

[...] Embora situado bem no centro da cidade, deveria despontar com um cartão postal, mas não era isso que acontecia. Estava literalmente arruinado, quase destruído, apesar dos movimentos em defesa dele, feitos pela imprensa e pelos historiadores e intelectuais da região. [...]

O museu continuou funcionou precariamente; apesar do envio regular de relatórios aos responsáveis estaduais, mantendo um contato escasso de informações, porém regular, registrando número de público e reiterando as necessidades urgentes de melhorias na edificação e na orientação sobre procedimentos museológicos. Nos anos de 1990, os problemas estruturais, principalmente em relação ao “anexo”, e a precariedade das instalações, são a tônica desses relatórios enviados aos departamentos estaduais de gestão museológica, que ao longo dos anos foram mudando suas estruturas e nomenclaturas. Nos relatórios de atividades do Sistema Estadual de Museus, em que registra as atividades de apoio técnico e capacitação entre 1986 e 2006, há somente três ações para o MHPMN: em 1991 a exposição temporária “Casa, Café & Cortesia: uma viagem pelo interior Paulista”, nos anos 2000 uma visita técnica e em 2006 a abertura do processo de municipalização.

É importante destacar que em 2006, a Secretaria de Cultura⁴⁰ passou novamente por uma reorganização, com o objetivo de alterar sua característica de órgão executor passando à gestor e formulador de políticas culturais. Entre as principais mudanças estavam a redução de ações sob execução direta da administração pública, e a adoção do modelo de gestão dos equipamentos estaduais da área da cultura por Organizações Sociais⁴¹. Entre os anos de 2009 e 2010, o Sistema Estadual de Museus de São Paulo

⁴⁰ Decreto n. 50.941/2006

⁴¹ A Lei No 9.637, de 15 de maio de 1998 (regulamentada pelo Decreto Nº 9.190, de 1º de novembro de 2017) instituiu o Programa Nacional de Publicização e criou a figura das “Organizações Sociais”. Após esse marco, os estados e municípios criaram suas próprias Leis e

(SISEM-SP) em parceria com a Organização Social de Cultura ACAM Portinari, empreendeu o projeto, que recebeu o nome de “Diagnóstico dos museus do Estado de São Paulo”, desenvolvido em duas etapas e percorrendo os 645 municípios paulistas. A partir de formulário-padrão, coletou-se as informações diretamente com dirigentes dos setores municipais de cultura e funcionários de museus, registrando desta forma, os museus e instituições afins de cada município. Tal levantamento gerou uma base de dados, resultando em um cadastro de 415 museus e instituições afins em 190 municípios⁴². Em 11 de junho de 2010, Cruzeiro foi visitada para verificação do MHPMN por Elizabeth Zolcsak⁴³, museóloga responsável pelo projeto, que, em entrevista, esclarece:

[...]Na ocasião, o Museu estava fechado e com seu edifício em mau estado de conservação, interditado desde 2009. O funcionário que atendeu a visita técnica (Carlos Felipe do Nascimento) relatou que havia o armazenamento de 6400 peças, sendo 6000 documentos textuais, o cadastro de 351 objetos (móveis, utensílios, ferramentas, máquinas, moedas) e que 5 funcionários municipais estavam ligados ao museu. Naquele ano, ainda não havia nenhum projeto para a instituição.⁴⁴

Novamente em parceria com a ACAM Portinari o SISEM-SP desenvolveu um projeto objetivando a elaboração de planos museológicos⁴⁵ para os MHPs que estavam em processo de municipalização. Em 2014 membros da equipe responsável pelo projeto visitaram o MHPMN, para realização do diagnóstico institucional e foram recebidos por Cláudia Isabel Ribeiro Santos, historiadora, funcionária da Prefeitura Municipal de Cruzeiro e encarregada pelo museu. O plano museológico foi concebido para “apresentar a instituição de forma objetiva para diversos parceiros, a serem

Decretos para regulamentar as parcerias entre governos e organizações sociais. No estado de São Paulo o marco legal é o decreto nº50.611/2006. <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacaoes-sociais-de-cultura/legislacao/>

⁴² Relatório de Atividades do Sistema Estadual de Museus de 2012 – disponível em <https://www.sisemsp.org.br/relatorios/>

⁴³ Elizabeth Zolcsak tem graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, pós-graduação em Museologia (FESPSP), mestrado em Ciência Ambiental (USP) e doutorado em Ciências - Geografia Humana (USP). Exerce atividades de divulgação científica e cultural, comunicação museológica, educação e comunicação ambiental.

⁴⁴ Entrevista concedida a esta pesquisadora por e-mail, em 2020.

⁴⁵ O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. Referência: Estatuto de Museus – Lei 11.904/2009.

conquistados, e apontar os programas museológicos necessários para reorganização do museu, respeitando as possibilidades de investimento municipal paulatino, gradual porém sucessivo” (ZOLCSAK, 2020). Quando questionada sobre a ausência de referências sobre o museu-casa no plano museológico do MHPMN, Zolcsak pontuou que o acervo havia sofrido perdas consideráveis e alguns móveis estavam em processo de higienização e restauro. Aliado a isso, respeitou-se o desejo do município na definição de missão do MHPMN de preservar e divulgar testemunhos da história de Cruzeiro e região. E acrescenta:

Contudo, a discussão sobre museu-casa, ou sobre a intersecção museu histórico e museu-casa permanece porque o eixo temático Café do acervo e da exposição do museu tem testemunhos no imóvel (terreno e edifício), na arquitetura e objetos do Solar, que representam vidas privadas e sociais. (Informação verbal)

Conforme veremos adiante, um novo restauro do edifício realizado pelo governo do Estado em 2012 e estava vinculado ao compromisso do município restaurar todo o acervo, o que não aconteceu. Graves problemas políticos entre os anos de 2014 a 2018, que envolveram a prefeita cassada do município de Cruzeiro, desestabilizaram a administração pública municipal, principalmente em relação à gestão dos recursos, impedindo a reabertura e completo funcionamento do museu. Somente em 06 de dezembro de 2019, a exposição de longa duração do piso superior foi aberta ao público, baseada em três eixos temáticos da história da cidade: Guerra paulista de 1932, Ferrovia e ferroviários e Fazenda Boa Vista.

Capítulo 2: Museu Major Novaes: patrimônio ameaçado

2.1 Primeiro bem tombado, primeiro bem restaurado

Primeiro bem tombado no estado de São Paulo pelo Condephaat, o Solar dos Novaes foi uma das primeiras construções a ser restaurada, no início dos anos de 1980, intervenção que se repetiu na década de 2010. Com uma extensa documentação, que registra toda a trajetória das intervenções, ao longo de mais de trinta anos, o processo número 22351/1982⁴⁶, referente às obras, é formado por cinco volumes. Além da descrição técnica detalhada das intervenções realizadas, há plantas, orçamentos, prospecções, relatórios, fotos e uma infinidade de troca de ofícios entre conselheiros, técnicos, gestores municipais e estaduais e documentos relativos às denúncias ao Ministério Público.

Na década de 1980, o órgão de proteção sofria com a falta de recursos e estrutura técnica, como está exposto na publicação comemorativa dos 50 anos do órgão, organizada por Ana Luiza Martins, que faz um expressivo registro da história do órgão estadual. Dessas dificuldades iniciais e da imensa demanda por projetos de caráter emergencial, palavras do arquiteto Walter Luiz Fragoni são bastantes explícitas e sintéticas: “os trabalhos da década de 80 foram um pronto-socorro para projetos emergenciais, paredes e telhados ruídos” (MARTINS, 2018, p.176). Com efeito, muitas edificações foram encaminhadas para tombamento desde a década de 1960, no esforço de preservação diante das ameaças da especulação imobiliária, disfarçada de desenvolvimento econômico, mas muitas delas se encontravam em péssimas condições de conservação.

No caso do Solar dos Novaes não foi diferente, como podemos deduzir pelas numerosas reportagens identificadas por esta pesquisa, inclusive nos recortes de jornais da região encontrados nos arquivos no Museu Major Novaes. Periódicos de grande circulação e alcance como “O Estado de S. Paulo” e a “Folha de S. Paulo” também veicularam mais de uma dezena de matérias sobre o museu e a região do Vale do Paraíba, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Exemplo disso é a reportagem de 27 de maio de 1978, da “Folha de S. Paulo” intitulada “Museu Histórico de Cruzeiro, abandonado sob matagal”, que expõe a situação de precariedade do telhado e outras instalações, além da falta de providências em relação à capela, destruída por um

⁴⁶ Centro de Documentação do Condephaat

incêndio quatro anos antes. O “Jornal do Comércio” em reportagem de 13 de abril de 1979, de título “Quem vai salvar nosso museu???” revela a mesma situação mencionando a visita de técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que haviam identificado quatro tipos de cupins nos madeiramentos e, segundo eles, “o custo para exterminação dessas espécies ficaria mais cara que a demolição total”. A “Folha de S.Paulo” publica o artigo de 20 de setembro de 1981, denominado “Vale do Paraíba ameaçado de perder patrimônio histórico”, em que menciona um “jogo de empurra”, entre os órgãos federal e estadual de preservação e as prefeituras, acusando de “pulverizar” os recursos entre várias obras. De fato, no mesmo período estavam sendo realizadas inúmeras obras de restauração no Vale do Paraíba, como, por exemplo, em Bananal e Guaratinguetá, mas também em Cananéia e na capital.

A partir do início dos anos de 1980, o órgão de proteção viu a visibilidade pública de suas atividades aumentar. A ampliação delas se deu muito em função do arquiteto Ruy Ohtake, que presidiu o Condephaat entre 1980 e 1982, e que se valeu de formas variadas de contratação, visto a necessidade de atender a grande demanda. Foi feito também um conjunto de concursos para ampliar o quadro de profissionais, que chegou a contar, além dos arquitetos e historiadores, com sociólogos, geógrafos, topógrafos, desenhistas e jornalistas. Foi nessa época que o órgão de proteção iniciou programas de visibilidade por meio da publicação de manuais, cartazes, folhetos e levantamentos do estado de conservação, além dos projetos de restauro (WOLFF, 2018).

É também desse período a série *Condephaat/Documentos* que apresentava um breve dossiê, com histórico, plantas, ficha técnica dos bens tombados. A brochura de número 7 é dedicada ao Solar dos Novaes, datada de março de 1980⁴⁷, registra as informações sobre o Solar, a Fazenda Boa Vista, o Major Novaes e sobre o Museu Histórico e Pedagógico, além da “ficha técnica” do patrimônio tombado. Na foto do edifício que ilustra a publicação, é possível ter uma ideia do estado de conservação do casarão e, na página 2, há a planta baixa da edificação, com as marcações das paredes de alvenaria de tijolo e paredes em pau a pique. Além disso, podemos verificar a construção quadrangular (toda em alvenaria) chamada de “anexo”, no desenho da planta e na foto da página 7, um recorte da vista lateral do casarão.

⁴⁷ Anexo C – Condephaat/Documentos número 7, material cedido pelo Prof. Paulo César Garcez Marins.

Solar dos Novaes / Fazenda Boa Vista Cruzeiro

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Governador: Eng.º Paulo Salim Maluf
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Secretário: Deputado Cunha Bueno
CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO
Prefeito: João Bastos Soares

Figura 6 – Foto destacada do Anexo C

Figura 7 – Foto destacada do Anexo C

As primeiras intervenções no Solar foram de caráter emergencial e executadas pelo Departamento de Obras Públicas, vinculado à Secretaria de Obras e Meio Ambiente do Estado, que optou por dividir a execução em três etapas, sujeito à liberação da verba estimada inicialmente em Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros). A primeira etapa, composta por obras consideradas prioritárias, foi realizada entre dezembro de 1982, estendendo-se até junho de 1983 e visavam a consolidação estrutural do prédio, devido ao seu estado precário de conservação. Para conclusão das demais etapas, o Departamento de Obras Públicas apresentou, naquele mesmo ano, uma proposta no valor de Cr\$ 136.048.640,00 (cento e trinta e seis milhões, quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta cruzeiros), que incluía projetos de elétrica e hidráulica, execução de calçamento, recuperação de jardins, pintura geral entre outros itens. Em vista do alto custo e da ausência de orçamento direto do Condephaat, a possibilidade do recurso ser disponibilizado diretamente pela Secretaria foi encaminhada ao secretário de Cultura. Pela troca de ofícios registrada no processo, não se sabe ao certo quais foram os caminhos decisórios; o que sabemos é que as obras foram retomadas no final de 1985, e o museu foi “reinaugurado” em 13 de março de 1987, com a presença do secretário Jorge da Cunha Lima. Contudo, a reportagem do jornal regional “Vale Paraibano”, de 13/03/1987 com o título “Casarão inaugurado mas ainda incompleto”, relata que parte do edifício estava isolada.

Nessa restauração, foram estabilizadas as paredes da edificação, restaurados os revestimentos externos e o telhado foi conservado. No interior do edifício, houve várias ações hoje bastante discutíveis, como a retirada de assoalho de madeira bicolor da área social, que havia disso sobreposto ao antigo piso de tábuas largas, que voltou a ser integralmente visível no edifício. Também as pinturas parietais existentes na área social foram eliminadas, sendo as paredes todas pintadas de branco.

Figura 8 – Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins, 1981

Apenas três anos depois da conclusão do primeiro restauro do Solar, a responsável pelo Museu Major Novaes, Maria José Ferreira, enviou ao Condephaat, em maio de 1990, um significativo relatório sobre o estado de conservação do prédio e do acervo. Assim, podemos supor que as afirmações do periódico estavam corretas:

[...] a parte inferior possui 14 cômodos: em 3 que foram restaurados funcionam: Biblioteca Pública Municipal “Profa. Marlene Sampaio Pinto”, Museu da História de Cruzeiro e Sala de Leitura. Na parte superior possui 22 cômodos: estão em condição de funcionamento 11 cômodos: Sala de Jantar, Oratório, 2 Quartos de Casal, Sala de Visitas, 2 Alcovas, 1 Saleta, 2 Corredores, Sala do Soldado Constitucionalista, com objetos bélicos da Revolução de 1932.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: O prédio já passou por diversas fases de restauração, está aguardando a continuidade da obra. Duas partes da casa estão isoladas, o Anexo apresenta rachaduras e goteiras, parte do forro cedeu, colocando em risco o Acervo que também precisa ser restaurado” [...] (Processo 22351/82, Volume I, p. 99)

No início dos anos de 1990, a restrição orçamentária do órgão estadual seria ainda mais grave, com a redução drástica em 78% do orçamento do Condephaat. Eram

tempos de instabilidade econômica, em que o país sofreu com sucessivos planos econômicos na tentativa de deter a hiperinflação. Além disso, outras ações que estavam em andamento foram priorizadas com recursos da pasta, como as obras emergenciais no Museu das Monções, em Porto Feliz, a segunda fase das intervenções na Casa de Câmara e Cadeia em Cananéia e a contratação do trabalho de prospecção no sobrado Aguiar Vallim, de Bananal. Carlos Alberto Dêgelo, que esteve na Secretaria da Cultura desde sua criação, em 1979, passando por vários cargos, como diretor do DEMA, assessor técnico do gabinete e conselheiro e presidente do Condephaat por dois anos, em entrevista, lembra o longo processo sobre as obras no Solar Major Novaes, e a situação nesse período:

[...] até a década dos anos 90, a Secretaria de Cultura tinha um orçamento extremamente pequeno. Porém mesmo quando começou a melhorar essa situação, os museus do interior nunca estiveram dentro de programas de investimentos adequados. Mesmo o prédio sendo tombado e de propriedade do Estado, nunca esteve na pauta de restauração dado ao alto custo. Num primeiro momento quando da melhoria das condições orçamentárias da Secretaria, a prioridade de recuperação dos imóveis tombados de propriedade do Estado, foi dada àqueles que abrigassem unidades com **maior expressão**, especialmente na capital. Por outro lado, o Condephaat nunca teve em seu orçamento, recursos para que seus Conselheiros pudessem eleger onde investir; sempre quem detinha e liberava os recursos, era o Gabinete do Secretário. [...] (DÊGELO, 2020) [grifo nosso] [informação verbal]⁴⁸

Com efeito, nesse período ocorriam obras na capital paulista de maior expressão, ou de maior “visibilidade”, que também ocupavam a atenção e os recursos da gestão estadual. Devemos lembrar o “Projeto Luz Cultural” (1985-1996) e o “Polo Luz” (1995-2002), ambos projetos de revitalização do centro da cidade, especificamente da região do bairro da Luz, que envolveu várias instâncias governamentais, com destaque para a transformação do complexo da Estrada de Ferro Sorocabana na sala de concerto batizada “Sala São Paulo”, e o restauro e revitalização de vários equipamentos culturais na região, como a Pinacoteca, Museu de Arte Sacra, e o antigo prédio da Faculdade de Odontologia e Farmácia, iniciativa pioneira entre todas elas, que foi convertida nas

⁴⁸ Entrevista concedida à autora por Carlos Alberto Dêgelo, em São Paulo, 2020.

Oficinas Culturais Três Rios, hoje Oficinas Culturais Mário de Andrade⁴⁹. Período marcado também pelo início da participação da sociedade civil, por meio das parcerias com a iniciativa privada, como por exemplo, as Associações de Amigos, que conseguiam os aportes por meio das leis de incentivo⁵⁰, criando as bases da parceria entre o poder público e o setor privado para dinamizar a produção cultural.

Essa tendência, que tomou força no início dos anos 2000, também chamava a atenção da região do Vale do Paraíba e da cidade de Cruzeiro, que continuamente procuravam caminhos, mobilizando-se em defesa do Solar Major Novaes. Isso é perceptível pelos ofícios de vereadores e da câmara do município de Cruzeiro tentavam sensibilizar entidades privadas, como a Fundação Roberto Marinho⁵¹, que enviou carta ao Condephaat solicitando mais informações sobre o caso. Outra instituição de relevância na região, o Instituto de Estudos Valeparaibanos⁵², também se destacava na defesa do patrimônio, pois enviou carta ao então vice-governador, Geraldo Alckmin, nascido em Pindamonhangaba, solicitando apoio para as novas obras de restauração, em face do avanço da degradação do Museu.

Além das disputas orçamentárias entre as inúmeras intervenções de responsabilidade do governo do Estado, outro debate retardava as decisões sobre a retomada das obras de restauro no Solar Major Novaes. O “anexo”, construção datada, provavelmente, do início dos anos de 1910, um apêndice da edificação principal, composta por quartos, banheiro, cozinha e garagem⁵³, estava na pauta de urgências e necessitava de intervenção. Apesar do seu grau de deterioração, as discussões se concentravam em derrubar ou preservar sua estrutura devido às questões arquitetônicas em relação ao edifício antigo, reposicionamento de escadas de acesso e

⁴⁹ <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/minhacidade/17.198/6359>

⁵⁰ A primeira lei federal de incentivo fiscal para atividades artísticas no Brasil foi instituída em 1986: a Lei Sarney (Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986), criada um ano após a separação dos ministérios da Cultura e da Educação. Em 1990, o governo Collor suspendeu os benefícios da Lei Sarney, assim como outros incentivos fiscais em vigor. O mecanismo de apoio às atividades culturais foi restabelecido com a Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). <https://culturaemercado.com.br/lei-sarney-lei-rouanet-procultura-historia-avancos-e-polemicas/>

⁵¹ Criada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho e pertence ao Grupo Globo. Trata-se de uma instituição privada sem fins lucrativos que desenvolve projetos voltados para o ensino formal e informal bem como projetos educacionais visando à preservação e à revitalização do patrimônio histórico, cultural e natural nos mais diversos pontos do Brasil.

⁵² Com sede na cidade de Lorena (SP), o Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV) é uma associação sem fins econômicos, de caráter cultural, com atuação voltada ao desenvolvimento harmônico do Vale do Paraíba e à preservação de seu patrimônio histórico e ambiental. Embora tenha sido fundado em 1973, por um grupo sob a liderança do professor universitário José Luiz Pasin, o IEV começou a ser idealizado um ano antes, durante o I Simpósio de História do Vale do Paraíba. <https://www.sitedoiev.com/sobre>

⁵³ Ver em Anexo C na brochura “Documentos/Condephaat” planta da edificação.

da fachada do Solar. Ainda durante as obras em 1987, essa questão foi abordada em reunião no escritório do SPHAN, e todos os presentes foram favoráveis à demolição⁵⁴, com exceção da historiadora Marly Rodrigues. Como seria necessário a realização de prospecções que dependiam da disponibilidade dos técnicos, a questão não avançou. Nos processos relativos ao Solar Major Novaes arquivados na Secretaria de Estado da Cultura, tanto no CEDOC do Condephaat (processos de obras e de tombamento) quanto na UPPM, na pasta “Cruzeiro”, estão registrados dois textos elaborados pela historiadora Marly Rodrigues e pelo arquiteto Marcos José Carrilho, que foram produzidos nos anos de 1980⁵⁵. Além do levantamento histórico da origem da Fazenda Boa Vista e da cidade de Cruzeiro, há informações biográficas sobre os proprietários, a família Novaes e sua última moradora, Celestina Novaes, conhecida como Dona Tita. As transformações e alterações ocorridas na arquitetura e cômodos da casa serviram para balizar as orientações para as intervenções de 2012.

A relação do Solar com a cidade, a informação do funcionamento, durante um período, de uma escola primária no térreo da casa, contribuíram para as reflexões da historiadora Marly Rodrigues em seus pareceres sobre o “anexo”. Em texto de 1994, a historiadora Marly Rodrigues faz uma reflexão importante: qual partido tomar? Privilegiar o aspecto arquitetônico e original da construção como sede da Fazenda Boa Vista ou o aspecto histórico da edificação, preservando o percurso da residência de uma família? Apesar de desfigurar a edificação, do ponto de vista do modelo de sede de fazenda cafeeira do século XIX, o “anexo” fazia parte da história da família e da edificação. Visto que ele fora construído no início do século XX, possivelmente para abrigar a neta do Major Novaes, Dona Tita, após seu casamento, quando passou a morar na propriedade, prática da cultura brasileira de manter-se sob a proteção paterna, passando assim, a fazer parte da história social da propriedade e da memória coletiva da cidade.

⁵⁴ Participaram da reunião os conselheiros Antonio Luiz Dias de Andrade, Carlos Lemos, diretor técnico Marcos Carrilho e dos técnicos do STCR o arquiteto Vitor Campos e a historiadora Marly Rodrigues.

⁵⁵ Pesquisa para apoio ao restauro” Texto 1 (trabalho, pesquisa e redação, realizado em janeiro de 1986 para subsidiar as obras de restauro. Digitado e impresso em novembro de 2000 para ser acrescentado aos processos de tombamento e de obras STCR, 8.11.2000 Marly Rodrigues Historiógrafa e Texto 2 Pesquisa escrita em 1986, pelo então arquiteto do Condephaat, Marcos José Carrilho para subsidiar as obras de restauro pretendidas. Digitado e impresso em novembro de 2000 para ser acrescentado aos processos de tombamento nº13.227/69 e de obras nº22.351/82).

Figura 9 – Solar Major Novaes por volta de 1930
Fonte: Acervo MHPMN– no canto direito é possível ver o anexo.

Figura 10 – Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins. Do lado esquerdo da imagem é possível ver o anexo.

Somente no ano de 2000, em reunião realizada no mês de agosto, na sede da Secretaria de Estado da Cultura, entre representantes da prefeitura, do Condephaat e do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA), foi discutido um “plano de obras” para o anexo. Havia duas alternativas: recomposição ou remoção completa do anexo com restauro da fachada. Devido ao longo tempo transcorrido, o alto grau de degradação e o perigo de desabamento, decidiu-se pela “remoção completa com a recomposição da fachada”. Entretanto, o desmanche cuidadoso, preservando materiais para a memória da construção como telhas, janelas, etc. indicada pelos técnicos do Condephaat não aconteceu; meses depois a prefeitura de Cruzeiro notifica que o anexo havia desabado.

Figura 11 – fotografia de Wagner Souza e Silva – Projeto de Mapeamento 2009-2010 - no canto direito da imagem é possível ver onde o anexo estava ligado à casa.

Fonte: cedida por Elizabeth Zolcsak

Nessa mesma reunião, em que a prefeitura fora orientada a retirar a Biblioteca Municipal que funcionava no local e isolar o anexo com tapumes, não há qualquer menção ao acervo do MHPMN; se foi solicitado a retirada ou outra orientação sobre o funcionamento do museu, não ficou registrado. Esse fato é surpreendente, visto que na ocasião também foi discutido o processo de municipalização⁵⁶, quando ficou consignado o interesse da prefeitura de Cruzeiro em assumir integralmente a gestão do MHPMN,

⁵⁶ Esse tema será abordado no capítulo 3

após a finalização das obras de restauração. Em entrevista, Vicente Vale⁵⁷ corroborou essa informação, dizendo que o município nunca foi orientado a fechar o museu ou retirar o acervo do prédio (até 2009 como veremos a seguir). Apesar de surpreendente, não é de se estranhar, visto que no senso comum “museu é prédio”, e o acervo, parte fundamental, ou melhor, razão da existência de um museu, não é raro ser esquecido, ou desconsiderado. Vale lembrar que no processo de tombamento fica claro que o “conjunto” fora tombado – edificação e mobiliário –, incluindo a pequena capela externa, destruída por um incêndio em 1974, que foi totalmente esquecida e nunca considerada para reconstrução.

As discussões sobre de onde viriam os recursos para a restauração postergaram o início, de fato, das obras até que no início do ano de 2001, o restauro começa a “sair do papel” em função de uma ação civil do Ministério Público⁵⁸. A partir de uma denúncia feita em 2000 pelo então diretor do Museu, Vicente Vale, originou-se o processo que se prolongou até 15 de dezembro de 2006, quando o juiz Celso Alves Filho emitiu a sentença, condenando o Estado a restaurar, na sua integralidade, o Solar Major Novaes:

[...] Em face do exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a ação e **condeno a Fazenda Pública Estadual de São Paulo a reparar integralmente a construção em que se encontra instalado o Museu Histórico Pedagógico Major Novaes**, observando-se, para tanto, o padrão originariamente na edificação, em todos os seus aspectos, inclusive no que tange aos materiais empregados na obra, em consonância com a legislação protetiva em vigor; **bem como a Fazenda Pública Municipal a restaurar integralmente o acervo móvel que compõe sobredito Museu, listado no contrato de doação de fls. 229/271**, observando-se, para tanto, o padrão original dos referidos bens, em todos os seus aspectos, inclusive no tocante aos materiais a serem empregados no processo de restauração, nos termos do que dispõe a legislação em vigor, ficando fixada a pena pecuniária, em caso de descumprimento da ordem judicial, no valor de R\$1000,00 (hum mil reais) por dia de atraso. No mais, a referida sentença deve permanecer tal como ela foi lançada. [grifo nosso]

⁵⁷ Vicente Vale, formado em História e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, especializou-se em Paleografia, Heurística, e Heráldica, tendo sido Secretário de Cultura de Cruzeiro e diretor do Museu Major Novaes entre 1998 e 2008. Foi autor de denúncias no Ministério Público e no Condephaat que redundaram no restauro do Museu, iniciado em 2012.

⁵⁸ N°0005907-03.2005.8.26.0156

Contudo, as obras foram iniciadas de fato, somente no último mês de 2011, após os lentos caminhos de obtenção dos recursos, das inúmeras vistorias, elaboração de orçamentos e de projetos até a contratação (em caráter de emergência) de construtora especializada para execução. O valor inicial das obras girava em torno de R\$ 3.618.098,35, mas terminam em 2014, totalizando R\$ 5.422.448,54 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). O restauro integral da edificação abrangeu obras de reconstituição de forros, pisos, barrotes, escada de acesso ao piso superior, esquadrias de madeira e instalações elétricas e hidráulicas, além de construção de banheiros, rampas e elevadores adequados à legislação de acessibilidade⁵⁹ e demais necessidades para funcionamento do museu, como instalação de equipamento de prevenção contra incêndio, projeto aprovado pelo corpo de bombeiros, atendendo às especificações para a obtenção do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Abarcou também a construção de um pequeno auditório e instalação de gradil metálico para fechamento do terreno e portão de acesso para o público e uma marquise de proteção metálica na entrada da edificação. Foi restaurado também o oratório de armário, ou altar interno, que ambienta a sala principal do Casarão.

Figura 12 – foto Ana Carolina X. Avila. 2019.
No canto direito é possível ver a estrutura metálica inserida na entrada do casarão.

⁵⁹ A NBR 9050 é uma norma reguladora, criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define os aspectos de acessibilidade que devem ser observados nas construções urbanas.

2.2 Conjunto desfeito: a dissociação do acervo

De acordo com o exposto no início deste capítulo, se as ações de preservação para a edificação eram prementes e mobilizaram inúmeras instâncias e agentes sociais até o desfecho da restauração completa do Solar, o mesmo não aconteceu com o acervo, que também corria risco e necessitava de atenção. Alguns objetos haviam sido tombados em estado avançado de deterioração; nas listas de inventário expressões como “em mau estado” ou “estragado” não são raras. Considerando o avanço natural do tempo, aliado à ausência de procedimentos de conservação preventiva adequados no tratamento dos diversos tipos de materiais existentes na coleção, tudo isso agravado pelas intempéries sofridas ao longo de mais de 50 anos em que o Solar esteve sujeito às obras de restauro, não é difícil imaginar os danos causados.

Sendo a coleção também tombada, não seria de responsabilidade do Condephaat sua proteção e defesa? Na pasta dedicada ao MHPMN mantida nos arquivos da UPPM, estão inseridos a versão local dos relatórios enviados por cada um dos MHPs, de certa forma periódicos, principalmente nos anos de 1980. São relatórios diagnósticos com atualização da situação geral do museu, número de público anual, entre outras informações. Esse arquivo, herdado do antigo DEMA, fornece pistas sobre a fragilidade da guarda e conservação da coleção. O relato mais antigo, específico sobre a situação do acervo, é datado de 16 de abril de 1980; nele, a responsável pelo preenchimento, a funcionária Maria José Ferreira, diz:

[...] III - A COLEÇÃO: as peças do acervo foram tombadas, algumas estão em boas condições, outras necessitando restauração ou já completamente deterioradas[...] V- CONSERVAÇÃO E RESTAURO: todas as peças exigem conservação, restauração quase todas, atualmente estou aplicando pentox, remédio para cupins, algumas inclusive já estão bastante deterioradas. Inclusive os documentos antigos, alguns ilegíveis necessitam restauração [...]

De acordo com o relato, é possível ter um panorama, mesmo que superficial, das condições gerais do acervo, que por falta de tratamento específico e de procedimentos simples de conservação preventiva, corroboraram para o avanço da degradação. Nos arquivos do MHPMN foram encontrados documentos que comprovam a participação de Maria José Ferreira em vários cursos e encontros, no início dos anos de 1980. Portanto, apesar da sua formação como professora de geografia, a falta de qualificação técnica

foi sendo suprida por meio de capacitações oferecidas pela Secretaria de Estado da Cultura, que, no entanto, tinham alcance limitado.

Além da falta de conservação preventiva, o acervo sofreu com outras formas de agressão, o que levou à perda de parte da sua coleção e à dissociação gradativa da relação entre casa e coleção, motivadora tanto do tombamento, quanto da criação do Museu e do ato de desapropriação. No primeiro dia do ano de 2000, houve um arrombamento no Museu, seguido de furto e vandalismo; o funcionário Altamiro Martins⁶⁰ registrou o boletim de ocorrência sobre a invasão seguida de destruição e roubo. Foram furtadas mais de 60 peças em cristal, entre elas cálices do conjunto de licor e copos de água e de vinho, entre outros itens que estavam em uma das cristaleiras. Além do acervo do MHPMN, as peças do acervo da Câmara Municipal, como granadas, pistolas, espadas, projéteis, que estavam em exposição na “Sala da Revolução de 32” também foram subtraídas. Conforme pudemos acompanhar no início deste capítulo, o MHPMN passou, praticamente, toda sua trajetória “entre obras”, pois o restauro completo veio ocorrer somente no final da primeira década dos anos 2000, o que levou o acervo a ir resistindo, de certa forma, dentro do edifício Além do vandalismo e roubo, o acervo do MHPMN foi vítima de toda sorte de falta de conhecimento mínimo de boas práticas e cuidado com o acervo, legislação e até de uma certa ingenuidade. O espelho belga⁶¹ com moldura dourada, medindo 1 metro de largura por 1,55 de altura, foi entregue a um suposto restaurador de uma empresa sediada na cidade de Franca. Nos arquivos do Museu está arquivado o recibo que o diretor Vicente do Vale fez em 23 de abril de 2004, como compromisso para o restauro que seria feito de forma gratuita. Em entrevista, Vale esclareceu que quando percebeu o golpe, fez um boletim de ocorrência, mas a polícia não encontrou o estelionatário e, naturalmente, o espelho nunca mais foi recuperado.

⁶⁰ Funcionário público estadual que trabalhou até sua aposentadoria, um dos servidores estaduais locados em MHPs remanescentes da estrutura administrativa inicial da Rede de MHPs. Caso semelhante é de Maria Antonieta, que trabalhou na guarda do acervo do MHP Amador Bueno da Veiga em Rio Claro até sua aposentadoria em 2019.

⁶¹ Número de patrimônio PI 267

Figura 13 - Espelho belga. Fotografia de Carlos Eduardo Garcez Marins, 1981.

A mesma ação civil⁶² que condenou o governo do estado a restaurar integralmente o Solar, também condenou a prefeitura a restaurar integralmente o acervo do MHPMN. Assim, podemos concluir que o juiz compreendeu que ambos, estado e prefeitura, tinham (ou têm ainda) responsabilidade sobre o edifício e seu acervo. No trecho destacado abaixo, a determinação para restaurar se embasou no contrato de doação nº0780/01 do acervo ao município. Tal “contrato” de 2001 é o início do processo de municipalização e a lista em questão é a mesma que consta do processo SC3059/82⁶³, de levantamento patrimonial:

[...] e condeno a Fazenda Pública Estadual de São Paulo a reparar integralmente a construção em que se encontra instalado o Museu Histórico Pedagógico Major Novaes, observando-se, para tanto, o padrão originariamente na edificação, em todos os seus aspectos, inclusive no que tange aos materiais empregados na obra, em consonância com a legislação protetiva em vigor; **bem como a Fazenda Pública Municipal a restaurar integralmente o acervo móvel que compõe sobredito Museu, listado no contrato de**

⁶² Ação Civil do Ministério Público da 2ª Vara de Cruzeiro nº 727/05 gerou o processo nº0005907-03.2005.8.26.0156, sentença em 04 de dezembro de 2006.

⁶³ Ver Apêndice A “MHPMN – Conferência do acervo – 2020.

doação de fls. 229/271, observando-se, para tanto, o padrão original dos referidos bens, em todos os seus aspectos, inclusive no tocante aos materiais a serem empregados no processo de restauração[...] [grifo nosso]

Em virtude da determinação judicial e dos encaminhamentos para início das obras de restauração do casarão, o Condephaat solicitou à UPPM que realizasse uma visita técnica ao Museu para verificar a situação do acervo e realizasse as orientações de restauro para o município. No dia 02 de fevereiro de 2009, as museólogas Cecília Machado e Juliana Monteiro realizaram a visita, a fim de diagnosticar o estado do acervo e propor soluções em relação à situação encontrada. Em entrevista, Cecília Machado⁶⁴ lembra as péssimas condições do edifício que ainda funcionava, com atividades administrativas, no piso térreo e visitas ao piso superior. Duas funcionárias da prefeitura e um estagiário mantinham o Museu em funcionamento, recebendo, inclusive, grupos escolares. As condições estavam precárias, principalmente da escada para acesso ao piso superior, com grandes vãos entre a parede e a estrutura de madeira, além do vespeiro ativo de grandes proporções. Em entrevista, Vicente Vale esclarece que, durante o período em que esteve na gestão do Museu (entre 1998 a 2008), nunca houve orientação para fechá-lo, apenas o “anexo” deveria ser interditado. Contudo, visto que a gestão era de responsabilidade municipal, essa decisão também não caberia à municipalidade, que seria responsável pela segurança dos visitantes e funcionários?

Na história dos MHPs não é rara essa situação em que governo do estado e prefeitura disputam de quem “não é a responsabilidade”. Entretanto, é importante lembrarmos que apesar dos museus terem “nascido” por decreto estadual e ter havido um esforço pessoal de Vinício Stein Campos, como veremos mais adiante, os municípios aceitavam a instalação do MHP e em alguns casos o solicitavam, mesmo quando a cidade não estava na lista inicial de Stein Campos. Assim, a responsabilidade compartilhada entre as duas esferas nascia junto com os MHPs que, se foram negligenciados pelo estado, foram muito mal coadministrados pelos municípios. Os acervos e o patrimônio por eles guardado sofreram muito com essa fragilidade, e o acervo do MHPMN é disso exemplo angular.

⁶⁴ Cecília Machado é Coordenadora do Curso Técnico de Museologia na ETEC Parque da juventude Centro Paula Souza, onde coordena também a Gestão do Espaço Memória Carandiru. De 2008 a 2011 ocupou o cargo de Diretora do Grupo Técnico do Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Entrevista concedida à autora em 27/02/2020.

Machado lembra a situação “calamitosa” que encontrou parte do acervo do MHPMN e também as dificuldades em ter acesso ao acervo fotográfico e outros objetos tridimensionais, que estavam em um “depósito”, no chamado Solar dos Rossetti. A prefeitura⁶⁵ não autorizava a visita de verificação nos outros espaços, onde estariam os demais itens do acervo e, somente com muita insistência, em que até o governador Geraldo Alckmin fora acionado, a responsável pela conferência conseguiu ter acesso para finalizar o cotejamento. O resultado desta visita técnica foi registrada no “Relatório Diagnóstico”, com orientações em relação ao edifício e principalmente sobre o acervo mobiliário que ainda estava no casarão, as diretrizes objetivavam também a abertura do Museu após o restauro:

[...] medidas urgentes a serem tomadas: 1. Imediata interdição em todo o edifício. 2. Remoção imediata do acervo. Essa remoção requer algumas medidas técnicas: A) Seleção de um local para acondicionamento do acervo que se encontra muito comprometido em sua conservação. Grande parte apresenta infestação de insetos xilófagos. A Prefeitura se responsabilizou pela seleção de locais e posterior envio para aprovação da UPPM, que avaliará o melhor local para o acondicionamento. B) A remoção do acervo deve ser efetuada no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento desse diagnóstico, que deve ter acompanhamento da Unidade. Caberá à Prefeitura a responsabilidade da contratação de uma empresa de transporte especializada. C) **O acervo deve ser restaurado enquanto estiver no depósito como determina a ação judicial.** Há sugestões de restauradores apresentados pela Prefeitura. A UPPM deve avaliar os currículos desses profissionais e acompanhar os urgentes processos de restauros. D) Elaboração de Plano Museológico e Museográfico. [...] [grifo nosso]

Com o objetivo de “identificar o universo de instituições museológicas estabelecidas no território estadual”, entre os anos de 2009 e 2010, o SISEM-SP, em parceria com a ACAM Portinari, Organização Social de Cultura, realizou o “Diagnóstico dos museus do Estado de São Paulo” em que os 645 municípios do estado foram visitados. Como resultado, foram identificadas 415 instituições de caráter museológico públicas e privadas, distribuídas em 190 municípios. A metodologia consistia em: levantamento de informações por meio de modelo de ficha cadastral, registro fotográfico

⁶⁵ A prefeita Ana Karin Dias de Almeida Andrade esteve por duas gestões (2009-2012 e 2012-2016) sendo afastada do cargo por três vezes, acusada de irregularidades e foi responsável pelo envio do acervo ao “Solar dos Rossetti”.

e informações administrativas sobre o município. Elizabeth Zolcsak, museóloga responsável pelo projeto, relata a visita realizada em 11 de junho de 2010, por membro da equipe do projeto, ao MHPMN:

[...] estava fechado e com seu edifício em mau estado de conservação, interditado desde 2009. O funcionário [do município] que atendeu a visita técnica (Carlos Felipe do Nascimento) relatou que havia o armazenamento de 6400 peças, sendo 6000 documentos textuais, o cadastro de 351 objetos (móveis, utensílios, ferramentas, máquinas, moedas) e que **5 funcionários municipais estavam ligados ao museu**. Naquele ano, ainda não havia nenhum projeto para a instituição[...] (ZOLCSAK, 2020) [grifo nosso] [informação verbal]⁶⁶

Figura 14 - O salão principal do Solar em junho de 2010, quando parte do acervo mobiliário ainda estava no casarão. Fotografia de Wagner Souza e Silva, cedida por Elizabeth Zolcsak

Como podemos conferir na figura 14, naquele momento, parte do acervo ainda estava no casarão, sendo que a UPPM enviara orientações para sua retirada e o tipo de acondicionamento que seria necessário. Não seria por falta de pessoal que tal procedimento não poderia ser realizado, visto que, segundo informações do profissional responsável por acompanhar a visita, relatou-se a existência de cinco funcionários vinculados ao museu. Com o museu interditado, não havia demandas relativas ao

⁶⁶ Entrevista fornecida por e-mail em São Paulo, 2020.

recebimento de visitantes, mas as atividades museológicas não estavam restritas apenas à exposição. Ações de salvaguarda, como conservação preventiva, documentação e pesquisa são basilares para as atividades em uma instituição museal. Mesmo que os funcionários não tivessem conhecimentos especializados para tratamento do acervo, havia a orientação técnica apontada pelo órgão estadual para retirada do acervo para local seguro, durante o restauro do edifício. Não seria possível que cuidados simples, mesmo que não especializados, pudessem ter sido determinados a esses funcionários? Não haveria tempo suficiente, entre 2010 até final de 2011, quando a construtora inicia as atividades no casarão, de selecionar um local, limpá-lo e prepará-lo minimamente para receber o acervo?

Note-se que a sentença judicial condenando o Estado a restaurar o edifício e a prefeitura a restaurar “integralmente o acervo móvel”, fora publicada em 15 de dezembro de 2006. Entretanto, a lentidão dos procedimentos processuais, que incluem a possibilidade quase que infinita de recursos, retardava o cumprimento da ação. Enquanto isso, o acervo padecia com a falta de tratamento adequado. Somente no início de 2012, ignorando totalmente as recomendações do relatório da UPPM, que indicara os procedimentos adequados para remoção, o acervo foi transferido, devido à proximidade do início das obras para o restauro. Em depoimento registrado no documento de denúncia por danos ao Condephaat, Vicente Vale registra com fotos e matérias jornalísticas, que os funcionários da prefeitura que retiraram o acervo foram acompanhados pela prefeita Ana Karen, que viu uma oportunidade de promoção política na imprensa. Contudo, a transferência do acervo foi feita sem qualquer cuidado específico, sem que o mobiliário fosse embalado ou outros cuidados. Em face da situação do acervo, de tamanho abandono, não era difícil confundir o mobiliário com “móveis velhos”, portanto sem necessidade de tratamento especial, o que se estendeu a outros materiais pertencentes ao Museu, como mobiliário administrativo, computadores e outros materiais.

Figura 15 - Acervo mobiliário dentro do casarão em 2010 - Fotografias cedidas por Dayse Estrá.

Figura 16 - Acervo mobiliário dentro do casarão em 2010 - Fotografias cedidas por Dayse Estrá.

As peças foram amontoadas e levadas para o “Solar dos Rosetti⁶⁷”, local totalmente impróprio, que apresentava péssimas condições de conservação e segurança. Diná Jobst⁶⁸, indicada para elaborar o projeto museográfico, que fora diretora do Sistema Estadual de Museus por 20 anos, conhecia bem a região do Vale do Paraíba, o MHPMN e o seu acervo. Em 2013, esteve em Cruzeiro juntamente com Dayse Estrá⁶⁹, que fora contratada para restaurar, inicialmente, as peças que comporiam a expografia. Em entrevista realizada, no início de 2020, em seu ateliê na cidade de São Paulo, Estrá relata:

[...] A partir da primeira visita, posso descrever toda experiência como uma “epopeia”: O primeiro contato com o acervo foi durante a visita ao Solar dos Rosetti, o local encontrava-se em péssimas condições, sem energia elétrica, sujo com visíveis sinais de invasão por moradores de rua. Minha perna ficou “preta” de tantas pulgas. Visível infestação de cupins. Verificar a situação do mobiliário e fazer a escolha foi impossível. A primeira atitude tomada foi solicitar uma desinfestação básica do local, além da limpeza.

Questionada sobre qual critério para a seleção das peças que foram restauradas, Estrá destaca que, naquele momento, o objetivo era contemplar o projeto expográfico de Jobst. Além disso, devido às condições do acervo, algumas peças estavam em tal estado de degradação e deterioração que não seria possível serem restauradas; segundo Estrá⁷⁰, “para que seja considerado restauro a intervenção deve conseguir trazer traços de originalidade. Quando a peça perde sua integralidade deixa de ser restauro”.

⁶⁷ O “Solar dos Rosetti” foi construído em 1910, por Carlos Rossetti, local onde morou com a família. Imigrante italiano, Carlos Rossetti chegou a Cruzeiro, em 1895, e foi um importante arquiteto no início do Século XX, tendo participado diretamente na construção de várias edificações na cidade.

⁶⁸ Geógrafa e museóloga, foi diretora do Sistema de Museus do Estado de São Paulo entre 1986 a 2006. Foi conselheira do Museu da Casa Brasileira e Museu de Arte Sacra de São Paulo

⁶⁹ Diretora técnica – Ateliê de Artes e Ofícios Daisy Estrá - Conservação e restauração de bens móveis e imóveis. Especialista em Análise e Preservação de obras de Arte e em análise pericial.

⁷⁰ Entrevista concedida no ateliê da restauradora em 14 de janeiro de 2020.

Figura 17 – Parte do acervo do MHPMN no Solar dos Rossetti, 2012. Fotografias cedidas por Dayse Estrá

Figura 18 – Parte do acervo do MHPMN no Solar dos Rossetti, 2012. Fotografia cedida por Dayse Estrá.

Apesar da situação caótica, Diná Jobts e Dayse Estrá conseguiram escolher 17 peças para compor o projeto museográfico e que seguiram para o restauro. Entretanto, a contratação do projeto de Jobts não foi efetivada, a despeito do restauro das peças que já estavam em São Paulo, estar em andamento. Além disso, a prefeitura havia pago a primeira parcela para o início do trabalho de restauro, contudo não arcou com o compromisso e a restauradora teve dificuldades para receber pelo trabalho concluído:

[...] Não recebia retorno/pagamento da prefeitura, tive várias reuniões com a prefeita Ana Karen, com o vice em exercício, e finalmente com o prefeito eleito Thales Gabriel Fonseca, que consegui tomar um café na Assembleia Legislativa, para definição da situação. Transferi o mobiliário para minha casa/ateliê que ficou embalado por muito tempo[...] (ESTRÁ, 2020) [informação verbal]

O mobiliário restaurado ficou armazenado no ateliê de Daisy Estrá aguardando até que a situação no município se estabilizasse e a prefeitura pudesse quitar seus débitos. Mais adiante, no capítulo 3, veremos as peças restauradas na exposição de longa duração. As demais peças do acervo foram transferidas novamente, desta vez para outro equipamento cultural da cidade, o Centro Cultura Rotunda⁷¹, antiga construção para manutenção ferroviária, um pouco menos degradada que o Solar dos Rossetti. Novamente essa gestão do acervo foi alvo de denúncia feita por Vicente Vale, desta vez ao Condephaat, que realizou uma visita técnica em março de 2017. Técnicos da UPPH foram acompanhados pelo diretor do SISEM-SP, representando a UPPM, e puderam constatar as condições denunciadas por Vale. O cenário era de total desolação, poucas peças estavam inteiras, havia pilhas de madeira, sendo que mal era possível identificar que parte se tratava. A denúncia foi confirmada e acatada, o Condephaat aplicou o auto de constatação de conduta irregular C-4055-2017, determinando “início imediato da restauração integral da parte do acervo que se encontra alojada no edifício Rotunda, com base na orientação técnica da UPPM”.

⁷¹ Tombada em 1988, sua construção, em 1930, é contemporânea à das oficinas, almoxarifado e depósito de locomotivas. Constitui-se em edifício semicircular, do qual saem trilhos irradiados de um centro girador. Em seu interior foram introduzidas bancadas para trabalhos de manutenção em locomotivas e vagões. Construído por Carlos Rossetti, estruturado em concreto armado, teve muitos de seus materiais importados, tais como sanitários, telhas e maquinário. Com a transferência da Rede Sul Mineira para Minas Gerais, em 1936, a única unidade que se manteve ativa no pátio de Cruzeiro foi a rotunda. Em 1982, a RFFSA decretou oficialmente a sua desativação. Fonte: Condephaat

Figura 19 – Retrato do Major Novaes e parte do mobiliário do MHPMN na Rotunda, 2017.
Fotografia da autora.

Figura 20 – Retrato do Major Novaes e parte do mobiliário do MHPMN na Rotunda, 2017.
Fotografias da autora.

Apesar da finalização do restauro e entrega do prédio em 2016, a prefeitura não conseguiu cumprir sua parte da decisão judicial, pois restaurou somente uma parte pequena do acervo mobiliário. Claudia Ribeiro, historiadora contratada no segundo semestre de 2014 para assumir a gestão do MHPMN, havia participado da elaboração do Plano Museológico, junto à museóloga responsável Elizabeth Zolcsak, e desenvolveu um projeto museográfico para a exposição de longa duração, que foi aberta ao público em 2019. Em entrevista, Ribeiro esclareceu que, após as orientações

da UPPM, o acervo foi melhor acondicionado, mas ainda continua na Rotunda à espera da finalização de projeto que será encaminhado ao Condephaat para construção de um galpão oficina, para restaurar as demais peças.

2.3 Conferindo o acervo: cotejando as listas

No texto sobre a Fazenda Boa Vista e o Solar dos Novaes realizado por Marcos Carrilho em 1986, mencionado anteriormente, o arquiteto destaca que a pesquisa, dedicada ao levantamento de informações para pautar o restauro do casarão, não incluiu os bens móveis. Aponta que uma investigação e cotejamento do inventário colaboraria para melhor entendimento sobre o acervo e seu “macrocosmo”: edificação, coleção, trajetória da família Novaes e sua relação com a fundação da cidade:

Por outro lado, não se deteve o presente estudo, no acervo dos bens móveis pertencentes a residência. O confronto dos bens arrolados nos três inventários com os bens móveis remanescentes, certamente seria de grande interesse para o conhecimento mais aprofundado desse universo. Tal estudo porém, **exigiria a análise exaustiva dos inventários e a sua comparação**, nem sempre fácil, com a longa listagem dos pertences da casa. Persistirão portanto, estas lacunas aguardando melhores estudos, como de resto outras não explicitadas. (CARRILHO, 1986, pg.17) [grifo nosso]

No trecho acima, Carrilho menciona “três inventários”, sendo possível supor que ele se referiu às listas que estão registradas no processo de tombamento, sendo elas: lista de avaliação, a lista elaborada por Maria José Ferreira, a lista de patrimonialização e a lista de avaliação. De fato, desde as primeiras atividades do museu em 1976, as listas não passaram de inventários, arrolamentos simples, como veremos mais adiante. Conforme mencionado no capítulo 1, a resolução de tombamento é genérica e não há detalhamento sobre quais seriam exatamente os objetos tombados.

Na pasta referente ao processo de tombamento, a primeira informação específica sobre os objetos é um relatório, assinado por Haydée Nascimento (identificada como “desenhista Ref.34”), sem data, realizado provavelmente nos primeiros meses de 1970, portanto, posterior ao tombamento. Nessa lista, os objetos são descritos de forma simples, de acordo com os ambientes da casa, em alguns casos com algum detalhamento sobre a cor e formato; alguns outros itens estão descritos incluindo

informações sobre suas medidas, mas não há numeração. O inventário é composto por Mobiliário: camas, aparadores, criado-mudo, cristaleiras, mesas, cadeiras, poltronas e dunquerque; Objetos de decoração: espelhos, porta-retratos, tapetes, cortinas, fotografias, quadros; Objetos pessoais: leques, imagens sacras, objetos de culto, louças, cristais, livros e documentos. Contendo aproximadamente 297 itens⁷², essa lista foi a utilizada para a avaliação necessária ao processo de desapropriação. É interessante destacar que o primeiro item da lista é o “quarto de Dom Pedro II”, que é assim descrito: “Uma cama de casal, com entalhes na madeira e uma colcha de damasco francês, cor vermelha escura, onde dormia Dom Pedro II, quando de visita a Cruzeiro”. Há outras referências à família imperial como, por exemplo, “um leque de madrepérola e ouro pintado à mão, pertencente à mãe de Dona Tita, do primeiro baile que a senhora foi no palácio Imperial de Petrópolis”, “uma xícara de porcelana G.P.L. na qual a princesa Isabel tomou chá”, “um barco feito para os filhos de D. Pedro II”. A lista conferia importância àqueles objetos por terem sido usado pelo imperador ou pela Princesa Isabel, reforçando as narrativas sobre a intimidade entre a família imperial e a família Novaes.

Na lista de avaliação, necessária para a expropriação, a estrutura da lista do tombamento é mantida, inclusive as referências da localização: “1 quarto ocupado na Casa Histórica de Cruzeiro, pelo Imperador D. Pedro II, conforme documentação apresentada?????” (sic). E continua reproduzindo a listagem inicial, incluindo agora os valores em cruzeiros (moeda corrente na época), mas ainda assim, sem numeração. Seguindo esse mesmo modelo, seria publicado em 05 de maio de 1973 no Diário Oficial do Estado o edital com a lista final do conjunto tombado e agora desapropriado, portanto, propriedade do Estado.

Somente na lista assinada por Maria José Ferreira, funcionária do Museu Major Novaes, datada de 23 de outubro de 1978, os itens foram numerados, incluindo a informação de “procedência”: peças tombadas e peças doadas. Apesar do trabalho cuidadoso da funcionária, incluindo também detalhes importantes como “peças tombadas que não constam do acervo porque foram destruídas pelo incêndio na capela” ou “peças não encontradas, mas o valor descontado no recebimento”, há equívocos nessas informações. Essas discrepâncias possivelmente aconteceram devido às diferenças entre a lista de avaliação e a lista do que foi, de fato, desapropriado, ou seja, formalizado no ofício de 05 de maio de 1973.

⁷² Alguns itens compunham mais de uma peça, como por exemplo, 1 conjunto de xícara de chá, foi contabilizado como um item composto por várias peças.

Após a análise dos processos de tombamento nº13227/69 do Condephaat e do processo de desapropriação da Procuradoria Geral do Estado nº PE/069, observamos que, apesar da solicitação para exclusão de algumas peças, identificadas como não sendo da expropriada, e o valor ter sido deduzido do montante final de pagamento à Celestina Novaes, os itens foram publicados no edital de desapropriação em 05 de maio de 1973 (imagem de Santa Fortunada, cálice e patena, naveta, divino Espírito Santo em madeira).

No início dos anos de 1980, com o levantamento patrimonial realizado pelo Departamento de Administração da Secretaria da Cultura, todas as peças do acervo foram numeradas e registradas como bens móveis do Estado. Foram exceções alguns itens que Maria José Ferreira registrara em correspondência de 01 de fevereiro de 1983, descrevendo como “muito danificadas e sem possibilidade de recuperação” e que, portanto, não foram incluídas no “Livro de Registro de Inventário”. Esse levantamento patrimonial, realizado pelo DEMA, ficou registrado no processo nº3059/82 e foi realizado em todos os equipamentos do estado, incluindo os MHPs. São essas listas que são utilizadas como referência de acervo que é doado nos processos de municipalização.

Entre os objetivos da presente pesquisa, estava o cotejamento das listas de inventário e o acervo do MHPMN, contudo não se pretendeu estabelecer uma lista final e incontestável, visto que o trabalho de gestão do acervo museológico deve ser constante. Considerando a trajetória do Museu, instituição de mais de 50 anos, que passou por várias gestões, municipal e estadual, transferências de local de guarda e principalmente por dissociações, pretendeu-se contribuir para a organização institucional, recuperando, principalmente, os primeiros inventários e os encadeando com os demais documentos que esta pesquisa teve acesso, de modo a compreender e esclarecer quais itens pertencentes ao acervo do MHPMN são de fato tombados, e os que estão patrimoniados.

Cotejamos os itens e informações da primeira lista registrada no processo de tombamento, elaborada pela desenhista Haydee Nascimento e as listas da responsável pelo Museu, Maria José Ferreira, especialmente a de 1978, intitulada “Relação do acervo pertencente ao Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes de Cruzeiro”. Em seguida analisamos a lista de “Inventário Patrimonial” encartada no processo SC 3059/82 e a lista nos arquivos digitalizados da UPPM, em arquivo Excel que reproduz a

lista do referido processo. Analisamos, também, as informações registradas na pasta “Cruzeiro” nos arquivos da UPPM, “Relação de peças do MHPMN que foram furtadas”, datada de 10 de janeiro de 2000 e o “Relatório Diagnóstico 2009”. Analisamos os livros de tombo do MHPMN durante a visita realizada em dezembro de 2019. A metodologia utilizada seguiu as diretrizes aplicadas no “Projeto de Documentação do Acervo dos Museus da Secretaria de Estado da Cultura”, realizado entre os anos de 2008 e 2010, que trouxe parâmetros comuns para identificação dos acervos dos museus do Estado, na capital e interior, e está registrada na publicação *“Documentação e Conservação de Acervos Museológicos – Diretrizes”*. Diferentemente do “Levantamento Patrimonial” do início dos anos de 1980– em que o objetivo fora o registro dos bens móveis do Estado para “patrimoniar o acervo da Secretaria para garantir o controle do Estado sobre seus bens móveis, atendendo à legislação vigente” –, o “Projeto de Documentação” se valeu de várias equipes lideradas por museólogas, com o objetivo de, para além do controle patrimonial, “estabelecer parâmetros comuns para identificação do acervo das instituições participantes” (FABBRI, 2010).

A princípio, estabelecemos como parâmetro o modelo de planilha de conferência de acervo utilizada pela equipe ACAM de apoio ao SISEM-SP⁷³ nos projetos de conferência para fins de municipalização. Este material foi adaptado, a partir do já referenciado “Projeto de Documentação”, adequando os campos de acordo com as necessidades de cada cenário institucional (tempo para realização, número de pessoas na equipe dedicada, condições do acervo, etc.). Os campos incluem tipologia do objeto, denominação, título, descrição sumária, estado de conservação, descrição da conservação, localização, status, responsável pela conferência, data e observações. Entretanto, observou-se a necessidade de reduzir e ajustar os campos para o cenário desta pesquisa, pois, em 2019, o MHPMN estava em processo de abertura da exposição de longa duração, o que ocorreu em dezembro daquele ano, impossibilitando a realização da visita técnica antes desse período.

O início da conferência do acervo aconteceu entre os dias 13 e 14 de dezembro de 2019 e estava planejado, para o início de 2020, o retorno para finalização. Porém, devido algumas limitações no percurso dessa pesquisa, principalmente causadas pelo distanciamento social imposto pela pandemia gerada pelo covid19, não foi possível finalizar esta etapa do trabalho. Desse modo, os itens assinalados como “localizados”

⁷³ Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, Organização Social de Cultura, além de fazer a gestão de três museus do Estado possui uma equipe especialmente dedicada ao apoio das ações do Sistema Estadual de Museus de São Paulo.

se referem somente ao acervo em exposição. Não foi possível verificar os itens do acervo documental que estão nos arquivos do museu, bem como o mobiliário que não foi restaurado, armazenado em uma sala da Rotunda. Dessa maneira, após o cotejamento das listas localizadas na documentação consultada e a verificação durante a visita à exposição, chegamos ao resultado registrado no Apêndice A, denominado “Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes – Conferência de acervo – 2020”.

Por fim, é importante que se esclareça o que tomamos para cada coluna da lista deste Apêndice A, a saber:

- 1º Coluna: número Processo de tombamento nº13227/69 Condephaat: é o número atribuído na lista de 23/10/1978; entendemos como a lista de bens tombados⁷⁴;
- 2º Coluna: número Processo SC 3059/82 PI – SEC: é o número atribuído como “patrimônio interno” da Secretaria de Cultura do Estado;
- 3º Coluna: número Livro de Tombo do MHP Major Novaes: é o número registrado nos livros de tombo arquivados no museu;
- 4º Coluna: Relatório Diagnóstico 2009: são as informações sobre o status do acervo em 2009, se foi “localizado” ou “não localizado” naquele ano. Nesta coluna incluímos a informação sobre as peças que foram furtadas em 2000;
- 5º Coluna: status 2019: informação se a peça foi “localizada” ou “não localizada”: foi verificado somente os objetos da exposição de longa duração;
- 6º Coluna: descrição Sumária: neste campo manteve-se a redação da lista de “Levantamento Patrimonial” de 1982;
- 7º Coluna: tipologia: utilizamos a classificação dos objetos seguindo as diretrizes do projeto de documentação da SEC;
- 8º Coluna: observações: campo para registrar as peças que foram restauradas e outras informações que consideramos relevantes, no âmbito dessa pesquisa, como as peças que foram tombadas, mas não patrimoniadas;

Deste modo, apesar de não ter sido possível finalizar a tarefa de conferência total do acervo ainda existente e de ter-se um inventário atualizado, foi possível organizar e reunir todas as listas, de tombamento, de patrimonização, a lista de itens furtados em 2000 e a conferência realizada em 2009. Além disso, pudemos incluir informações

⁷⁴ Curioso notar que a reprodução das listas incluía até os erros de datilografia como por exemplo, no registro da espreguiçadeira austríaca, a marca “thonet” foi grafado como “thonst”, publicado dessa maneira no diário oficial. Isso foi-se reproduzindo também nos livros tombo e na lista de bens patrimoniados da Secretaria da Cultura.

importantes como o roubo do espelho⁷⁵ e as peças restauradas. Entretanto, apesar de não estar no escopo desta pesquisa uma investigação mais aprofundada em relação à formação da coleção, ela é importante para a compreensão do universo do patrimônio salvaguardado no MHPMN e parte fundamental da “documentação museológica” que, junto com a conservação preventiva, deveriam caminhar juntas para que o acervo fosse adequadamente preservado.

Nesse sentido, destaquemos a importância dos museus na preservação do patrimônio e o que os difere de outras instituições de preservação da memória. Com o desenvolvimento da museologia como campo do conhecimento, que considera a pesquisa e preservação como parâmetros definidores e elementares para a ação museológica, de acordo com Cristina Bruno, se consolidam a partir da dinâmica da cadeia operatória dos procedimentos de salvaguarda e comunicação, sempre amparados pelas perspectivas delineadas pelas ações de planejamento e avaliação, fundamentais no processo de musealização:

Essas instituições de memória, para a sua implantação, consolidação e reconhecimento público, dependem do desenvolvimento de uma cadeia operatória de ideias e ações que identificamos como processo de musealização, ou seja: a articulação sistêmica de procedimentos técnicos e científicos de salvaguarda (conservação, documentação e guarda) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) de referências culturais, coleções e acervos, com vistas à constituição e preservação da herança patrimonial. Esses procedimentos, por sua vez, contam em sua base elementar com a produção de conhecimento nas mais diversas áreas de pesquisa e dependem de sólidas estratégias administrativas de planejamento e avaliação e, naturalmente, são vulneráveis às conjunturas sociais e políticas. São e sempre foram instituições de seu tempo!” (BRUNO, 2012, p.47)

Para tanto, é imprescindível que as instituições possuam equipes qualificadas para o atendimento das atividades finalísticas dos museus. Claudia Ribeiro, atual

⁷⁵ Sugerimos que o item seja inscrito no Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos, esse registro só pode ser feito pelo responsável legal pelo acervo.
<https://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/cadastro-de-bens-musealizados-desaparecidos/>

gestora do MHPMN, conta que uma ação do Tribunal de Contas⁷⁶, para ajuste nas contas públicas, exigiu que a municipalidade realizasse concurso para todos os setores da prefeitura, que contavam com muitos profissionais contratados e apenas os da limpeza como efetivos. Esse é um movimento que vem se repetindo em vários municípios do estado, devido a uma diretriz do Ministério Público paulista, para ajustar as contas públicas municipais e garantir o funcionamento dos equipamentos. Assim, no município de Cruzeiro, em 2019, foi lançado um edital para contratação em vários cargos na administração pública municipal, e para o museu a vaga escolhida foi para a de museólogo. Ribeiro explica que, para atender o Tribunal (que determinou que todos os setores da prefeitura tenham pelo menos um funcionário efetivo), não havia possibilidade de abertura de mais do que uma vaga por equipamento; assim, a sugestão dela, como gestora do MHPMN, foi de indicar o cargo para um especialista, no caso do museu, um museólogo:

A solicitação veio do Tribunal de Contas, todos órgãos que não têm precisaram: biblioteca, museu, teatro Capitólio [...] dentro da minha proposta de gestão, porque eu estou de passagem quer queira ou não, mas quero que o museu fique com um funcionário efetivo lá dentro [...] (RIBEIRO, 2020) [informação verbal]

No trecho acima, Ribeiro se refere a “estar de passagem”, porque sua posição de diretora do MHPMN é um cargo “comissionado”, feito por indicação, portanto sujeito à troca de governos, a cada quatro anos. No seu caso, apesar de ter sido contratada durante a confusa gestão da prefeita Ana Karen, ela continuou após a eleição do primeiro mandato do atual prefeito. Entendemos que esta foi uma decisão acertada, demonstrando maturidade da gestão municipal em compreender o cargo de direção do museu não como um cargo político, de “confiança”, mas que deve ser definido pela formação e capacidade do profissional responsável. Waldisa Rússio, em sua dissertação de mestrado defendida em 1977, já apontava a falta de formação de quadros próprios nos museus do interior. “Essa política pouco racional vai contribuir para a permanência e o fortalecimento da ideia de que o diretor de museu deve ser uma pessoa de expressão política e social, no sentido vulgar de tais palavras.” (RUSSIO, 1977). O cenário identificado por Rússio pouco se alterou com o passar dos anos, ainda

⁷⁶ Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, exceto o da Capital, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

que com o crescimento das cidades, o *status* de diretor do museu tenha perdido relevância social, abalada pela rotatividade de gestores responsáveis pelas instituições, ligada à troca de prefeitos. Essa falta de gestão administrativa, relegando os museus a um único funcionário, gerou uma ironia – a “equipe” –, que, se por um lado parece heroica, expõe uma fragilidade administrativa que não deve ser valorizada ou vangloriada⁷⁷. Podemos conjecturar que, por mais que deva ser reconhecido o trabalho desses profissionais, que resistem e fazem todo o possível, mantendo os museus abertos, não é factível que uma única pessoa consiga atuar em todas as frentes, garantindo o funcionamento da instituição de forma que se contemple a pesquisa, a preservação e a comunicação, dimensões essenciais do processo de musealização.

No ano 2011, o jornal “O Estado de S. Paulo” teve acesso aos dados finais do projeto de Diagnóstico, também conhecido como Mapeamento, anteriormente citado, e em 18 de setembro publicou matéria, no Caderno “Metrópole” da edição de domingo, com o título: “86% dos museus de SP têm problemas”, em que destaca os principais problemas apontados pelo diagnóstico:

Faltam políticas de conservação do acervo, cuidados com a climatização, reservas técnicas, funcionários e, em alguns casos visitantes – porque há instituições fechadas ao público. O diagnóstico mostra a situação em que se encontram documentos e peças importantes para a história de São Paulo. Se bem utilizado poderá indicar quais medidas urgentes devem ser tomadas pelos responsáveis pelos museus [...] Maior falha está no cuidado com o acervo. Levantamento mostra que 3 em cada 4 museus não tem sistema de climatização a falta de política de conservação foi diagnosticada em 44,6% dos museus. [...]

O diagnóstico realizado pelo SISEM-SP, que foi apresentado de forma resumida pela reportagem, escancara a situação que decorria principalmente da falta de funcionários e investimento. No caso dos MHPs, a situação ainda é mais grave pois, nascidos por decreto estadual, contavam na sua criação com a parceria das prefeituras, que cediam funcionários para serviços de limpeza e manutenção e professoras da rede estadual de ensino. A exemplo do MHPMN, em que os cargos dos funcionários estaduais Maria José Ferreira e Altamiro Martins não foram substituídos por cargos

⁷⁷ Essa pesquisa não se aprofundou em informações documentais para o exposto, são observações empíricas, baseadas em 10 anos de atuação no apoio técnico aos museus de pequeno porte do interior.

municipais, muitos museus foram sendo relegados à negligência estadual e a má gestão das prefeituras, criando um cenário de abandono, com acervos embalados ou perdidos. Nesse sentido, a atuação do Ministério Público⁷⁸, acionado pela sociedade civil, tem se destacado para tentar-se reverter esses quadros de problemas.

Além da atuação do MP no caso do MHPMN, outro caso emblemático na região do Vale do Paraíba foi o do MHP Conselheiro Rodrigues Alves. Após a finalização do restauro do edifício, em 2010, as tratativas para a municipalização não avançaram e o museu ficou fechado por 8 anos. Somente foi reaberto devido à ação do Ministério Público⁷⁹, que obrigou o governo do estado a empreender um projeto de revitalização, com pequenas obras de manutenção predial e ações de gestão do acervo, que estava embalado desde 2008. Apesar dos impasses em relação à municipalização persistirem, o museu foi reaberto em 2017⁸⁰, como veremos no capítulo 3.

Para o avanço das políticas públicas para o patrimônio, em especial para os museus, colaboraram nas últimas décadas a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Estatuto de Museus, Lei federal 11.904 de 2009, que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.124 de 2013, observa-se um avanço na organização e no regramento dos museus, principalmente das responsabilidades na gestão do patrimônio musealizado e na institucionalização dos mesmos, na definição de recursos humanos e financeiros e na aplicação de técnicas museológicas na preservação e difusão de bens culturais musealizados. No âmbito estadual, o avanço das políticas específicas para o campo museal deram-se a partir da reestruturação do SISEM-SP ocorrida em 2011, que trouxe a perspectiva do Cadastro Estadual de Museus, ferramenta de qualificação dos museus do estado paulista, em consonância com o Registro Nacional de Museus, que apresenta uma série de parâmetros com o objetivo de qualificar as instituições, por meio de orientação técnica:

O Cadastro Estadual de Museus foi concebido em um contexto de qualificação e fortalecimento do SISEM-SP. Instituído pela Resolução SC 59/2016, o CEM-SP é previsto pela lei federal 11.904/2009

⁷⁸ De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe ao Ministério Público brasileiro como função essencial à Justiça: a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis; a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático. O Ministério Público brasileiro é composto pelos Ministérios Públicos nos estados (atuam perante a Justiça estadual), e pelo Ministério Público da União (MPU), que, por sua vez, possui quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

⁷⁹ Número 0001470-64.2016.4.03.6118

⁸⁰ Atualmente, devido à pandemia o museu está fechado.

(Estatuto de Museus), e pelo decreto federal 8.124/2013 – que regulamenta os dispositivos do Estatuto. Alinha-se aos objetivos do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) ao consistir em uma ferramenta digital que tem como um de seus objetivos centrais colaborar com o cadastramento de instituições museológicas ao Cadastro Nacional de Museus, visando a produção de conhecimento e informações sistematizadas sobre o setor museal, assim como a disponibilização para consulta pública por meio eletrônico. O CEM-SP também está amparado na legislação paulista por meio do decreto estadual 57.035/2011, que estabelece a estrutura organizacional do SISEM-SP, que tem como uma de suas atribuições a implementação e a atualização de um Cadastro Estadual de Museus, inclusive por meio de vistorias periódicas às entidades cadastradas.⁸¹

Conforme o trecho acima citado, podemos ponderar que, apesar das políticas federais e estaduais terem se desenvolvido nos últimos anos na direção de uma qualificação do campo museal, observamos que a trajetória de museus de pequeno porte, principalmente do interior e litoral paulista, carece de estruturas mais estáveis para a gestão da cultura em geral e dos museus especificamente. O ponto mais sensível, a formação de equipes estáveis, ainda se constitui a principal fragilidade, o que afeta sobremaneira o trabalho dos museus, impedindo que esses equipamentos cumpram com sua finalidade precípua de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural.

Conforme veremos no capítulo 3 os MHPs foram criados a partir de uma política cultural e museológica que foi imposta aos municípios pelo Estado permeada por fragilidades que se mantem até os dias atuais. O Programa de Municipalização retomado em 2008 e a municipalização do MHPMN, que está em curso, tenta lidar com essas fragilidades, utilizando-se do discurso de regularização da posse legal dos acervos. Entretanto, a transferência de responsabilidade de gestão desses museus para as prefeituras esbarra na não existência de uma política museológica consolidada nos municípios, o que ainda se mostra como um problema a ser superado para que os municípios possam efetivamente realizar a missão de gerenciar os museus com profissionalismo e competência técnica, bem como salvaguardar suas coleções em padrões técnicos internacionais.

⁸¹ <https://www.sisemsp.org.br/cadastro-estadual-de-museus/documentos-uteis/>

Capítulo 3 - Municipalização: dissonâncias no processo de transferência de tutela

3.1 A manutenção de uma política de museus

O conjunto de Museus Históricos e Pedagógicos, à qual pertence o MHP Major Novaes, nasceu no âmbito da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação em 1956, como já exposto no capítulo 1, com a criação dos quatro primeiros museus idealizados por Sólon Borges dos Reis, então Diretor-Geral do Departamento de Educação de São Paulo, homenageando os quatro presidentes “saídos de São Paulo”⁸². Até 1973, quando o último MHP foi criado, já sob a responsabilidade do Serviço de Museus Históricos, ligado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, foram cerca de 80 museus concebidos sob a denominação “Histórico e Pedagógico”, ou relativos ao período de implantação desses museus⁸³.

Figura 21 – gráfico – Número de MHPs por ano de criação

⁸² Decreto nº 26.218 de 03/08/1956 que dispõe sobre a instalação de Museus Histórico-Pedagógicos em Batatais, MHP Dr. Washington Luís; MHP Campos Sales, em Campinas; MHP Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá e MHP Prudente de Moraes, em Piracicaba, nos “considerando” menciona o papel relevante que tiveram nos destinos da nacionalidade homens que, saídos de São Paulo, governaram a Nação em quadriênios que se tornaram memoráveis.

⁸³ A Casa de Cultura Euclides da Cunha foi criada pelo decreto 15.961 de 14/08/1946. Apesar de ter sido criada anos antes dos primeiros MHPs foi incluída na rede e na lista para municipalização.

Este capítulo irá examinar a relação do MHPMN com um longo e tenso processo de relacionamento entre o governo estadual e seus parceiros na gestão desses museus, os municípios paulistas. A década de 1990 tornou-se um período de inflexão nessa relação, pois o processo de municipalização dessas instituições, aventado pela primeira vez em 1994, foi sendo posto em prática, de modo a resolver uma articulação entre as duas esferas que havia sido consolidada por Vinício Stein Campos, mas que jamais havia funcionado adequadamente. Embora os MHPs fossem evidentemente museus de escala municipal, essa evidência jamais foi efetivamente enfrentada pelos gestores, que deixaram que se prolongasse um quadro de desgaste administrativo, de edifícios e de acervos, no qual o MHPMN é certamente um caso exemplar.

Stein Campos, responsável pela expansão do projeto de Borges dos Reis, utilizava sobretudo o lema “preservar a história do patrono e da cidade” para justificar suas escolhas das localidades e edifícios que foram escolhidos para acolher os museus estaduais que criou (MISAN, 2008). Durante o período em que esteve à frente do Serviço de Museus Históricos, Stein Campos produziu uma bibliografia a respeito dos objetivos e finalidades dos MHPs, registrados nos volumes da publicação *Elementos da Museologia*. Em 1957, o gestor já havia publicado o “Regimento dos Museus Históricos e Pedagógicos”, mas durante o percurso da implantação do que seria reconhecido no futuro como a Rede de MHPs, percebe-se que o propósito dos museus, espalhados pelo território estadual, fora se alargando, sem qualquer mudança administrativa, financeira ou de quadro de gestão de pessoal que garantisse sua eficácia. O caráter celebrativo de personagens locais ou das próprias elites locais se impôs como meta privilegiada, acima de qualquer política efetiva de gestão e fortalecimento dessas instituições, que já nasciam frágeis. A própria nomenclatura desses museus como “pedagógicos” é muito mais reveladora de sua dependência com a Secretaria de Estado da Educação do que a metodologias de ensino e articulação com programas escolares. Ana Carolina Xavier Avila, em sua dissertação de mestrado “Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas”⁸⁴, analisa esse texto de Stein Campos e conclui:

Ao refletir sobre estas três descrições, concebidas por Vinício Stein

⁸⁴ Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo em 2014, que analisa os processos de municipalização dos MHPs.

(1957,1960 e 1970), somando-se aos preâmbulos dos Decretos de criação dos MHPs, observa-se que, no decorrer dos anos Stein, gradativamente, dá maior enfoque ao trabalho histórico destas instituições, inclusive em nível local; entretanto não deixa de mencionar que, de qualquer forma, devem estar a serviço da Educação e do ensino. (AVILA, 2014, p. 51)

O trecho acima citado é corroborado por uma afirmação expressa em outra publicação de Stein Campos, posterior ao período de implantação dos MHPs. No livro “O Menino de Capivari” descreve com detalhes a criação e implantação do MHP Cesário Mota, patrono nascido naquela cidade, e revela que a nomenclatura (histórico e pedagógico) havia sido mantida como homenagem a Borges dos Reis.

[...]Em homenagem ao mestre ilustre que os havia concebido e iniciado, o brilhante professor Sólon Borges dos Reis, conservamos a designação primitiva dos museus - “Históricos e Pedagógicos” (CAMPOS, 1982, p.217)

Para garantir a instalação de um MHP, Stein Campos muitas vezes sugeria o edifício que considerava apropriado para acolhê-lo, de modo que o Estado cedia um imóvel ou requeria ao município a cessão de um espaço para uso do museu. Antes mesmo de oficializar a criação do museu, já havia articulado e definido o município, patrono e local, valendo-se da ampla rede de relacionamento que possuía nas cidades, por meio de amigos, historiadores e membros do IHGSP. A manutenção predial, limpeza, segurança e mobiliário deveriam ficar por conta do município, e os demais recursos, como materiais de escritório eram de responsabilidade do Serviço de Museus Históricos. Entretanto, é relevante destacar a ausência de previsão de recursos orçamentários diretos ou de uma estrutura administrativa sólida que assegurasse o funcionamento dos museus. Desde o início da implantação dos MHPs, fica claro que o esforço entre as esferas se concentrou na articulação para utilização de recursos humanos preexistentes, mormente professores da rede pública estadual, e a parceria de custos com as prefeituras. Contudo, isso não seria suficiente para manter os museus e as necessidades básicas para sua manutenção. Como destaca Misan:

O Serviço de Museus Históricos, primeiramente denominado Comissão de Museus Históricos e Pedagógicos, criado em 1957, sob direção de Vinício Stein Campos tinha por objetivo controlar as atividades realizadas pelos quatro museus já instalados, coordenar a implantação

de novas unidades, mas, principalmente, garantir este precário equilíbrio **dos mínimos recursos e da máxima articulação local e estadual** que em síntese, manteve penosamente os Museus Históricos e Pedagógicos por tão longo período, com raras exceções, nas mesmas condições até a atualidade. (MISAN, 2005, p.57, grifo do autor)

Ao analisarmos a criação desse conjunto de Museus podemos assentir que essa ação foi mais um “projeto de retomada de afirmação da hegemonia do Estado Paulista”, como afirma Simona Misan, que perdurou por cinco gestões estaduais diferentes: de Jânio Quadros (1955-1959), Carvalho Pinto (1959-1963), Adhemar de Barros (1963-1966), Abreu Sodré (1967-1971) e Laudo Natel (1971-1975). Com essa estratégia, Stein Campos criou nos Museus Históricos e Pedagógicos um “novo” meio de veicular uma “antiga” mentalidade, uma forma de resistência às novas exigências da sociedade (MISAN, 2005, grifo do autor). Pode-se dizer que a elite intelectual ligada ao IHGSP e a primeira geração de conselheiros do Condephaat era articulada por uma rede de relações sociais que partilhava dos mesmos ideais de preservação, em prol de uma memória vinculada à importância da participação paulista na construção da nação e a necessidade de fortalecer essa narrativa, renovando um paradigma que, no âmbito dos museus, como sinaliza Ana Claudia Fonseca Brefe (2005), foi consolidada no Museu Paulista durante a gestão de Affonso Taunay (1917-1945). Tal estratégia de articulação política entre estado e município encontrou aceitação mesmo após o golpe militar de 1964, mantendo-se a rede que Stein constituíra valendo-se de relacionamentos pessoais com os que possuíam posições privilegiadas, em órgãos oficiais, e que chancelavam suas iniciativas. A implantação de política museológica desde a gestão de Jânio Quadros, foi, assim, mais um, entre outros empreendimentos que procuravam notabilizar a memória paulista numa chave conservadora, classista e de ambição nacional:

Numa visada relativamente estreita, sem investigar outras relações políticas ou de parentesco, temos uma rede de pessoas articuladas para inúmeras iniciativas que visavam à construção da memória paulista. Tal intenção ultrapassava o espectro estadual, pois também buscava projetar a memória paulista em nível nacional; ademais, na década de 1960 essas iniciativas de solicitação de tombamento das casas dos presidentes da República naturais de São Paulo – se tomarmos apenas os casos de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves – são pequeníssima parte de um grande quadro que inclui as

comemorações do Quarto Centenário da capital paulista em 1954, a criação dos primeiros Museus Históricos e Pedagógicos pelo Governador Jânio Quadros em 1957, a própria criação do Condephaat em 1968 e os preparativos para as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972.(SIQUEIRA, 2015, p. 57)

No trecho acima destacado, Lucília Santos Siqueira faz referência aos tombamentos pelos órgãos estadual e federal da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, e da Casa de Prudente de Moraes em Piracicaba. Ambas as solicitações foram realizadas por Stein Campos, que, principalmente para a Casa do Conselheiro, encontrou apoio de Afonso Arinos, que era conselheiro do IPHAN, casado com uma sobrinha neta do Presidente Rodrigues Alves e, também, seu biógrafo. No mesmo sentido, Marly Rodrigues (2000) observa que a indefinição nos primeiros anos de atuação do Condephaat, que, apesar de “herdeiro da ortodoxia do Sphan”, era influenciada por essas redes e relações sociais das elites paulistas, que compartilhavam dos mesmos ideais e posições em setores de prestígio governamental. Como conselheiro do Condephaat e diretor do Serviço de Museus Históricos, Stein Campos é um caso exemplar dessas múltiplas articulações, encontrando estreito espaço de aceitação para os pressupostos orientadores dos Museus Históricos e Pedagógicos e garantindo a participação do IHGSP nas atividades oficiais do Estado. Mas tais articulações não foram, afinal, úteis para que se constituísse uma gestão qualificada e autônoma desses museus, que nunca tiveram concursos para preenchimento de cargos técnicos nem segurança financeira, dependendo eternamente das cessões da Secretaria de Estado da Educação e das flutuações políticas dos municípios que os abrigavam.

Essa política claudicante não ficou imune às críticas. A mais conhecida e referenciada está publicada nos “Anais do Museu Paulista”, no artigo escrito em 1964, “Utilização cultural de material de museu”⁸⁵, de autoria de Mário Neme. Apesar de não se dirigir diretamente ao Serviço de Museus Históricos, faz críticas pertinentes, principalmente no trecho intitulado “Os Problemas dos Museus Municipais”, publicado poucos anos antes do período de maior “proliferação” dos MHPs. Nesse trecho, Neme expõe os perigos da falta do mínimo de organização e recursos indispensáveis para o funcionamento dos museus, renunciando, caso a política não se alterasse. Em 1969,

⁸⁵ Anais do Museu Paulista, São Paulo, p.7-62, 1964.

um editorial do jornal “O Estado de São Paulo”⁸⁶ intitulado “Os Museus Pedagógicos”, aumentava o tom de crítica ao governo estadual por ter criado “um elefante branco”, pois apesar de ter transferido a vinculação dos MHPs da pasta da educação para o turismo, a situação de precariedade continuava a mesma, sem solução aparente. Em tom irônico, o jornal cita casos de abandono, falta de manutenção, sumiço de peças ou museus que não abriram as portas à visitação:

[...]Tais **arremedos de museus**, apesar da propaganda que propiciam algumas autoridades em determinados momentos, continuam sem condições de funcionamento. Criados por simples decretos, não dispõem de quadro de pessoal, de verbas, de objetos definidos, de uma direção com autoridade ou responsabilidade[...] **Se a Secretaria da Educação conseguiu livrar-se finalmente desse “abacaxi”**. Isso não quer dizer que tenha se livrado da responsabilidade ante a obrigação moral e funcional de conceder orientação e auxílio às Prefeituras para criação de autênticos museus municipais, instituições de reconhecido interesse para a Educação, principalmente a educação moral e cívica. [O Estado de São Paulo, 16 de março de 1969, p.28] (grifo nosso)

Poucos dias depois, em carta publicada na sessão “Leitores” do mesmo jornal, Vinício Stein Campos rebate as críticas respondendo, de forma contundente, todos os pontos expostos no editorial. Destaca, inicialmente, que os Museus Históricos e Pedagógicos do interior não são um “problema sem solução” e que a transferência de pasta se deu devido à reforma administrativa daquela gestão e que o “Serviço de Museus Históricos” passaria a contar com dotação orçamentária e condições administrativas para execução das suas atividades:

Transferido para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo não por que fosse na pasta da educação um incômodo “abacaxi” para usar da pitoresca linguagem do articulista, mas em razão de uma grande reforma administrativa que o governador Abreu Sodré empreendeu implantar no Estado, o Serviço de Museus Históricos foi equipado em sua nova situação funcional com expressivos recursos e passou a integrar o orçamento do Estado, como unidade administrativa própria

⁸⁶ Mário Neme trabalhou até 1972 no periódico, sendo que em sua extensa nota de aposentaria o jornal menciona sua última atividade como “editorialista” 15/03/1973. Apesar de não estar assinado, supomos que Neme tenha escrito ou pautado o texto.

provida de condições básicas para execução do grande programa que lhe foi traçado. (O Estado de São Paulo, 21 de março de 1969, p.16)

Stein Campos se refere nesse trecho à reforma administrativa empreendida pelo governo Abreu Sodré (1967-1971) que, por meio do Grupo Executivo da Reforma Administrativa (GERA) ligado à Secretaria da Fazenda e coordenado pelo secretário Luiz Arrobas Martins, objetivava a reorganização e modernização estadual⁸⁷. Desse esforço, resultou, entre outras iniciativas, a criação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, por meio da qual se transferiu o Serviço de Museu Históricos da Secretaria da Educação para essa nova pasta. Apesar do otimismo de Stein Campos, essa nova situação administrativa do SMH pouco redundou na execução, conforme suas próprias palavras, do “grande programa que lhe foi traçado”. Na prática, os MHPs continuaram a ser criados por decreto, e conforme veremos adiante, a situação da maioria deles não será diferente do denunciado no editorial d’ “O Estado de S. Paulo” de 1969.

Se na implantação dos MHPs o “surto museológico” se concentrou no interior do estado entre as décadas de 1950 e 1960, os anos 1970 também se destacam pela fundação e implantação de museus na capital. No ano de 1970 foram criados o Museu de Arte Sacra, o Museu da Imagem e do Som (MIS), o Museu da Casa Brasileira (MCB) e a criação do Paço das Artes; além deles, é também criado o Museu Casa de Portinari, em Brodowski que à exceção dos demais, nasceu vinculado ao Serviço de Museus Históricos⁸⁸. Seria isso uma indicação de que o Serviço de Museus Históricos seria responsável pelos museus do interior, de certa forma, apartados dos museus da capital? Além disso, enquanto os museus instalados na capital eram criados prevendo a atuação de conselhos, elaboração e provisionamento de estruturas físico-administrativas, os museus do interior continuaram alheios à efervescência do desenvolvimento cultural que agitava a capital e com o tempo caíram no ostracismo. Em 1976, Vinício Stein Campos, em tom crítico, além de descrever o cenário, aponta a realidade das decisões governamentais que não consideram ou verificam as estruturas existentes tentando compreender como funcionam e o que de fato necessitam:

⁸⁷ Esse período foi marcado pela criação e reorganização de vários equipamentos culturais, como a Fundação Padre Anchieta, o Palácio de Inverno de Campos do Jordão e o Festival de Inverno, entre outros. Em 1969, Luís Arrobas Martins coordenou também a criação do Grupo Executivo de Aproveitamento do Palácio de Campos do Jordão – Geapac, constituído por especialistas que auxiliaram na aquisição das coleções, além de residência oficial de inverno do governador, o edifício assumiu também sua vocação de palácio-museu aberto à visitação pública. Em 1970 sedia a primeira edição do Festival de Inverno.

<http://www.acervo.sp.gov.br/PV.html>

⁸⁸ Decreto s/nº 08 de abril de 1970 ver em Apêndice B.

A Divisão de Museus foi criada pelo Decreto número 4.083, de 26 de julho de 1974, que reestruturou a secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Teve por finalidade reunir racionalmente, sob comando único, diversos órgãos e museus estaduais, criados em diversas épocas, a saber: a Pinacoteca do Estado, fundada em 1906, Serviço de Museus Históricos (com meia centena de museus em implantação no interior), iniciado em 1956, o Museu de Arte Sacra, de 1918, recriado, em 1970 em outros moldes, graças ao convênio feito com a Cúria Metropolitana, o Museu da Casa Brasileira, Museu da Imagem e do Som, Museu Militar de São Paulo, Museu Nacional de Esportes e Paço das Artes. Reestruturação levada à termo de cima para baixo, sem audiência das unidades e órgãos interessados, com desconhecimento, pelos seus autores, da realidade museológica que tentavam ordenar, o diploma referido praticou lamentável descompasso no processo de desenvolvimento dos museus, sobretudo nos museus históricos do interior, **alvos por mais de um exercício, de desalentadora campanha que os dava como unidades sob risco de iminente dissolução**, ao mesmo tempo que se multiplicavam os embaraços à permanência dos professores em sua direção, alguns deles com mais de 15 anos de continuidade nesse exercício. (Arquivo IEB – USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WRGTM0024, grifo nosso)

Podemos interpretar o trecho acima, como uma resposta às críticas que sofreu durante todo o período da implantação dos MHPs e à movimentação política que estava em curso promovida pelo GEOCEC⁸⁹. Em 1976 (ano em que se insere o relatório acima citado), os museus do interior passam a ser responsabilidade da “Divisão de Museus” da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, criada durante a gestão do governador Paulo Egydio Martins (1975 a 1979). Período de grande movimentação política e administrativa, com o fim do período de repressão e início da abertura para redemocratização do país, em 1979 o governador indicado Paulo Maluf (1979 a 1983⁹⁰) criou em caráter extraordinário a Secretaria de Estado da Cultura, que passou em 1983 novamente por uma reorganização administrativa, com a criação de cargos e estrutura jurídica administrativa e previsão de recursos.

⁸⁹ Por decreto, em 06 de janeiro de 1970, o governador Abreu Sodré instituiu o Grupo Executivo de Organização do Centro Estadual de Cultura, subordinado diretamente ao Secretário da Fazenda.

⁹⁰ Em 1982 Paulo Maluf renuncia para concorrer às eleições diretas para o governo estadual e o vice José Maria Marins assume a gestão até o encerramento do mandato.

Até aquele momento, as políticas públicas na área da preservação da memória e do patrimônio, onde se inserem os museus, haviam sido pautadas, inicialmente, pelo Museu Histórico Nacional e posteriormente pelo SPHAN na “implementação de uma política de criação de museus nacionais”. A história era tratada sob a ótica das elites e do Estado, e que os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização (JULIÃO, 2006). As diretrizes nacionais influenciavam os caminhos da preservação do patrimônio dos estados, que a partir do final dos anos de 1970, começa a sentir os efeitos das mudanças, pautadas principalmente pelas orientações, em relação à preservação dos bens culturais, de organismos ligados à UNESCO. Em São Paulo, os primeiros passos na direção da elaboração de uma política pública específica para museus começam a ser dados durante esse período. Neste sentido destacamos o nome de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri⁹¹ que participou ativamente do cenário cultural do Estado, em especial nas políticas para o campo museal. A convite de Arrobias Martins, participou do GERA e do GEOCEC, sendo responsável também pelos projetos técnico-administrativo do Museu de Arte Sacra, do Museu da Casa Brasileira e do Museu Casa Guilherme de Almeida. Entre os anos de 1976 e 1977, Waldia Rússio Camargo Guarnieri coordenou o Grupo Técnico de Museus, instituído, por resolução, como um grupo especial de trabalho, no âmbito da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, ligado à assessoria técnica do gabinete do secretário Max Feffer, sendo incumbido de:

- a) Proceder a um levantamento sistemático dos Museus do Interior do Estado (vinculados à secretaria), formulando diagnóstico e propondo anteprojeto definidor de sua situação jurídico-administrativa;
- b) Proceder a um levantamento sistemático, formulando diagnóstico e indicando as diretrizes para um programa de dinamização dos museus da Capital e do Interior, objetivando uma política museológica global em que se inclua o relacionamento da Secretaria com os museus particulares e oficiais pertencentes a outros órgãos do Estado;

⁹¹(1935-1990) Museóloga e professora, Waldisa Russio graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou no serviço público estadual e, dentre suas múltiplas atividades docentes e administrativas, estabeleceu contato com a área cultural, em especial com o universo museológico. Especializou-se com mestrado e doutorado na área de museologia, disciplina que foi uma das pioneiras no Brasil. A museologia e o patrimônio cultural foram suas áreas de atuação privilegiadas. À frente da luta pela regulamentação da profissão de museólogo, foi fundadora dos principais órgãos reguladores e de apoio à nova categoria de profissionais. <http://www.ieb.usp.br/waldisa-russio-camargo-guarnieri/>

- c) Propor nova situação jurídico-administrativa para a atual Divisão de Museus, órgão coordenador da área museológica da Secretaria. (Arquivo IEB – USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WRGTM0097)

Faz-se relevante destacar o pioneirismo desse grupo de trabalho e suas proposições, demonstrando um alinhamento com as novas teorias museológicas e de preservação do patrimônio cultural que estavam se desenvolvendo naquele momento. Composto por profissionais de variadas formações, o GTM visitou os museus do interior, basicamente os MHPs, aplicando extenso questionário, quanto à estrutura administrativa, recursos financeiros, materiais e humanos, atividades educativas e culturais, caracterização do acervo e recursos técnicos. Trabalho de investigação responsável pelo primeiro levantamento detalhado sobre os museus do interior do estado gerando proposições para um “programa de dinamização dos museus da Capital e do Interior”. Além dos dados coletados por meio do questionário, as duplas responsáveis pelas visitas elaboraram observações acerca da situação, de acordo com as características locais, em três frentes específicas: corpo funcional, tipologia do acervo e edifício sede. Os dados sistematizados foram utilizados na elaboração de relatórios de análise qualitativa e propositiva, entretanto, não foram publicados pela gestão estadual. Waldisa Russio em sua dissertação de mestrado “Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento⁹²”, utiliza os resultados desse diagnóstico em grande parte das reflexões contidas na dissertação.

No Fundo Waldisa Russio⁹³ salvaguardado no Instituto Brasileiro de Estudos – IEB, foram encontrados um conjunto de informações, relatórios, rascunhos de textos, trechos de análises, “súmulas” entre outras referências, que possibilita compreendermos a situação geral dos MHPs daquele momento. Contudo, no contexto dessa dissertação, interessa-nos as informações coletadas a respeito do MHP Major Novaes⁹⁴. Em relatório assinado por Stein Campos, enquanto diretor da Divisão de Museus, podemos deduzir que, de certa forma, acompanhou e analisou os dados do GTM. No “Quadro Sintético da Situação Geral de todos os museus instalados”,

⁹² Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Departamento de Escola Pós-graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977

⁹³ Desenvolvido pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), “O legado teórico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: análise e reconhecimento dos seus estudos baseados em experiências empíricas de museus brasileiros para a teoria museológica internacional” propõe a investigação, análise, sistematização e desenvolvimento de estratégias de reconhecimento da contribuição teórica e empírica da museóloga.

⁹⁴ Realizamos apenas uma visita, a pesquisa documental foi interrompida devido à pandemia pela covid 19, e a suspensão das atividades presenciais.

organizado em ordem alfabética pelos nomes dos municípios há, para cada um dos MHPs, um resumo das informações coletadas e interpretadas. Significativo o trecho relativo ao MHP Major Novaes, que descreve a tipologia do acervo e esclarece a situação do museu, e da responsável pela gestão do museu, naquele momento:

Decreto s/nº de 24/09/1969 e decreto s/nº de 01/02/72. Acervo museológico bem, prédio, mobiliário, louças, cristais e objetos do patrono. Esta Pasta desapropriou e adquiriu a casa do Major Novais. Tudo está preservado, mas o prédio necessita de restauro. Proposição: Museu monográfico-rural do Século XIX. A direção é de Maria José Ferreira, classificada como “boa” (escriturária do QSCCT, nomeada dos termos do artigo 92) e o museu é “bom”. **O museu deve ser conservado na rede estadual** e deve receber orientação técnica e apoio financeiro. **O prédio-sede e respectiva área externa deve ser restaurado com a maior urgência possível.** (Arquivo IEB – USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WRGTM0029, grifo nosso)

Além das características gerais da instituição (decretos de criação e desapropriação do prédio) é interessante verificar a classificação da responsável pelo museu, Maria José Ferreira, como “boa”. Os dois trechos destacados nos chamam a atenção: o museu deveria “ser conservado na rede estadual” e a necessidade urgente de restauro do prédio. Na pesquisa documental referente ao levantamento e organização do GTM, não foram encontrados registros sobre quais seriam os critérios exatos adotados para a recomendação de que o MHPMN deveria permanecer na rede estadual, mas nos dá uma pista, que se trata dos desdobramentos do diagnóstico na direção de uma das diretrizes do grupo técnico, propor “anteprojeto definidor de sua situação jurídico-administrativa”. Apesar dos resultados não terem sido publicados oficialmente pela gestão estadual, em várias ocasiões Rússio difundiu sua opinião sobre os museus do interior, baseada na experiência e nos resultados do trabalho do Grupo Técnico sob sua coordenação. No artigo “Algumas considerações sobre a política cultural para o estado de São Paulo” elabora questionamentos e sugestões para o desenvolvimento das políticas públicas para cultura. Especificamente para o campo dos museus, destacamos as seguintes recomendações:

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS NO CAMPO DA CULTURA:

[...] 3. Revisão de todo o conjunto de Museus Oficinas do Estado, visando:

- 3.1 O adequado equipamento e **dinamização dos museus** já existentes.
- 3.2 A criação ou transformação de alguns museus municipais em Museus Regionais, sob a tutela e manutenção do Estado.
- 3.3 A entrega, aos municípios que possam sustentá-los e dinamizá-los, dos museus chamados “históricos e pedagógicos” que constituam, realmente, museus municipais, aos quais o Estado deverá, entretanto, prestar efetiva assistência técnica permanente. [...] (GUARNIERI, 1976, p.62) (grifo nosso)

No trecho destacado acima, Russio propõe uma readequação para o conjunto dos museus paulistas, sugerindo a transferência dos MHPs para os municípios que pudessem “sustentá-los e dinamizá-los”. Em consonância com o pensamento de Mário Neme, sugere também a manutenção de Museus Regionais sob tutela do Estado. É possível inferir que, a partir das reflexões de Russio, a ideia da municipalização já começaria a tomar forma. Podemos considerar que a “dinamização” sugerida viria somente nos anos de 1980, com a criação da “Comissão de Dinamização de Museus”. Idealizada pelo Secretário de Cultura Cunha Bueno, com o objetivo de atender às demandas dos gestores municipais “que se queixavam da situação de abandono em que se encontravam os Museus Históricos e Pedagógicos” (AVILA, 2014). Estavam à frente da “Comissão de Dinamização” Maria Ignez Mantovani e Sônia Guarita do Amaral, que desenvolveram vários projetos de qualificação e reabertura dos MHPs, entre eles o MHP Conselheiro Rodrigues Alves e o MHP Índia Vanuíre. Porém, permanecia a dificuldade do governo estadual em gerir, diretamente, aquela quantidade imensa de museus pelo território estadual.

As dificuldades de deslocamento e a falta de recursos humanos tornaram-se fatores para idealização de um “sistema” que fosse mais coerente com a realidade daquele momento. Aos municípios caberia a responsabilidade de fazerem a gestão, suprimindo as necessidades administrativas e ao Estado caberia o acompanhamento com apoio técnico e capacitação. Neste sentido, a ideia da criação do Sistema de Museus de São Paulo e a municipalização dos MHP vai se materializando. Influenciada pelo cenário nacional de redemocratização do país e pelas transformações nas políticas públicas federais para cultura, que segundo Mizukami (2014) a “ideia de um sistema de museus” já era alimentada por Aloísio Magalhães⁹⁵ responsável por outras mudanças

⁹⁵ Aloísio Magalhães (1927-1982) foi um importante artista plástico, designer e ativista cultural brasileiro. Em 1979 foi nomeado diretor do Iphan. Em 1975 fundou o Centro Nacional de Referência Cultural e criou a Fundação Nacional Pró-Memória. Sua importância, no entanto, adquiriu caráter fundamental para a cultura brasileira. Seu objetivo principal era realizar o traçado de um sistema referencial básico para ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira. Em 1981 assumiu a secretaria de Cultura do MEC

que culminaram na criação do Ministério da Cultura em 1985⁹⁶. É nesse contexto de abertura política da chamada “Nova República”, mas anterior à promulgação da Constituição em 1988, que Jorge da Cunha Lima foi nomeado pelo governador Franco Montoro para secretário da Cultura. Durante sua gestão foram criadas as oficinas Culturais, os Sistemas de Arquivos e de Bibliotecas e o Sistema de Museus do Estado de São Paulo, em 1986. Abaixo um trecho do artigo de sua autoria, publicado no jornal “Folha de S. Paulo” em setembro de 1985, sobre os museus e a criação do Sistema Estadual:

[...]Botar luz nesse grande circo da memória é o que pretende o Sistema Estadual de Museus. Todos, os públicos e o privados, unidos para estabelecer uma política comum. “Bye-bye” às vaidades e às hegemonias. Pela primeira vez, todos os museus e São Paulo estiveram presentes trabalhando, para elaboração de um decreto e de um programa de ação. Só do estado são mais de 42 no interior. Todos à espera de Godot⁹⁷. Mas Godot pode vir. Cada museu será administrado por grupos locais de trabalho. O sistema dá apoio técnico, humano e financeiro. O sistema coordena a colaboração recíproca. Impede a duplicação de esforços. E tentará, quando possível a unificação de algumas instituições. No último congresso de museologia foi considerado modelo para adoção em nível nacional e em outros estados. (LIMA, p.129, 2002)

Mas Godot não veio. Durante os anos que se seguiram, a falta de recursos, orçamentários e humanos da secretaria de estado não se alterou e foram ainda afetados por nova reforma administrativa, reflexo das políticas federais, desta vez em 1995, a chamada “Reforma da Gestão Pública” reforma gerencial do Estado. Desenvolvida no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado. Um dos pilares neste processo de reforma do Estado, promovido nos anos de 1990, foi a redução do Estado por meio de programas de privatização, terceirização e “publicização”⁹⁸ (MIZUKAMI, 2014, p.85). Apesar das restrições, o Sistema Estadual de Museus manteve sua

⁹⁶ Criado em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144 do presidente José Sarney.

⁹⁷ Referência à obra de Samuel Beckett, Esperando Godot foi escrita em 1949 e levada aos palcos pela primeira vez em 1953; tragicomédia em dois atos Vladimir e Estragon, esperam por um sujeito que talvez se chame Godot. Sua chegada, parece iminente, mas é constantemente adiada.

⁹⁸ Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira: “Privatização é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não- estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.” (1997; p.19)

atuação promovendo, principalmente, ações de capacitação e apoio técnico. Mas a ideia da transferência legal dos MHPs aos municípios tornava-se cada vez mais concreta, conforme veremos mais adiante. No início dos anos 2000 o modelo de gestão estadual para área da cultura passou por nova reorganização administrativa interna. Em 2006 o Departamento de Museus e Arquivos (DEMA) foi transformado em Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) e o acompanhamento dos MHPs ficou sob responsabilidade do Grupo técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (GTC SISEM-SP). Os museus e demais equipamentos estaduais da capital passaram a ser geridos por organizações sociais de cultura⁹⁹.

3.2 O MHPMN no Programa de Municipalização dos MHPs

Veremos a seguir, como o Programa de Municipalização foi se delineando a partir das mudanças nas diretrizes das políticas estaduais de cultura, e como essas mudanças impactaram o MHPMN, que foi perdendo seu status privilegiado que tivera por ser o primeiro bem tombado e o único a ser desapropriado no conjunto de arquitetura e acervos.

A pré-existência de acervos, era, aliás, um dos problemas centrais da constituição dos MHPs, desde a gestão de Stein Campos, que revela como a criação dessas instituições surgira sem qualquer adesão social nos municípios. Embora ele tenha feito um esforço notável de articulação para instalação e manutenção dos MHPs, em muitos casos não havia uma coleção preexistente ou peças que pudessem compor o acervo do museu. O caso do MHPMN é uma imensa exceção, pois foi criado a partir da desapropriação do edifício e acervo. Esta condição é reveladora, por seu caráter excepcional, do quanto a criação dos MHPs era um gesto no mais das vezes autoritário do governo estadual, que impunha a vontade de Stein Campos sem que houvesse um real interesse dos municípios em ter, criar ou cogerir uma instituição complexa como é um museu. Esse “vício de origem”, em que a participação dos municípios era compulsória – e passiva – será uma herança difícil que será mantida aos longos das décadas seguintes.

⁹⁹ "Organizações Sociais (OS) são um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado continuará a fomentar as atividades publicizadas e exercerá sobre elas um controle estratégico: demandará resultados necessários ao atingimento dos objetivos das políticas públicas. O contrato de gestão é o instrumento que regulará as ações das OS." (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998, p. 13)

Provavelmente, para atenuar o caráter impositivo e elitista que permeava a criação de cada um dos MHPs, Campos fazia questão de estar presente na abertura dos museus, promovendo palestras sobre a biografia do patrono e doando para o acervo a primeira peça, pelo que, simbolicamente, dava início às Campanhas de Doação, divulgadas amplamente nas cidades, convocando a população a participar da formação dos acervos. Tal prática se tornou comum e pode-se dizer, determinante na formação dos acervos da maioria dos MHPs. Simona Misan, em sua tese de doutoramento, faz um estudo comparativo entre quantidade de peças e tipologia dos acervos, verificando certa semelhança na constituição das coleções. Identifica alguma homogeneidade e um nivelamento de seus conteúdos, reduzindo os acervos a um grande número de conjuntos similares de objetos históricos. Contrariando a finalidade original dos MHPs - de culto ao patrono - passa a ser um Museu Histórico da Cidade.

Uma análise das diversas coleções listadas revela ainda outra característica possivelmente a mais importante dos Museus Históricos e Pedagógicos. A presença expressiva de coleções de fotografia, mobiliário, objetos artísticos, de uso doméstico, de uso pessoal, documentos e mapas, jornais e livros, e em seguida de arte sacra, arqueologia, mineralogia, taxidermia e zoologia, indumentária, instrumentos musicais, máquinas em geral, materiais de construção e numismática, demonstra a predileção nos **“museus da cidade”**, pela representação do **“universo da vida privada”**, em síntese, a **vida doméstica**. (MISAN, 2005, p. 133, grifo do autor)

Carlos Antônio Dêgelo¹⁰⁰, diretor da Divisão de Museus no início dos anos de 1980, lembra dessa prática, que conforme mencionado extrapolou os MHPs e se tornou comum entre os funcionários dos museus do interior de modo geral. Os objetos eram doados reproduzindo a prática difundida por Vinício Stein Campos para as “Campanhas de Doação aos MHPs”, entretanto não havendo um registro oficial das coleções, continuavam a crescer. Nesse sentido, havia uma demanda administrativa por oficializar os bens do Estado, assim a Secretaria da Cultura empreendeu um levantamento de informações sobre os acervos de todos os museus do interior e da capital, com o objetivo de tombar, isto é, registrar oficialmente os acervos como bens do Estado.

¹⁰⁰ Trabalhou na Secretaria de Cultura desde sua criação em 1979 até a aposentadoria em maio 2012. Nesse período ocupou vários cargos, como Oficial de Gabinete, Diretor da Divisão de Museus, Executivo Público, Gestor na Oficina Cultural Regional Glauco Pinto de Moraes, Diretor do Departamento de Museus e Arquivos, Assessor Técnico do Gabinete e Presidente do Condephaat.

[...]a secretaria da fazenda nos cobrou do patrimônio dos museus, da Pinacoteca, MIS, algumas coisas na capital já eram patrimoniadas, aí eu falei com o secretário na época, o Cunha Bueno, mas por exemplo não tinha carro, ao todo a secretaria tinha quatro carros, então eu chamei a Dona Aurora que era uma senhora que cuidava na área do patrimônio administrativo e o Natal que era um funcionário da divisão de museus, conversei com eles e falei, olha vamos ver o que é possível a gente fazer, vamos por amostragem[...]então eles iam com o carro, por exemplo pra Tupã, e ficavam lá dois, três dias, patrimoniava o que era possível e orientava o funcionário como fazer. (DÊGELO, 2020) [informação verbal]¹⁰¹

Assim, colocou-se em prática esse levantamento patrimonial dos acervos dos MHPs, na maioria dos casos estas foram as primeiras listas oficiais dos acervos. Segundo Misan (2005) o processo de municipalização foi tornando-se possível, visto que o Estado não poderia doar aquilo que, legalmente não lhe pertencia, assim, com base nesse levantamento iniciado em 1982, o acervo passa a ser oficialmente do Estado. Outra demanda a ser enfrentada era o levantamento de informações sobre o local onde os MHPs se encontravam instalados. Em muitos casos, os prédios eram pertencentes aos Estado, assim, fazia-se necessário a tramitação do Termo de Permissão de Uso (TPU), que se trata de instrumento de regulamentação dos espaços públicos para usufruto da sociedade, mediante acordo entre as partes, ficando assim regularizada a situação da instalação do museu.

O primeiro documento legal que faz referência direta ao Programa de Municipalização dos Museus Históricos e Pedagógicos é o Decreto nº 24.634, de 13 de janeiro de 1986, que institui o Sistema de Museus do Estado de São Paulo¹⁰². Entre os objetivos descritos no artigo 2º, que versam sobre a articulação e apoio técnico entre as instituições museológicas do estado, independente da natureza jurídica administrativa, o item IV “*promover a adoção de medidas visando à gradual municipalização de museus estaduais localizados no interior do Estado*”, se refere especificamente à municipalização. Para Luiz Fernando Mizukami, que desenvolveu a pesquisa “Redes e Sistemas de Museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São

¹⁰¹ Entrevista fornecida por Carlos Alberto Dêgelo em São Paulo, 2020.

¹⁰² Em 2011 o Decreto 57.035 reorganiza e altera a denominação para Sistema Estadual de Museus de São Paulo – SISEM-SP.

Paulo¹⁰³”, a relação entre a criação do Sistema Estadual e a municipalização fica mais clara, quando entrevistou as museólogas que participaram da Comissão de Dinamização. A inadequação apontada pelas museólogas está relacionada ao caráter municipal dos museus e coleções que haviam sido identificadas antecipadamente por Waldisa Rússio e Mário Neme.

As entrevistas realizadas com Maria Ignez Mantovani Franco e Sônia Guarita do Amaral foram bastante elucidativas para esclarecer esta relação entre processo de municipalização dos museus da rede MHP e a criação do Sistema de Museus do Estado de São Paulo. O diagnóstico preliminar realizado pelas duas museólogas dentro das atividades da Comissão de Dinamização de Museus apontava para uma inadequação destes museus, coerente com as críticas realizadas tanto por Mário Neme quanto por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. (MIZUKAMI, 2014, p.80)

Após a finalização do projeto de Levantamento Patrimonial e a criação do Sistema Estadual de Museu, em 1986, as primeiras ações concretas relacionadas à municipalização foram realizadas pelo Departamento de Museus e Arquivos – DEMA. Sua diretora, Beatriz Cruz, publica no Boletim de Museus¹⁰⁴ informações sobre o início do processo de municipalização e a metodologia de trabalho utilizada no levantamento de informações atualizadas sobre a situação dos museus, revelando que nem todos os MHPs seriam municipalizados. Aqueles museus cujo assunto transcendesse o interesse regional, como, por exemplo, o Museu Casa de Portinari e o MHP Índia Vanuire permaneceriam sob a tutela estadual.

[...] A pesquisa de gabinete consistiu no levantamento a partir de documentos, relatórios, diagnósticos, inventários de acervo e outros documentos, da situação do museu no que se refere ao imóvel, situação jurídico- administrativa, origem dos funcionários e situação atual do acervo. Concluída esta fase, **foram selecionados 15 museus cujas características indicavam a possibilidade de municipalização**. Com estes dados em mãos partimos para a pesquisa de campo. Esta consistiu em visitas “in loquo” aos museus do interior para checagem dos dados coletados na primeira fase. Feitos

¹⁰³ Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo em 2014.

¹⁰⁴ Publicação trimestral de 1990 de divulgação das ações do Departamento de Museus e Arquivos.

estes levantamentos, o Grupo Técnico do sistema de museus do Estado de São Paulo iniciou a terceira fase de seu trabalho que era a consulta a cada município sobre o interesse em receber a instituição[...] Foram chamados os prefeitos de cada município e discutidos, caso a caso, as particularidades de cada museu. Somente com a concordância expressa do município é que serão, então, municipalizados os museus. (CRUZ, 1990, p. 11-12, grifo nosso)

Como etapas do processo, durante os anos que se seguiram foram realizadas diversas visitas técnicas aos MHPs, visando a coleta de informações para o levantamento patrimonial, com o objetivo de relacionar e identificar os itens a serem incorporados na doação dos acervos. Após a seleção das instituições com perfil adequado e consulta do interesse dos municípios em assumir a gestão dos museus, a formalização do processo se dava por meio de publicação de Decreto autorizando as doações e posteriormente abertura de processo na Secretaria da Cultura dando andamento para os trâmites legais. No ano de 1994, foram editados três decretos¹⁰⁵, o primeiro em julho, que autorizava o Estado a “celebrar convênio” com 19 MHPs que estavam relacionados no “Anexo II”. Vale destacar que os convênios entre Estado e prefeituras eram estabelecidos para liberação de verbas, sendo que cada gestão municipal era responsável decidir como aplicar o recurso na qualificação do MHP. No mês de outubro novo decreto alterou a lista, aumentando o número de municípios autorizados a celebrar convênio para 32 unidades. O MHPMN será mencionado, juntamente com mais 40 MHPs, somente no Decreto Nº 44.735, de 03 de março de 2000.

¹⁰⁵ Apêndice B - Decreto nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO II - Autoriza celebração de convênio visando transferência da administração dos museus para os municípios. ANEXO III - Ficam extintos os museus constantes neste anexo, e Decreto Nº 39.395, de 19 de novembro de 1994 - Altera Anexo II do Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994

Figura 22 – gráfico – Número de municípios - Status do Programa de Municipalização

Misan, apresenta um panorama atualizado daquele momento¹⁰⁶, destacando que cinco museus permaneceriam na Rede: o MHP Prudente de Moraes, em Piracicaba; o MHP Conselheiro Rodrigues Alves, em Guaratinguetá; o MHP Bernardino de Campos, em Amparo; a Casa de Portinari, em Brodowski, e o MHP Índia Vanuire, em Tupã.

Coincidência ou não, os museus que permaneceram do Estado não nomeados de “Regionais”, como sugeriam Neme e Rússio, estão localizados em cidades situadas em cinco regiões distintas do Estado: Piracicaba, no centro, Guaratinguetá, no leste, Amparo, no nordeste, Brodowski, no noroeste e Tupã no extremo oeste. Embora os museus não tenham sido nomeados de Regionais, têm para o Estado o atributo de alcance regional, fato que pode em parte, justificar sua permanência no Estado. (MISAN, 2005, p.149-150)

No percurso desta pesquisa não foram encontrados documentos que explicitem a motivação para a permanência desses museus na rede, podemos supor que de fato, o caráter regional dos acervos e a relevância nacional da temática tenham sido consideradas. A Casa onde nasceu o pintor Cândido Portinari, o acervo etnográfico do Museu Índia Vanuíre, assim como os acervos dos Presidentes da Primeira República, em Guaratinguetá e Piracicaba e do Presidente do Governo do Estado de São Paulo Bernardino de Campos¹⁰⁷ situado no município de Amparo. Entretanto, sabe-se hoje que, desses cinco museus, somente o Museu Casa de Portinari e o MHP Índia Vanuíre

¹⁰⁶ Ver em Simona Misan “A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956-1973)”, tabela “Museus municipalizados” páginas 147 e 148.

¹⁰⁷ Bernardino José de Campos era membro do Partido Republicano Paulista e foi presidente do governo do estado de São Paulo entre 1892 – 1896 e 1896 – 1904.

continuarão sob a tutela do governo Estadual¹⁰⁸, o MHP Prudente de Moraes foi municipalizado em 2015¹⁰⁹, e os MHP Conselheiro Rodrigues Alves e MHP Bernardino de Campos encontram-se em fase de articulação com as gestões municipais para abertura dos processos. Sobre as razões para essa alteração, também não foram encontrados registros documentais, mas em entrevista, o diretor do GTC SISEM-SP Davidson Kaseker afirma que, como estabelece a resolução SC nº 14/2000 permite deduzir que a adesão à municipalização era voluntária, portanto, nos casos de Guaratinguetá e Amparo, não houve concordância e nos casos da Casa de Portinari e do Museu Índia Vanuire foram consideradas a natureza, dimensão e singularidade de seus acervos. Todos os demais, incluindo os MHPs relacionados aos ex-presidentes, "destacam-se pela identidade histórica e artística com aquelas (respectivas) comunidades". (KASEKER, 2020) [informação verbal]¹¹⁰

Nota-se que, entre essas escolhas, o MHPMN não manteve a mesma importância simbólica que havia tido na esfera estadual nas décadas de 1960 e 1980. A conjectura que levantamentos que sua criação e desapropriação de edifício e acervos seriam uma versão paulista da Casa da Hera estava completamente descartada, não sendo nem mesmo privilegiado em relação ao MHP de Guaratinguetá, com edifício e acervos muito menores, embora com vinculação do imóvel a tombamento federal e à memória de um presidente da República.

Em 2004, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Cultura acatou o questionamento da Procuradoria Geral do Estado, em relação aos decretos de doação dos acervos, que segundo esta, feria o artigo 272 da Constituição Estadual que diz “o patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo”. De acordo com esse entendimento, portanto, a legislação deveria ser revista e todas as doações ocorridas até 2002 deveriam ser consideradas atos com vício processual, porém, passíveis de correção. A partir deste parecer, o processo de municipalização foi paralisado até que as necessidades legais fossem ajustadas.

Acordando com o que fora mencionado pela Procuradoria, as doações

¹⁰⁸ Desde 2008 a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari – ACAM Portinari – Organização Social de Cultura, faz a gestão dos Museu Casa de Portinari e do MHP Índia Vanuire por meio de contrato de gestão firmado com a Secretaria da Cultura do Estado.

¹⁰⁹ Processo de doação nº 122553/09 concluído em 2015.

¹¹⁰ Entrevista fornecida por Davidson Kaseker em São Paulo, 2020.

de acervos, realizadas com base no Decreto nº 44.735/2000, não se configurariam como atos ilegais, mas seriam passíveis de regularização, sendo necessário que se fizesse **uma nova autorização legislativa e realizasse audiência pública**, contando com a comunidade científica dos municípios, para a aceitação, ou não, destes acervos em doação. (AVILA, 2014, p.110, grifo nosso)

Deste modo, após a gestão estadual regularizar e adequar a legislação, por meio da Lei Nº 13.209, de 29 de setembro de 2008, que autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, retroagindo ao decreto anterior de 3 de março de 2000. Portanto, todos os processos que haviam sido finalizados, deveriam ser reabertos para regularizar a situação, incluindo mais uma etapa, a realização de audiência pública. O MHPMN não foi impactado diretamente pela paralisação, visto que esse período, primeira década dos anos 2000, a situação precária do casarão e as negociações para o restauro ocupavam a atenção dos gestores, conforme vimos anteriormente, a municipalização estava condicionada ao término do restauro. Em alguns casos, a gestão municipal não compreendia os termos das novas negociações, visto que entendia que a municipalização havia sido concretizada. Em outros casos, os gestores locais vislumbravam uma oportunidade de barganhar com o Estado, exigindo por exemplo, o restauro de algum edifício público em troca da retomada da municipalização do MHP. Nesse sentido, Cecília Machado, que durante os anos de 2008 a 2011 foi diretora do SISEM-SP, mas atuou no Departamento de Museus como museóloga contratada durante os anos de 1990, lembra que após a interrupção dos processos, a situação se modificou, “havia uma falta de articulação política, o prefeito vinha e falava com o secretário, com o governador e pedia uma contrapartida, no começo dos primórdios não tinha esse “toma lá, dá cá” (MACHADO, 2020).

Apesar da dificuldade em retomar o Programa de Municipalização e a situação apontada por Machado, Ana Carolina Xavier Avila destaca os benefícios dessa interrupção e a inclusão da audiência pública nas etapas do processo: a inserção da população nos debates e participação nas decisões do poder público. Além disso, fazia mais sentido e ia ao encontro dos objetivos traçados desde o início para as municipalizações:

No entanto, se observarmos a situação pelo ângulo museológico e social, tal interrupção configurou-se como um avanço para a empreitada das municipalizações, ao passo que aproximava as comunidades de suas instituições. Conforme o mencionado por Beatriz

Cruz e Maria Ignez Mantovani, a intenção maior das municipalizações seria devolver estes acervos a quem lhes era de direito; sendo assim, não incluir a população local na decisão de aceitação ou não desta doação seria completamente contraditório ao que se pretendia, e era reiterado pelo discurso da Secretaria de Estado da Cultura. Municipalizar, sem esta medida de inserção social seria, de fato, apenas a uma providência paliativa do problema com os Museus Históricos e Pedagógicos, além de ser ato autoritário do estado. Por fim, a consulta pública deu legitimidade a estas doações. (AVILA, 2014, p.111)

Portanto, a realização das audiências públicas poderia ser um modo de envolver a população nas discussões acerca do patrimônio da cidade, incluindo a comunidade no debate sobre as responsabilidades de preservação e manutenção dos equipamentos culturais, em especial, dos museus pelo poder público municipal. Entretanto, podemos supor que a baixa adesão da população nas audiências seria um indicador de falta de maturidade política da população de modo geral. Ou podemos atribuir somente a uma deficiência da divulgação dessa etapa dos processos. Ou ainda a gestão municipal veja como um rito processual e que esmo a “comunidade científica e cultural” se isenta dessa participação. Nas audiências realizadas a média de presença é baixa, considerando o número de habitantes de cada município onde já foram realizadas audiências públicas¹¹¹, mesmo em vista do esforço da Secretaria, em garantir quórum¹¹².

As articulações com os municípios foram retomadas no ano de 2008 e, entre os anos de 2012 a 2016, foi o período mais favorável para o Programa de Municipalização. Podemos atribuir a uma conjuntura de fatores, que contou com o apoio do Secretário da Cultura Marcelo Araújo¹¹³, sensível às especificidades da gestão dos museus, as condições administrativas para instrução dos processos pela unidade responsável da Secretaria de Estado (UPPM), permitiram o avanço nas articulações políticas necessárias entre Estado e Municípios. Não apenas meramente como uma liturgia processual para a regularização da posse dos acervos:

¹¹¹ No Apêndice B há informações sobre os municípios que já realizaram a audiência pública.

¹¹² <https://www.sisemsp.org.br/secretaria-da-cultura-do-estado-de-sao-paulo-realiza-audiencia-para-consolidar-a-municipalizacao-da-casa-de-cultura-euclides-da-cunha/>

¹¹³ Marcelo Mattos Araújo é formado em Direito pela USP (1978), pós-graduado em Museologia pela FESP-SP (1983), e doutor pela FAU-USP. Foi diretor do Museu Lasar Segall (1996-2002), da Pinacoteca do Estado (2002-2012), Secretário de Estado da Cultura de São Paulo (2012-2016), e presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Ministério da Cultura (2016-2018).

Importante ressaltar que esta Pasta, ao retomar o Programa de Municipalização, pretende atuar na regularização de processos que já haviam sido instruídos de forma sistemática em duas outras oportunidades (1994 e 2000), mas que não tiveram a sua conclusão efetivada. A regularização dos processos e a efetiva municipalização desse conjunto significativo de museus tem como diretriz conscientizar os municípios do Estado para a relevância da guarda e preservação do patrimônio cultural e artístico que seja representativo para a comunidade. (SISEM, 2012, p.20)

Para abertura e instrução do processo é indispensável a apresentação, assinada pelo prefeito em mandato vigente, de declaração afirmando estar de acordo em receber a doação. Com isso, inicia-se a juntada de documentos necessários, que inclui um contrato entre o Estado e a Prefeitura, em que é firmado o compromisso do município em zelar, mantendo-os instalados e disponibilizados ao público os acervos museológicos e bens móveis recebidos, a serem supervisionados pelo GTC SISEM-SP, além, é claro, da listagem do patrimônio a ser doado. A partir disto, os autos do processo seriam submetidos à Consultoria Jurídica da Secretaria de Cultura para sua manifestação, sendo estes aprovados, iniciam-se as tratativas para a realização da audiência pública que, preferencialmente, devem acontecer na Câmara de Vereadores. Com a concordância da comunidade em receber o acervo, um termo contratual é assinado pelo Secretário de Estado da Cultura, homologando a doação de tal acervo e, em seguida, é publicado no Diário Oficial do Estado.

Em 2008, da lista total de MHPs, 33 se enquadravam na situação de **regularização** do processo de municipalização, incluindo o MHPMN, pois conforme mencionado, os processos já haviam passado por todas essas etapas, faltando apenas a realização da audiência pública. Com o avanço no Programa, observou-se que alguns municípios haviam ficado fora das listas anteriores para doação, assim, em 2016 foi publicado mais um decreto¹¹⁴ complementando a lista de autorização da doação dos acervos, acrescentando seis municípios à listagem de MHPs, dentre eles o de Guaratinguetá e Amparo, mesmo não havendo, ainda, a manifestação formal desses ao processo de municipalização.

Se considerarmos o início do Programa de Municipalização, com as primeiras

¹¹⁴ Apêndice B - Decreto Nº 61.906, de 04 de abril de 2016 - Autoriza a doação do acervo de museus estaduais aos municípios onde se localizem

ações de caráter administrativo da gestão estadual, no final dos anos de 1980, ou as primeiras articulações com os municípios, no início dos anos de 1990, foram mais de 30 anos de avanços e retrocessos na regularização institucional dos MHPs. Do ponto de vista da administração pública, foram mais de seis gestões estaduais e municipais diferentes e três reformas administrativas na gestão pública estadual. Sobre isso a técnica da UPPM atualmente responsável pela instrução dos processos na Secretaria Estadual, Mirian Midori Peres Yagui, destaca as principais dificuldades no encaminhamento e finalização dos processos:

- a) a descontinuidade das equipes dentro da Secretaria de Cultura envolvidas no processo de municipalização, o que faz com que os processos percam parte de seu histórico, além das falhas de documentação desse processo; b) a dificuldade dos gestores municipais compreenderem que os MHPs de suas cidades não foram municipalizados entre 2000 e 2001 e que precisam ser regularizados; c) a dificuldade de convencimento de diferentes gestores, já que a demora no processo faz com que tenhamos que lidar com diversas gestões municipais. (YAGI, 2020) [informação verbal]¹¹⁵

Atualmente, o Programa de Municipalização está em andamento e, até esse momento, 16 MHPs completaram o processo de regularização e mais 5 audiências públicas já foram realizadas, aguardando somente os encaminhamentos processuais para a finalização do processo¹¹⁶. O MHP Major Novaes está com o status do processo “pendente”, mas as articulações entre governo estadual e municipal estão em andamento.¹¹⁷

¹¹⁵ Entrevista fornecida por Mirian Midori Peres Yagui em São Paulo, 2020.

¹¹⁶ Para organização das informações no âmbito dessa dissertação, elaboramos uma tabela com as informações acerca dos MHPs. Elaborada por ordem crescente, a partir da data da publicação do decreto de criação, incluímos informações sobre o status do processo de municipalização, para tanto consideramos o seguinte: “concluído” os processos que passaram por todas as etapas, “em andamento” os processos que foram iniciados, mas nem todas as etapas foram cumpridas e “pendentes” os processos que não foram abertos. A última atualização foi realizada em março de 2021.

¹¹⁷ Data da última atualização para finalização dessa dissertação, março de 2021.

Figura 23 – gráfico – Número de municípios - Status do Programa de Municipalização

Como vimos, o MHP Major Novaes é citado em dois dispositivos legais relacionados à municipalização, o decreto nº 44.735, de 03 de março de 2000 e posteriormente na Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008 que “Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, retroagindo a 3 de março de 2000”. De acordo com as diretrizes do Programa de Municipalização, com a publicação do decreto (instrumento que autoriza a doação do acervo estadual ao município), a etapa seguinte é a consulta de interesse ao município em aceitar a transferência legal de tutela do acervo do MHP. Como exposto no capítulo 2, em 2001 o município havia concordado com os termos para municipalização, condicionados à finalização do restauro do Solar Major Novaes, que ficaram registrados durante a reunião sobre os encaminhamentos no Condephaat. Na pasta “Cruzeiro” depositada no arquivo da UPPM, o processo SC 0780/01 reúne os documentos relativos à abertura desse processo para municipalização. No processo estão encartados: a declaração assinada pelo prefeito, Celso de Almeida Lage (2001-2008), comprometendo-se a manter o acervo disponível ao público; os documentos comprobatórios, o contrato entre as partes assinado pelo prefeito e pelo secretário de cultura do Estado daquele momento, Marcos Mendonça e, naturalmente, a listagem do acervo a ser doado. Portanto, todo o processo de transferência de tutela do acervo do MHP Major Novaes foi concluído, incluindo a publicação no Diário Oficial no dia 20 de dezembro de 2001. Porém, conforme esclarecido anteriormente, em 2004 os processos foram paralisados e todas as municipalizações consideradas nulas.

Em 2014, com a finalização das obras de restauro do Solar dos Novaes, sede do MHPMN, as tratativas entre governo estadual e governo municipal foram retomadas, porém as dificuldades políticas enfrentadas pelo município de Cruzeiro impediram que o

processo fosse adiante. Durante a gestão da prefeita Ana Karen (2009-2016), por duas vezes a Câmara Municipal afastou a prefeita, acusada de irregularidades na contratação de prestadora de serviços para saúde. Foram anos de instabilidade política e dificuldades econômicas para a cidade, prejudicando o desenrolar de ações como a municipalização e a reabertura do museu, além dos já mencionados problemas graves em relação à salvaguarda do acervo. Apesar da gestão municipal sinalizar positivamente o interesse, a transferência de tutela só é efetivada quando há condições favoráveis para que a prefeitura assuma de fato a responsabilidade pela gestão. Sobre essa questão Davidson Kaseker, atual diretor do SISEM-SP comenta:

Inicialmente, havia uma dificuldade do município em preencher os requisitos, quando, por conta da inadimplência do município de Cruzeiro com os órgãos federais que impediam a emissão da certidão negativa de débitos, isso por um bom tempo impediu qualquer avanço, no sentido de construir um diálogo com o município. Hoje isso tudo já está superado, então, é um obstáculo a menos. (KASEKER, 2020, grifo nosso) [informação verbal]¹¹⁸

Por duas vezes, a prefeitura foi consultada sobre a retomada do processo e a lista de documentos necessários, enviada pela UPPM, para reabertura do processo e realizar a audiência pública, completando assim a nova orientação legal dos trâmites para transferência de posse do acervo. Com a perspectiva da finalização do processo de municipalização o acervo do MHPMN passará a ser de fato e de direito do município. Claudia Ribeiro, historiadora e professora da rede pública municipal, não tinha afinidade com o tema quando foi nomeada diretora do museu em 2014. Quando questionada sobre qual sua opinião sobre essa questão, viu com um movimento natural:

A impressão que eu tive foi que o município passaria a ter total responsabilidade, total domínio, administração de todo o museu, desde, o seu prédio, seu acervo documental histórico e a mobília constituinte, então acredito que quando eu ouvi pela primeira vez essa palavra [municipalização], eu imaginei, como historiadora obviamente, um ganho histórico para o município no que tange sua preservação e administração da sua memória, eu acredito que seja um processo natural, porque é muito significativo, para a memória do município e nada mais justo que o município administre, preserve e cuide dessa sua memória[...] acredito que seja incoerente ou Estado ou a própria

¹¹⁸ Entrevista fornecida por Davidson Kaseker em São Paulo, 2020.

união administrar um museu com conotação de memória local [...] isso deve ser uma responsabilidade do município porque a partir desse momento, que se enxerga nessa responsabilidade um processo também de construção dessa identidade.(RIBEIRO, 2020)

Embora a municipalização não se trate de doação de museus ou prédios, e sim de acervos, no senso comum é difícil essa desvinculação. De todos os processos que envolvem a cadeia operatória museológica de salvaguarda (conservação e documentação), o público vê somente as ações de comunicação (exposições e ação cultural). Entretanto, destacamos que diversos prédios que sediam MHPs têm relevância e muitas vezes a edificação também pode ser tratada como parte do patrimônio a ser salvaguardado. Esse é o caso do Solar dos Novaes, pois o tombamento pelo órgão estadual reconheceu sua importância histórica e cultural, garantindo, assim, um tratamento especial para sua preservação. Devemos lembrar que Stein Campos justificou a necessidade de expropriação e tombamento “para que o conjunto dos bens tombados não corresse o risco de dispersão”. Sendo assim, a municipalização do MHP Major Novaes poderá transferir a posse do acervo do Estado para o município, todavia o conjunto continuará sendo tombado e protegido pelas leis de preservação, em especial pelo acompanhamento do Condephaat, e será dever do município continuar garantindo sua salvaguarda.

Conforme exposto nos capítulos anteriores, o conjunto (edificação, alaias e capela) foi desapropriado pelo Estado em 1972, ou seja, comprado de Celestina Novaes para se transformar no MHP Major Novaes. Menos de 50 anos depois, o Estado iniciou a transferência da posse legal desse conjunto ao município, o acervo por meio do processo de municipalização e a edificação por meio do processo nº18774-507640/2006 que também está em tramitação. Após uma visita do governador Cláudio Lembo¹¹⁹ ao município de Cruzeiro, em 2006, o prefeito Celso Lage enviou ofício solicitando a doação do Solar para o município. Como qualquer outro processo do estado, a doação dos acervos museológicos, bens móveis e imóveis precisam obedecer a trâmites legais, ajustando-se a uma série de leis, decretos e resoluções, para que, de fato, seja reconhecida sua legitimidade e possa vigorar. Para que o município de Cruzeiro recebesse o imóvel em doação, foram necessárias a promulgação de lei

¹¹⁹ Após a renúncia do governador Geraldo Alckmin para concorrer à presidência da República, assumiu o governo do estado de São Paulo em 31 de março de 2006, cumprindo o mandato até o dia 1 de janeiro de 2007

estadual¹²⁰, autorizando a doação e lei municipal¹²¹ autorizando o recebimento. Além dos registros nos cartórios, os laudos de avaliação do imóvel antes e depois do restauro, o processo de doação do imóvel, incluindo procedimento que foi adotado, os pareceres das consultorias jurídicas da Secretaria de Cultura do Estado, contendo até o momento 338 páginas.

Os processos de municipalização do acervo e de doação da edificação transcorreram em paralelo, cada um de acordo com suas especificidades. Em comum, os entraves jurídicos e os ritos processuais. Entretanto, partilham também do mesmo objetivo de regularizar a situação da posse legal do patrimônio histórico de Cruzeiro. A respeito da municipalização dos acervos, Avila destaca a importância do aspecto jurídico e de legitimidade no investimento de recursos nos equipamentos:

A implicação direta deste processo, em termos de gestão pública, é a liberação legal dos municípios a se apropriarem deste acervo e a ele destinarem recursos, tanto financeiros como humanos, sem incorrer em crimes relacionados à ingerência administrativa, posto que aos municípios é vetado o investimento de verba pública em bens alheios a seu escopo de administração. Por outro lado, passam a deter a responsabilidade direta de zelar por este patrimônio cultural, sendo passível de penalizações caso negligencie a salvaguarda de tais bens. (AVILA, 2014, p.72)

3.3 A retomada das atividades

Em 2017, o município de Cruzeiro foi classificado como Município de Interesse Turístico (MIT), assim como as antigas categorias de “estâncias turísticas” essa classificação está diretamente relacionada ao recebimento de orçamento dessa pasta, mas que pouco é utilizado no investimento nos equipamentos culturais. Não é raro ver cidades investindo recursos na construção de fontes, portais, enquanto os museus são mantidos com o mínimo necessário, na maioria das vezes, com um único funcionário que abre, fecha, limpa e recebe os visitantes. Para que o município seja classificado, entre os vários quesitos, está a criação de um Conselho Municipal de Turismo e a apresentação de Plano Diretor de Turismo, que basicamente inclui os equipamentos culturais, entre eles os museus, como atrativos.

¹²⁰ Lei nº 12.584 de 23 de abril de 2007

¹²¹ Lei nº 4.664 de 15 de março de 2018

Não está no escopo dessa pesquisa o aprofundamento da relação entre patrimônio e turismo cultural, apesar de considerarmos assunto relevante e que deva ser amplamente debatido. A questão que se coloca aqui é a preocupação com o uso dos museus em geral, em particular do Museu Major Novaes, a necessidade de reflexão sobre a preservação do patrimônio histórico dessa instituição, tanto edificado quanto da sua coleção para além de sua conversão em mercadoria turística. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012) aponta uma crise vivida pela sociedade contemporânea em relação ao patrimônio cultural, em que segmentos importantes do mesmo são subjugados ou eclipsados em detrimento de outros que se inserem em lógicas de consumo massificado e fetichizante, ou como instrumentos de exclusão simbólica. Tal crise repercute também nos museus, ainda vistos por muitos não como espaços de reflexões sobre o desenvolvimento sociocultural e crítico, mas como simples locais de contemplação ou representação alegórica dos fatos passados a serem consumidos. Como destaca Dominique Poulot (2007), os museus, por conservarem uma dimensão de historicidade das sociedades, devem manterem-se abertos a múltiplos discursos de memória ou ligados aos movimentos sociais, comunitários, e ainda a novos temas como identidade, ética e gênero.

Entretanto, concordamos que não se pode esquecer que o principal papel do museu como instituição se relaciona com o que Ulpiano Meneses entende como o “enfrentamento do objeto”. Para o autor, a especificidade do museu:

“[...] está precisamente naquilo que, ao lhe dar personalidade, distinguindo-o de outros instrumentos similares do campo simbólico, garante condições máximas de eficácia: o enfrentamento do universo das coisas materiais” (MENESES, 2000, p. 98).

As relações entre museus, patrimônio e turismo sempre estiveram próximas e as influências mútuas entre cultura, economia, política e desenvolvimento são amplamente reconhecidas em suas múltiplas ressonâncias no contexto do patrimônio e dos museus. O turismo cultural, setor que mais cresceu nas últimas décadas, ligado diretamente aos museus e ao patrimônio, integra um discurso recorrente sobre o modo como as sociedades contemporâneas valorizam (ou deixam de valorizar) as tradições, a memória, os processos e os produtos da cultura, fundamentando o desenho de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em âmbito regional e nacional. Tais movimentos são constantemente impactados pela atuação das mídias, principalmente

nas últimas décadas, que reverberam dados tanto positivos como negativos sobre o tema, especialmente com relação aos efeitos do turismo sobre as coletividades. A incorporação progressiva aos museus de novos dispositivos informacionais e de comunicação, em especial das mídias digitais, vem transformando muito rapidamente as formas por meio das quais estas instituições se relacionam com as sociedades. Cada vez mais, os públicos são chamados a assumir um papel de protagonista nos processos de interpretação dos patrimônios musealizados e os produtos desenvolvidos pelos museus (exposições, eventos, programas educacionais e de difusão cultural, publicações, cursos e etc) se diversificam, buscando responder às necessidades, demandas e especificidades de grupos de usuários também muito diversificados, entre eles, os turistas.

Essa dilatação de semânticas patrimoniais, que se estende do cidadão ao turista, está, entretanto, ainda distante da retomada de atividades do MHPMN, por meio de sua reinauguração ocorrida em 2019 já no período de vigência da classificação de Cruzeiro como um MIT. Obviamente, o Museu é um dos maiores referenciais culturais da cidade, sendo, como vimos, considerado de interesse para todos os paulistas desde o seu tombamento em 1969. Mas tais privilégios, do Museu e da cidade, ainda não repercutiram de maneira considerável sobre a gestão do equipamento, que ainda está longe de ter seu acervo totalmente restaurado, muito embora, como veremos, haja um esforço em superar o vínculo exclusivo do Museu com a família Novaes e com o passado imperial.

Em 2017, após a finalização do restauro das 19 peças do acervo pelo ateliê de Dayse Estrá, as peças ficaram embaladas e armazenadas no piso superior da edificação, aguardando a captação de recursos para montagem da exposição de longa duração. As ações culturais continuaram acontecendo no piso inferior, com uma intensa programação que ocupava, principalmente, a área externa, com apresentações teatrais, musicais e projetos ligados à educação ambiental. O restauro do Solar contemplou a modernização das instalações, banheiros na área externa para atender o público, área de convivência e acessibilidade física (elevador, corrimão e rampas de acesso). Na figura com a planta baixa do piso inferior, podemos ver a disposição e destinação das salas, que inclui áreas técnicas e de serviços. A sala “Arquivo Documentação Histórica” foi reservada para a documentação cartorária e de autos judiciais cafeeiros da região do Vale do Paraíba, que estavam ameaçadas de eliminação ou deterioração, tendo sido

recolhida e organizada entre 1998 e 2008 pelo diretor do MMH à época, Vicente Vale¹²². Durante o período de restauro, assim como o acervo mobiliário, esse acervo ficou em vários locais da cidade até voltar para o casarão.

Planta baixa piso inferior

Figura 24 – Planta baixa do MHPMN piso inferior. Fonte: MHPMN

Em 2018, como parte das ações de apoio técnico, do governo estadual estabelecido nos objetivos e missão do SISEM-SP aos museus do interior e litoral e em especial aos MHPs, o MHPMN recebeu um projeto de formação e comunicação museológica. Tal projeto visava duas frentes: a capacitação da equipe do museu para a curadoria e o desenvolvimento de uma exposição temporária a partir do acervo do museu, experimentando um processo conjunto de criação e produção orientado por um curador independente. Segundo Claudia Ribeiro, que participou diretamente do projeto, “durante a pesquisa, a presença de mulheres que tiveram importância fundamental para a história de Cruzeiro, foi ficando evidente”; assim, a exposição temporária “Sala das nossas mulheres¹²³” teve como objetivo entender a relação entre memória e história femininas e seus vínculos com o museu e a cidade. Composta por documentos, fotografias e peças do acervo do MHPMN, a exposição aborda as trajetórias de seis mulheres comuns, desconhecidas e também as conhecidas, mas de certa forma invisibilizadas, como “Dona Tita” (Celestina Novaes, neta do Major Novaes e última moradora do Solar) que teve forte atuação política na cidade, além de Dona Fortunata, primeira esposa do Major, de quem ele herdou a Fazenda Boa Vista. Por meio da realização de uma ação específica com os estudantes da escola municipal, foram

¹²² Para saber mais consulte “Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novais – Cruzeiro/SP” de Cibele Monteiro Silva, dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da EACH/

¹²³ Projeto em parceria com a ACAM Portinari, SISEM-SP e Museu Major Novaes

elaborados retratos de Dona Fortunata, visto que não há registros de sua imagem, para fazerem parte da exposição. Essa exposição ficou em cartaz de 06 de dezembro de 2018 até 22 de fevereiro de 2019, recebendo 765 visitantes.

Figura 25 - Vista da exposição “Sala das nossas mulheres”. Fotografia da autora, 2018

Figura 26 – Vista da exposição “Sala das nossas mulheres”. Fotografia da autora, 2018

Figura 27 – Nesta fotografia que integra o módulo “Outras histórias e muitas memórias”, Dona Tita aparece ao lado de seu primo, o governador Lucas Nogueira Garcez (1950-1954), e políticos locais. Fotografia da autora

Conforme exposto no capítulo 2, a ausência de um corpo funcional fixo para os equipamentos culturais dos municípios, continua sendo a principal pendência nas equipes dos museus de forma geral, principalmente, os de vinculação municipal. Geralmente, os servidores fixos são funcionários da limpeza e segurança, que se desdobram na limpeza dos equipamentos, mas a ausência de profissionais com formação específica na área museológica continua sendo a principal pendência na formação de uma equipe de fato, capaz de levar adiante as atividades técnicas e administrativas que envolvem a gestão de um museu. Tal ausência tem causado, inclusive, prejuízo na salvaguarda do patrimônio museológico que está sob responsabilidade dos equipamentos culturais espalhados pelo país. No caso do MHPMN os impactos dessas ausências não foram diferentes e levaram, como vimos, a uma gestão desastrosa da coleção institucional. Na retomada, tentou-se contornar a inexistência de corpos técnicos para a reabertura com a contratação do projeto museográfico de Diná Jobts, que, no entanto, não se concretizou. O acervo que deveria

ter sido restaurado por Dayse Estrá, cuja seleção de itens tinha sido realizada em parceria com Jobst, também não se realizou totalmente.

A nova diretora, Claudia Ribeiro, ficou responsável por elaborar uma outra proposta para a exposição de longa duração para que o museu fosse totalmente reaberto. Com a colaboração do designer Sérgio Valério, o novo projeto expográfico, abarcou três eixos temáticos: Família Novaes e o café, Revolução de 1932 e Ferrovia e os ferroviários. Os recursos financeiros para a realização da exposição foram, parte fornecidos pela prefeitura, e captados de empresas locais, o que permitiu a aquisição de painéis com plotagem de textos e fotos, bem como vitrines com cúpulas para algumas peças. Por meio da implantação dessa exposição de longa-duração, composta pelos três eixos mencionados, em que se evita a reconstituição de ambientes da antiga residência, o Museu assume a característica de museu histórico da cidade conforme Ribeiro explica:

[...] abandona o conceito de “museu-casa”, no qual contemplava apenas a história da família Novaes, para se tornar um museu que representa a sociedade cruzeirense como um todo, abrigando os eixos temáticos que construíram 114 anos da história de Cruzeiro [...] construir um conhecimento da história contra hegemônico, valorando todos os personagens que construíram as memórias cruzeirenses. [...] (RIBEIRO, 2017)

De acordo com o plano museológico elaborado para o MHPMN em 2014, o Museu tem como missão “preservar e divulgar testemunhos da história de Cruzeiro e região para salvaguarda patrimonial e contribuição a reflexões sobre memória, identidade e ocupação do território”:

Contudo, discussão sobre museu-casa, ou sobre intersecção museu histórico e museu-casa, permanece porque o eixo temático Café do acervo e da exposição do museu tem testemunhos no imóvel (terreno e edifício), na arquitetura e objetos do Solar, que representam vidas privadas e sociais. (ZOLCSAK, 2019)

Na planta baixa do piso superior da edificação vista na figura 28, podemos verificar a descrição das salas de exposição foram ocupadas, com exceção de um pequeno cômodo que atualmente funciona como depósito.

Planta baixa piso superior
Exposição de longa duração

Figura 28 – Planta baixa do MHPMN superior. Fonte: MHPMN

Os três eixos temáticos da nova exposição procuram se distanciar do modelo de museu casa, vinculado à família da elite cafeicultora e sua ligação com a família imperial, almejando aproximar-se, em uma perspectiva mais alargada, do perfil de um museu de cidade. Percebe-se, nos textos curatoriais, que há uma preocupação na revisão historiográfica acerca da história da Fazenda e da formação da cidade, destacando sujeitos comuns e geralmente não visibilizados.

Nesse sentido, o eixo “Família Novaes”, que é dedicado à memória do casarão e da Fazenda Boa Vista, apresenta, por meio de notícias de jornais e fotografias, a personalidade e as atividades econômicas do Major Novaes, não excluindo o vínculo do proprietário com a escravidão, que, no entanto, ainda é abordada por meio de instrumentos de tortura, onipresentes nos museus históricos brasileiros. A exposição apresenta algumas ausências ao referenciar apenas a presença feminina de Fortunada Joaquina e não incluindo outras mulheres da família Novaes, como Dona Tita, última moradora do casarão e, de certa forma, responsável pelo início da história do MHPMN.

Os acervos expostos neste eixo, que ocupam a maior sala do Museu, incluem objetos de uso cotidiano da casa, bem como diversos móveis restaurados por Dayse Estrá, além de um busto de terracota representando o Major, adquirido por ele na França, um vaso de porcelana de Sèvres e diversas peças de louça europeia.

Figura 29 – Vista da Sala Família Novaes. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019

Figura 30 – Vista da Sala Família Novaes. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

A sala “Ferrovia” é dedicada ao registro da chegada de duas ferrovias, a Dom Pedro II, que conectava o Rio de Janeiro e São Paulo, e *Minas and Rio Railway* que conectava a primeira linha a Minas Gerais, passando pelo túnel da garganta do Embaú. Por conta dessa última ferrovia, a exposição aborda a presença dos ingleses que vieram para sua construção. Sendo um entroncamento de duas ferrovias, Cruzeiro tinha também as oficinas e a Fábrica Nacional de Vagões, que empregaram centenas de trabalhadores, tema apresentado na sala “Ferroviários”. Utilizando-se dos mesmos recursos expográficos, por meio de fotografias e matérias jornalísticas da época, o módulo registra a participação dos trabalhadores no movimento sindical, abrangendo a história das esposas e filhas dos ferroviários e o movimento grevista. Observa-se, entretanto, uma ausência de referências sobre a desativação da malha ferroviária a partir da década de 1990, o que impactou severamente a vida dos trabalhadores ligados à ferrovia. A opção pela abordagem dos ferroviários é certamente meritória, mas é certo que há outros grupos de trabalhadores que poderiam estar visibilizados no espaço expositivo do MHPMN, visto que Cruzeiro se caracteriza, atualmente, por uma cidade industrial.

Figura 31 – Vista da Sala Ferrovia. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 32 – Vista da Sala Ferrovia. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 33 – Vista da Sala Ferroviários. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 34 – Vista da Sala Ferroviários. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

O terceiro eixo da exposição de longa-duração, dedicado à “Guerra Paulista de 1932”, mantém o mesmo desenho expográfico dos eixos anteriores, veiculando textos e fotografias da memória do confronto paulistano, incluindo de alguns objetos bélicos. Além da narrativa tradicional dos “heróis paulistas”, com a história do Capitão Neco, neto do Major Novaes, apresenta o cotidiano do conflito e outros sujeitos, pessoas comuns, que também participaram dos confrontos. A presença feminina na Revolução é referenciada por meio da história de Dalila, uma dona de casa que apoiou os soldados, abrigando-os no quintal de sua casa, cozinhando e costurando para eles. A abordagem dos eixos entre guerra paulista e ferrovia poderia relacioná-los, o que não acontece, tendo em vista que os combates do trem blindado e do túnel do Embaú foram centrais durante a Revolução. Uma matéria recente, publicada no jornal “O Estado de S.Paulo” em 09/07/2019, denominada “Trens turísticos voltarão a passar pelos túnel dos heróis de 32 SP e MG”, retoma esses vínculos entre os conflitos que ocorreram no Túnel da Mantiqueira e que são referências para a alavancagem do turismo ferroviário, o que, contudo, não encontra eco no MHPMN.

Figura 35 – Vista da Sala Guerra Paulista de 1932. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 36 – Vista da Sala Guerra Paulista de 1932. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Observa-se o esforço curatorial em ampliar os referencias de memória nos módulos da exposição de longa-duração, o que aproxima o MHPMN do perfil de um museu de cidade, conforme mencionado anteriormente. Tal extensão estende-se às

práticas curatoriais, em que novos sujeitos são chamados a participar dos processos curatoriais e dos produtos desenvolvidos pelo museu – o que ficou evidente na exposição temporária “Nossas mulheres”, buscando responder às novas demandas e especificidades de grupos de usuários também muito diversificados, entre eles a comunidade local e os turistas.

Contudo, a decisão de afastar o MHPMN do perfil de um museu casa vinculado à elite e à família imperial, o que fazer com a maior parte do acervo mobiliário? Na exposição atual, parte do mobiliário está descontextualizada em salas secundárias como a “sala das camas” e a “sala das cristaleiras”, ou reunido sem maiores explicações na Sala Família Novaes. Tal improvisação terá que ser revista na medida em que a decisão judicial que obriga o município a restaurar a integralidade do acervo for executada, pois muitos outros móveis deverão retornar ao Museu, possivelmente para a área expositiva, dada à inexistência de reserva técnica.

Figura 37 – Vista da Sala das camas. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 38 – Vista da Sala das Cristaleiras. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 39 – Vista da Sala Família Novaes. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Figura 40 – Vista da Sala Família Novaes. Fonte: fotografia de Ana Carolina X. Avila, 2019.

Apenas poucos meses após a abertura da exposição ao público, devido à pandemia da covid19, o museu fechou suas portas, em 16 de março de 2020. O governo estadual editou o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, determinando medidas de quarentena e consequente restrição de atividades presenciais, abrangendo a administração pública e o setor privado. A partir de então, medidas de distanciamento social alteraram totalmente as dinâmicas de trabalho e afetaram, principalmente, os equipamentos culturais que tiveram que se adequar de modo a manter a conexão com seus públicos. Nesse sentido, as ações no ciberespaço se tornaram a grande opção para a continuidade das relações com o público, inclusive pelos museus. Nesse cenário, o Museu Major Novaes se destacou entre outros equipamentos do interior, considerados de pequeno porte, a lançar mão das formas de comunicação alternativas. A instituição disponibilizou em suas redes sociais a série on-line “Museu em Casa¹²⁴”, episódios de curta duração em que apresentava de forma coloquial o conteúdo da exposição de longa duração. O primeiro deles, sobre a Fazenda Boa Vista alcançou mais de dez mil visualizações em 24 horas, demonstrando o potencial das redes sociais e a interação com o público.

Contudo, para a perenidade de tais ações e novos desdobramentos, o processo de municipalização ainda em curso, precisa garantir que o município assumira não somente o MHPMN e seu acervo, mas que se responsabilize por uma política

¹²⁴ <https://www.facebook.com/museumajornovaes/>

museológica, que ultrapasse o período de quatro anos de governo. O apoio técnico oferecido pelo governo estadual em contrapartida à transferência de responsabilidade de gestão é insuficiente para garantir que a história do MHPMN não seja uma repetição de negligências e ausências.

Considerações finais

Alguns museus aceitaram o desafio de dar um novo passo para continuar a caminhada e fazer um novo caminho, outros, tiveram as portas fechadas e desapareceram sem que a sociedade se desse conta ou tomasse a sua defesa...talvez, nem se lembrassem desses lugares de memórias, que ficaram esquecidos, por ironia. (FABBRI, 2020)

Ao longo dessa dissertação, buscamos registrar a trajetória do Museu Histórico Pedagógico Major Novaes no âmbito da gestão pública e de sua inserção no conjunto dos MHPs paulistas, bem como procuramos assinalar como os mecanismos de proteção ao patrimônio cultural edificado e museal foram frágeis e não garantiram sua efetiva preservação e atuação museológica. Embora haja uma ampla bibliografia a respeito da formação da cafeicultura e da arquitetura das fazendas de café do Vale do Paraíba, que mencionam a Fazenda Boa Vista, buscamos recuperar a trajetória de uma instituição pouco investigada sob enfoque museológico, de forma a esclarecer lacunas de sua memória institucional, principalmente em relação à formação e preservação do seu acervo e de sua inserção no atual processo de municipalização dos MHPs. Assim, procurou-se analisar, à luz do contexto histórico e político do Estado, especialmente a partir da década de 1960, uma política museal centralizada na figura de Vinício Stein Campos e sua rede de influência e colaboradores que compartilhavam dos mesmos ideais e que favoreceram a consecução de seu desejo de expandir o conjunto de MHPs, inclusive na cidade de Cruzeiro. Ainda que não tenham sido encontrados documentos que explicitassem o interesse específico de Stein Campos na indicação e solicitação do tombamento do Solar dos Novaes, apresentamos uma hipótese acerca da rapidez com que o tombamento se concretizou, tornando-o o primeiro bem tombado do estado de São Paulo, pelas mãos de José Henrique Turner, deputado federal nascido na cidade de Cruzeiro, chefe da Casa Civil, que respondia pela pasta da Cultura naquele período e assinou a resolução de tombamento.

A análise dos documentos consultados e dos processos de tombamento e de desapropriação do imóvel e bens móveis não foram suficientes para esclarecer algumas dúvidas em relação à formação do acervo do MHPMN. Marly Rodrigues relatou que Maria José Ferreira, primeira responsável pela gestão do museu, em visita à sede do Condephaat na capital no início dos anos de 1980, mencionou que houve uma certa “pressão” de Stein Campos para que Celestina Novaes dos Santos, a Dona Tita,

concordasse com os termos de tombamento¹²⁵. Apesar de não haver registro sobre isso, nos documentos que foram analisados pudemos esclarecer, no Capítulo 1, que para Stein Campos era fundamental o “conjunto”, isto é, a casa e objetos a serem tombados para compor o acervo do MHPMN. Outra lacuna que essa pesquisa não conseguiu elucidar, mas que acreditamos ser relevante para futuros estudos, é um aprofundamento da atuação de D. Tita no processo de decisão que levou a desapropriação e musealização de sua casa. No mesmo sentido, não foram encontrados registros ou informações concretas acerca dos anos de transição do casarão como residência da família Novaes para o Museu Major Novaes, pois ficamos restritos aos relatórios de Maria José Ferreira e a alguns artigos de jornais.

O estudo sobre a trajetória do MHPMN nos permitiu refletir sobre as políticas ligadas às revisões dos paradigmas de valorização patrimonial – que no caso paulista foi inaugurado não pelo tombamento de um edifício do período colonial, mas com uma sede de fazenda de café neoclássica do século XIX – e também à inserção do turismo como fator para ações no âmbito patrimonial, disseminadas a partir do início dos anos de 1960, com a criação da Embratur, que recomendava projetos de valorização do “patrimônio monumental”, como parte dos planos de desenvolvimento nacional e a criação da Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo. Pudemos concluir que o tombamento do Solar e a instalação do museu se relacionou também à essa política de desenvolvimento por meio do turismo, assim como foi a própria criação do órgão estadual de proteção ao patrimônio – o Condephaat – que tem no seu nome a explícita vinculação ao turismo.

Em vista disso, devemos ponderar sobre as recentes políticas da Secretaria Estadual de Turismo, que em 2017, certificou a cidade de Cruzeiro como Município de Interesse Turístico. Para que os municípios consigam essa certificação, deve-se apresentar um Plano Municipal de Turismo, que deve mencionar os equipamentos culturais tidos como “turísticos” e dentre esses se destacam os museus. Essa política tem impulsionado a criação de inúmeras instituições, até “praças de museus”, sem o mínimo de estrutura técnico administrativa, comprometendo o seu futuro funcionamento, que na maioria das vezes, conta com um único funcionário administrativo que se desdobra para atender vários equipamentos.

Prática comum na gestão municipal, principalmente no âmbito da cultura, o

¹²⁵ Informação concedida à autora durante o exame de qualificação desta dissertação de mestrado, realizado em 14 de agosto de 2018.

deslocamento de servidores de outros departamentos para suprir a falta de profissionais nos museus desfavorece a continuidade e a qualidade técnica dos processos museológicos, que necessitam de ações perenes para sua gestão e desenvolvimento inerentes da cadeia operatória do museu. Nesse sentido, a determinação do Ministério Público paulista para que a gestão municipal garanta o funcionamento dos equipamentos com funcionários servidores de carreira é uma perspectiva promissora. Apesar do processo de municipalização não ter sido concluído, a gestão do Museu Major Novaes foi assumida integralmente pela prefeitura, contudo, assim como no início de sua trajetória, ainda carece de equipe compatível que atenda a todas as necessidades, técnicas e administrativas.

O registro dos encadeamentos de ações relativas ao processo de restauro do MHPMN elucidou como a negligência do governo estadual em fiscalizar a preservação do acervo a ele pertencente e a má gestão municipal, aliados à morosidade e aos frágeis instrumentos de responsabilização, colaboraram para o fracasso da manutenção, preservação e mesmo sobrevivência de todos os itens do acervo. O mesmo pode ser dito em relação à preservação da edificação, que chegou a sofrer o desmoronamento de seu anexo. A falibilidade da atuação individual de gestores que tomam para si, de forma quase quixotesca, a responsabilidade da preservação do patrimônio, fica também evidente na trajetória do MHPMN, que, como todos os seus congêneres, não pode sobreviver apenas pelo empenho pessoal dos gestores imediatos. Pode-se, assim, constatar que a atuação do Ministério Público tem sido neste caso, fundamental para a retomada das obrigações de salvaguarda pelo poder executivo, em função de sua atuação para a constituição da ação judicial que sentenciou o governo do Estado a restaurar a edificação ter sido cumprida, embora sem que a Prefeitura fizesse tudo o que lhe cabia na sentença. Apesar de ter sido emitida há mais de 10 anos, mesmo após nova denúncia, em 2017, desta vez ao Condephaat, grande parte do acervo continua em péssimo estado de conservação, aguardando um “projeto de oficina de restauro” a ser aprovada pelo órgão estadual de proteção, que de acordo com informações da direção do MHPMN, prevê a construção, próxima ao Solar, de uma estrutura com salas, para servir de reserva técnica e oficina de restauro.

Embora o cotejamento das listas tenha esclarecido algumas incongruências a respeito do conjunto do acervo do Museu, a conferência total do mesmo, um dos objetivos específicos da presente pesquisa, não foi finalizada, principalmente devido às restrições causadas pela pandemia e as regras restritivas de distanciamento social. Contudo a tabela incluída nesta dissertação contempla um conjunto de informações

importantes para a organização e base para uma futura catalogação integral da coleção. Nesse sentido, a fotografia das peças será de suma importância para identificação precisa de cada item, visto a experiência com o roubo do espelho belga e mesmo para os trabalhos de restauro. Além disso, tal documentação permite a notificação de sinistros aos órgãos de denúncia de bens desaparecidos, como o Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos, favorecendo seu possível reconhecimento e recuperação.

A atualização do status do programa de municipalização retomado em 2008, permitiu apurar as informações sobre os museus em processo de municipalização e os que já foram municipalizados. Trouxemos à luz a visão da gestão estadual que entende essa demanda como um rito processual para regularizar a situação jurídica dos acervos. Para a gestão do MHPMN essa transferência é prevista, vista pelos gestores estaduais como uma forma de aproximação da comunidade local com o patrimônio ali salvaguardado. Entretanto, ainda não há dados estabilizados sobre a eficácia da estratégia de municipalização dos MHPs. Entre os anos de 2008 e 2010 o governo estadual, no bojo do início da implantação da gestão cultural estadual por meio de organizações sociais de cultura, assinou contrato com a ACAM Portinari para que realizasse ações de revitalização e reestruturação em cinco MHPs. O objetivo era promover ações de requalificação dos museus, a partir do restauro realizado pela Secretaria de Estado da Cultura, para que a transição entre a gestão estadual e municipal fosse concretizada e os museus tivessem condições de assumir integralmente sua administração. Dos cinco MHPs que receberam as ações, dois processos já foram totalmente regularizados: o MHP Prudente de Moraes em Piracicaba (em 2017), o MHFP Monteiro Lobato em Taubaté (em 2013). Embora a audiência pública tenha sido realizada em 2009, o processo da Casa de Paulo Setúbal em Tatuí, possui pendências, portanto, não finalizado e o MHP Bernardino de Campos, localizado na cidade de Amparo, retomou o diálogo com a gestão estadual no início deste ano, e o processo está em andamento.

Sobre a retomada do Programa de Municipalização, Angelica Fabbri, diretora executiva da ACAM Portinari fala sobre as dificuldades da gestão municipal em assumir os MHPs

Para esse segundo momento de municipalização, onde os museus que ainda eram considerados estaduais e passaram para a gestão das prefeituras: Piracicaba, Amparo, Guaratinguetá, Taubaté e Tatuí, a situação foi diferente. Todos passaram por processos de restauro nas

suas edificações e em alguns casos, acervos também, foram requalificados, reestruturados e entregues às cidades em ótimas condições de funcionamento para a continuidade dos processos de trabalho implantados.[...] O que se tem podido observar, nesses casos, é que algumas prefeituras conseguem dar essa continuidade de uma gestão técnica, gestão museológica, já outras, têm mais dificuldade e há o risco de descontinuidade desses esforços e de comprometimento dos recursos materiais e financeiros investidos.[...] Entretanto, nem sempre a questão é o recurso financeiro, mas as políticas públicas do município de maneira geral e para a cultura e patrimônio. (FABBRI,2020)

O risco da descontinuidade das governanças municipais está sempre presente, sendo exemplo disso o MHP Conselheiro Rodrigues Alves, no município de Guaratinguetá, que, após as ações de revitalização que cabiam ao Estado realizadas em 2010 e que estavam previstas no processo de municipalização, foi prejudicado pela prefeitura não ter cumprido o acordo de destacar funcionários para a manutenção da instituição, que permaneceu fechada. Após a atuação do Ministério Público, a gestão estadual empreendeu novas ações de revitalização e o museu foi reaberto em 2017, contudo as articulações para a regularização do processo de municipalização, até o momento, não avançaram.

A retomada das atividades pelo MHPMN em 2017 e a reabertura da exposição de longa duração em 2019, possibilitou uma revisão dos discursos museais e uma ampliação dos sentidos memoriais e históricos em suas exposições de longa e de curta durações. Contudo, ainda se coloca como um desafio e um esforço rever a maneira de comunicar o seu acervo e, sobretudo, de salvaguardá-lo e expandi-lo. As novas demandas da sociedade têm protagonizado discussões no sentido das instituições adequarem suas práticas museológicas aprofundando o diálogo com os seus públicos e com as múltiplas expectativas relativas ao reconhecimento das memórias e trajetórias dos cidadãos. Devemos lembrar, entretanto, que a necessidade de incluir um olhar crítico sobre o acervo não significa relegar a coleção existente – especialmente quando a mesma foi objeto de ato desapropriatório que redundou em ônus orçamentário para o Estado – e sim elaborar deslocamentos, ou seja uma outra forma de encarar a coleção e sua relação com novos agentes e memórias coletivas, além daquelas percebidas pelo olhar altamente seletivo dos órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

Centro de Documentação da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), São Paulo

Processo de doação nº03059/82
Relatórios e diagnósticos/pasta “Cruzeiro”
Arquivo Vinício Stein Campos

Centro de Documentação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), São Paulo

Processo de Tombamento nº13.227/69 – Solar Major Novaes
Processo de Tombamento nº 07861/69 – Casa de Prudente de Moraes
Processo de Tombamento nº 08497/69 – Casa do Conselheiro Rodrigues Alves
Atas das reuniões do Conselho do ano de 1969.

Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário (PCAI), São Paulo

Processo de desapropriação número PE – 69

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), São Paulo

Arquivo IEB USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WR-GTM 0024
Arquivo IEB USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WR-GTM-0029
Arquivo IEB USP, Fundo Waldisa Russio, código de referência: WR-GTM-0097

Arquivo do Histórico e Pedagógico Museu Major Novaes, Cruzeiro

Pasta “municipalização”

Pasta “recortes de jornais”

VALE PARAIBANO: **Fim do Casarão dos Novaes**. São José dos Campos, p.(?) 30 de setembro de 1984

VALE PARAIBANO: **A história ultrajada no velho solar**. São José dos Campos, p.(?) 05 de setembro de 1982

JORNAL DO COMÉRCIO: **Quem vai salvar o museu???**. Cruzeiro, p.(?) 05 de setembro de 1982

VALE PARAIBANO: **Casarão reinaugurado, mas ainda incompleto**. São José dos Campos, p.(?) 13 de março de 1987.

Acervo virtual

FOLHA DE S. PAULO: **Museu Histórico de Cruzeiro abandonado sob matagal**. São Paulo, p 21. Caderno – Interior. 27 de maio de 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 07 dez. 2019.

FOLHA DE S. PAULO: **Casarão é Museu: O nosso passado no Solar Novais**. São Paulo, p. 25 Caderno de Turismo. 03 de outubro de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 07 dez. 2019.

FOLHA DE S. PAULO: **Vale do Paraíba ameaçado de perder patrimônio histórico**. São Paulo, p. 27.3º Caderno – Interior. 20 de outubro de 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 07 dez. 2019.

LEMOS, Fernando Cerqueira: **Cruzeiro e Silveiras um triste roteiro**. Folha de S.Paulo. São Paulo, p. 70. 5º Caderno – Ilustrada. 29 de novembro de 1981. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 07 dez. 2019.

Acervo virtual

O ESTADO DE S. PAULO: **Museu Histórico no Solar das Figueiras**. São Paulo, p.51. 19 de março de 1972. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

O ESTADO DE S. PAULO: **Cruzeiro inaugura Museu Pedagógico**. São Paulo, p.16. 17 de março de 1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

VEIGA, Edison; BRANDALISE, Vitor Hugo: **86% dos museus de SP têm problemas**. O Estado de S.Paulo. São Paulo, p.C3. Caderno Metrópole. 18 de setembro de 2011. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

O ESTADO DE S. PAULO: **Trens turísticos voltarão a passar pelo túnel dos heróis de 32 SP e MG**. São Paulo, p.A3. Caderno Metrópole. 09 de julho de 2019. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 07 dez. 2019.

Legislação

BRASIL. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico artístico nacional. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 07 de dezembro de 2019.

SÃO PAULO. **Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968**. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Condephaat, criado pelo artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969**. Dispõe sobre o tombamento de bens, para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto (sem número) de 19 de dezembro de 1969.** Dispõe sobre a regulamentação da Lei n. 10.247, de 22 de outubro de 1968 e do Decreto-Lei n. 149, de 15 de agosto de 1969. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto (sem número) de 24 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a criação do Museu Histórico e Pedagógico “Major Novaes” da cidade de Cruzeiro. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 de novembro de 2018.

SÃO PAULO. **Resolução de tombamento de 24 de setembro de 1969,** de imóvel e bens móveis na cidade de Cruzeiro. Disponível em <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/solar-do-major-novaes/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **Decreto (sem número) de 01 de fevereiro de 1972.** Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel denominado “Solar Major Novaes” (Fazenda Boa Vista) – situado no distrito, município e comarca de Cruzeiro, destinado a instalação do Museu Histórico e Pedagógico “Major Novaes” do município. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **2º Ofício, de 05 de maio de 1973.** Citação para conhecimento de terceiros. Disponível em <http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 38.947 de 26 de julho de 1994.** Autoriza a Secretaria da Cultura a celebrar convênio com municípios do Estado, objetivando a transferência para a administração pública municipal de museus estaduais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 39.395 de 19 de outubro de 1994.** Substitui anexo e altera a redação de dispositivo que especifica do Decreto nº 38947, de 26 de julho de 1994. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 9.475, de 30 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a normatização de audiência com a comunidade científica (indispensável ao processo de municipalização dos acervos estaduais). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 44.735, de 03 de março de 2000.** Autoriza a doação, a Municípios Paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 50.941, de 05 de julho de 2006.** Reorganiza a Secretaria da Cultura. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 64.881 de 22 de março de 2020.** Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/acompanhe/covid/COVID-19.html>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

SÃO PAULO. **Lei nº 12.584, de 23 de abril de 2007**. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao município de Cruzeiro, o imóvel que especifica. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.209, de 29 de setembro de 2008**. Autoriza a doação do acervo dos museus estaduais aos municípios onde se localizem, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/>. Acesso em: 19 nov. 2018

Entrevistas

Entrevista com Vicente de Paulo Vale, realizada pela autora em 05/01/2020.
 Entrevista com Elizabeth Zolcsak, realizada pela autora em 14/01/2020.
 Entrevista com Daisy Estrá, realizada pela autora em 14/01/2020.
 Entrevista com Carlos Alberto Dêgelo, realizada pela autora em 06/02/2020
 Entrevista com Cecília Machado, realizada pela a autora em 27/02/2020
 Entrevista com Claudia Isabel Ribeiro Santos, realizada pela autora em 10/03/2020
 Entrevista com Davidson P. Kaseker, realizada pela autora em 09/03/2020.
 Entrevista com Diná Terezinha C.Q.Jobst, realizada pela autora em 07/04/2020.
 Entrevista com Mirian Midori P.Yagui, realizada pela autora em 07/04/ 2020.
 Entrevista com Angelica Fabbri, realizada pela autora em 14/12/2020.

Bibliografia

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 225 p.

AVILA, Ana Carolina Xavier. **Museus Históricos e Pedagógicos no Século XXI: processo de municipalização e novas perspectivas**. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação Interunidades em Museologia - Universidade de São Paulo, 2014. 196 p.

BREFFÉ, Ana Cláudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Ed. UNESP; Museu Paulista/USP, 2005. 336 p.

CAMPOS, Vinício Stein. **O menino de Capivari**. São Paulo: Editora Pannartz, 1982. 232 p.

CAMPOS, Vinício Stein. **Elementos da Museologia**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, s/d. 168 p. Vol. 1.

CAMPOS, Vinício Stein. **Elementos da Museologia**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, 1970. 141 p. Vol. 2.

CAMPOS, Vinício Stein. **Elementos da Museologia**. São Paulo: Secretaria da Cultura,

Esporte e Turismo, 1972. 207 p. Vol. 3.

CARVALHO, Ana Cristina. **Museus-Casas Históricas no Brasil**. 1º. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013. 416 p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009. 488 p.

EICHSTEDT, Jennifer L; SMALL, Stephen. **Representations of Slavery: Race and Ideology in Southern Plantation Museums**. Washington: Smithsonian, 2002. p.106-291

FABBRI, Angelica *et al.* **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. São Paulo: Secretaria da Cultura de São Paulo, junho 2010. 112 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN, 1997. 296 p.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. 1977. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Departamento de Escola Pós-graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

GUERRA, J. Wilton N. **O Projeto de Ernani Silva Bruno: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da Casa Brasileira (1970-1979)**. 2015. 385 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, 2015.

LIMA, Jorge da Cunha. **Cultura pública. A organização política do sonho**. São Paulo: SENAC, 2002. 352 p.

MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: Imesp; Cenpec, 2008, p. 237-267.

MARINS, Paulo César Garcez. Vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). **Terra paulista: histórias, arte, costumes**. São Paulo: Imesp, Cenpec, 2004, v. 02, p. 89-190.

MARINS, Paulo César Garcez. Preservação do patrimônio rural no estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. In: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLUCCI, Maria Ângela P.C.S. (Org.). **Espaços de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 161-182.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan. 1993.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. Ciências e Letras: **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. ja/ju 2000, p. 91-101, 2000

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu tem Futuro? São Paulo, 07, agosto, 2012. **Palestra proferida na aula inaugural do Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia - MAE/MAC/MP/MZ-USP.**

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994.

MISAN, Simona. **A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo (1956-1973)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação Interunidades em Museologia - Universidade de São Paulo, 2014. 226 p.

PESSOA, Ana (org.). **Anais do I Encontro Luso Brasileiro de Museus Casas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. 272 p.

POULOT, Dominique. Le musée d'histoire en France entre traditions nationales et soucis identitaires. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol.15, n.2, p. 293-316, jul.dez.2007.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 159 p.

PRADO, J.F. de Almeida. Introdução ao Diário da Princesa Isabel. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações**. São Paulo: Edusp, 2013. p.223-247

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padrões e implicações. In **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. CAMARGO, Patrícia e CRUZ, Gustavo (orgs). Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC: Ilhéus, 2009. p.25-48

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A instituição do patrimônio em São Paulo: 1969 – 1987**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado; Condephaat; Fapesp, 2000. 180 p.

ROCHA, Cinthia *et al.* **Museu Casa da Hera**: Coleção Museus do IBRAM. 1°. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014. 110 p.

RODRIGES, Marly. Passados 50 anos.... **Revista CPC**, São Paulo, nº 26 edição especial, v.13, p.20-44, 2º semestre 2018.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. 1992. 209 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1992

SANDES, Noé Freire. **Memória, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte**. R.IHG, Rio de Janeiro, abr/jun. 2012.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2006. 144 p.

SARAMAGO, José. **Cadernos de Lanzarote II**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 237

SIQUEIRA, Lucília Santos. A história que foi usada nos tombamentos e conservação da casa do Conselheiro Rodrigues Alves. **Revista CPC**, São Paulo, ed. 19, p. 49-79, junho 2015.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras: estudo da construção residencial urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 16, 1968. 315 p.

WISNIK, Guilherme.; FIX, Mariana.; LEITE, João G. P.; ANDRADE, J. Pedro; ARANTES, P. Notas sobre a sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], n. 9, p. 192-209, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137406>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Visitando a trajetória ou (re) produzindo o passado do Condephaat. **Revista CPC**, São Paulo, edição especial, v.13, p.45-62, out/dez 2018.

**ANEXO A –
Folder de 1968**

Para mais informações procure o seu agente de viagens

Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

Av. Paulista, 326 — 12º andar — Tel. 31-5495

Pôsto de Informações no Aeroporto de Congonhas

Tels. 267-1108 e 267-1242

Pôsto de Informações na Rua São Luis, 99 — Tel. 37-3693

CRUZEIRO

São Paulo — Brasil

1968

Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo
GOVERNO ABREU SODRÉ
Publicação Oficial

● **ALTITUDE**
514 metros

● **CLIMA**
Quente com
inverno sêco

● **POPULAÇÃO**
50.000 habitantes

● **ÁREA**
331 km²

● **RODOVIA**
Presidente Dutra

● **FERROVIA**
Central do Brasil
Viação Férrea
Centro Oeste

● **DISTÂNCIA DE
SÃO PAULO**
242 quilômetros

● **DISTÂNCIA DA
GUANABARA**
222 quilômetros

CRUZEIRO

As origens da cidade de Cruzeiro estão ligadas ao povoado de Embaú, por onde se desenvolvia o comércio dos bandeirantes com as Minas Gerais. Embaú passou a vila, com o nome de N. S. da Conceição do Cruzeiro. Segundo tudo indica esse nome referia-se a um cruzeiro de madeira, existente no alto da serra, nos limites de Minas Gerais.

O major Manuel de Freitas Novaes é considerado o verdadeiro fundador de Cruzeiro, que surgiu a 8 km da Vila de Embaú. Era proprietário da Fazenda Boa Vista e grande produtor de café de exportação, o famoso Café Coraa. Foi por influência do Major, amigo íntimo de D. Pedro II, que foi construída a estação de Cruzeiro, quando passaram os trilhos da estrada de ferro destinada a escoar a produção da região. A área em volta da estação, de propriedade do Major, foi desapropriada, em 1890, passando o povoado a município em 1901. O major Novaes, inimigo ferrenho da República, após-se tenazmente à desapropriação, pois pretendia criar a sua cidade, possuindo plantas das ruas, praças e até de um hipódromo.

Um sobradão construído pelo major guarda ainda toda a história de Cruzeiro. Em estilo colonial, com paredes de quase um metro de espessura, fica cercado de jardins e figueiras centenárias.

O salão de festas, no andar superior, mobiliado com móveis entalhados, tem na parede frontal um enorme relógio de pêndulo e no canto esquerdo um oratório.

As portas da capela, com mais de 3 metros de altura, são de pinho de riga trabalhado. A imagem de Cristo carregando a cruz é uma relíquia de um mosteiro da Bahia e tem mais de 300 anos. Dos 35 cômodos, dois eram reservados para D. Pedro: a sala de visitas e o quarto. Conservam até hoje os mesmos móveis da época. O quarto é simples: uma cama de casal com uma colcha de cetim vermelho francês, um criado-mudo, duas cadeiras, um lampião a gás e a cadeira de descanso.

Sobre a dedicação do Major Novaes, para com a família do Imperador, conta-se que certa ocasião, quando a princesa Leopoldina, acompanhada do Conde D'Eu, ia passar por Cruzeiro, viajando pela estrada de ferro, o Major, sabendo que a princesa apreciava jabuticabas mas não podia parar na cidade, não teve dúvidas: arrancou um pé carregado de frutas e plantou-o junto aos trilhos. Durante a parada da composição a princesa pôde apanhar as frutas na própria árvore, sem descer do trem.

Além dos sítios históricos, Cruzeiro possui importante centro industrial, onde são produzidos vagões, material para a indústria automobilística e café solúvel, entre outros.

A pesca pode ser praticada no Paribaíba, rio que banha a cidade.

HOTÉIS E RESTAURANTES

Hotel Globo — Rua Antônio Penido, 749 — Tel. 63
Hotel Brasil — Rua Antônio Penido, 702 — Tel. 214
Bar e Restaurante Santa Helena — Travessa da Estação, 8 — Tel. 148

MEIOS DE TRANSPORTE

Por rodovia:

Para São Paulo — Empresa de Ônibus Pássaro Marron
Para o Rio de Janeiro — Empresa Cidade do Aço
Para Belo Horizonte — Empresa São Luís
Para o Sul de Minas — Expresso Virginia

Por ferrovia:

Estrada de Ferro Central do Brasil
Viação Férrea Centro Oeste

ANEXO B –

Brochura Museus Históricos e Pedagógicos

O pequeno forte de Bertioga é um dos mais evocativos museus vicentinos do Estado — Original do prof. Ruy Martins Ferreira.

Secretaria de
Cultura,
Esportes e
Turismo
São Paulo - Brasil

MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS

« Breve relato da obra museológica em desenvolvimento no interior de São Paulo. Bem haja o patriotismo dos que concorreram para trabalho tão necessário e tão útil ».

Roberto Costa de Abreu Sodré

Agosto de 1968

Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo **GOVERNO ABREU SODRÉ**

Publicação Oficial

MUSEUS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS

Os Museus Históricos e Pedagógicos de São Paulo constituem uma iniciativa das mais felizes da terra bandeirante e se orientam no sentido de promover a preservação do documentário histórico municipal, a restauração dos locais e monumentos históricos do Estado e, o que é principal escopo de seu trabalho, entrosar na dinâmica educacional e cultural de São Paulo o concurso insubstituível dos museus.

Com esta finalidade, e na medida em que o Serviço de Museus Históricos tem contado com a colaboração esclarecida e patriótica dos municípios interessados, vão sendo criados, instalados e postos a funcionar êsses museus, num trabalho operacional dos mais fecundos e que tem conduzido a índices de rendimento na verdade alentadores.

Os museus históricos paulistas se destinam, precipuamente, a cultuar a história municipal; mas, concomitantemente, e para que se filiem objetivamente à corrente mais ampla da formação nacional, acrescentando-lhe um sentido cívico que ultrapasse a área municipal, cada um dêles recebe como patrono uma figura nacional, à qual também se consagram com intensidade, vinculando-se através da vida e da obra dêsses gloriosos brasileiros ao estudo em profundidade da História do Brasil.

Cumprindo a sua função no que respeita à atividade docente no meio escolar de todos os níveis, com base nas mensagens que os museus podem e devem transmitir, o Serviço de Museus Históricos já promoveu mais de cem cursos de museologia, que alcançaram outros Estados da Federação, e dos quais, participaram mais de 50.000 interessados, estudantes e professores.

Esta publicação, de caráter eminentemente turístico, destina-se a chamar a atenção do grande público, brasileiros e visitantes, para o maravilhoso laboratório de documentos e peças históricas e artísticas que já podem ser vistos no interior do Estado de São Paulo, resultado de um tenaz esforço de 12 anos.

Curso de Museologia — São Paulo

ARAÇATUBA

Museu Histórico e Pedagógico Marechal Rondon

O Museu Histórico e Pedagógico Marechal Rondon, de Araçatuba, destinado ao estudo da vida e obra do grande brasileiro e à reconstituição da história do importante município, funciona num suntuosíssimo edifício especialmente construído para o Museu e a Biblioteca de Araçatuba, um dos prédios mais completos do gênero na América Latina. O plano da obra, que obedeceu a atualizadíssima planta elaborada em Paris, prevê salões de exposição histórica, dependências administrativas, grande auditório para projeções, palestras e cursos, biblioteca, sala de leitura, oficinas de restauração, hemeroteca, mapoteca, depósitos, residência do zelador etc.

Sede própria do Museu Histórico
e Pedagógico Marechal Rondon.

PÔRTO FELIZ

Museu Histórico e Pedagógico das Monções

Trata-se de um dos mais interessantes museus históricos paulistas e instalado no local famoso que desencadeou o formidável ciclo monçoeiro, de tanta significação para a expansão geográfica do Brasil. A velha Arariaguaba é carinhosamente cultuada nesse Museu, no que ela possui de mais tradicional e expressivo. Instalado no imponente edifício da Praça Cel. Esmélio, logrou formar um riquíssimo acervo que coleciona peças de cerâmica, barro cozido, ferro, selas, esporas, estribos, armas, imagens, indumentos, móveis, apetrechos de pescaria, navegação, quadros, lampeões, utensílios domésticos, moedas, medalhas, etc. A sala de arte religiosa, assim como a das armas, de 1932, as vitrinas de louças antigas, — são atrações deste notável Museu.

Destaca-se ainda a **SALA DA EXPEDIÇÃO LANGSDORFF**, da famosa Expedição Científica (1826-1829) financiada pelo Imperador da Rússia e que excursionou pelo interior do Brasil (São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Pará) a partir de Pôrto Feliz, em viagem fluvial.

A Sala de Arte Religiosa é uma das atrações do grande Museu das Monções.

BOTUCATU

Museu Histórico e Pedagógico Padre Vicente Pires da Mota

O Museu ocupa dois pavimentos do prédio e se caracteriza sobretudo pela coleção de armas antigas, peças de uniformes prussianos, armas e indumentos do Dr. Pinheiro Machado, instrumentos musicais, lanterna mágica, miniaturas de maquinário (rodas d'água e moinhos), coleção minerológica, peças das tribus africanas dos pigmeus (arcos, flexas, etc.), fotografias, espadas. O Museu resultou do espírito culto e filantrópico do Dr. Francisco Blasi, seu principal patrocinador.

Museu Histórico Pe. Vicente Pires da Mota

O Museu Cesário Mota contém valioso acervo da Capivari de outrora.

CAPIVARI

Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Mota Júnior — Praça Padre Marques

Rico acervo histórico da cidade, coleção de quadros de Capivari antiga, móveis, moedas, armas, riquíssima biblioteca, documentos, fotografias, obras de Amadeu Amaral, Rodrigues de Abreu, Augusto Castanho, etc., precioso documentário que pertenceu ao patrono Dr. Cesário Mota e relativo ao seu trabalho como Secretário do Interior (Educação e Saúde) no Governo Bernardino de Campos.

TIETÊ

Museu Histórico e Pedagógico Cornélio Pires

Instalado em dependências do Instituto de Educação. O documentário a respeito do popular folclorista de "Quem conta um Conto" é dos mais deliciosos. Relíquias de Cornélio Pires, soldado de 32, aquarelas da primitiva capela da cidade, peças de interesse regional e sobretudo um excelente arquivo municipal, com os manuscritos colecionados em ordem cronológica e dispostos em móvel adequado que facilita a consulta aos interessados.

Magnífico documentário histórico do município e relíquias de Cornélio Pires.

TATUI

Museu Histórico e Pedagógico Marquês de Monte Alegre

Constituído para promover o levantamento histórico do município de Tatuí, sua origem, organização e desenvolvimento, o Museu patrocina também o estudo biográfico e a fase político-administrativa de José da Costa Carvalho em São Paulo, quando se verificaram na Província os importantes acontecimentos ligados à Revolução Liberal de 1842. É expressiva a documentação municipal que vem sendo recolhida pelos museus sobre esses fatos.

O Museu Histórico de Tatuí dispõe de importante patrimônio e atua com êxito no meio escolar do município.

O Museu Histórico Marquês de Monte Alegre
é eficiente motivador de aulas e cursos.

A belíssima seção de louças e porcelanas do museu de Mococa.

MOCOCA

Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios"

Instalado em prédio especialmente construído para o Museu e a Biblioteca da Cidade — é no seu gênero, um dos mais belos do Brasil. Preciosa coleção de porcelana dourada, louças brasonadas, peças de marfim e ouro, cristais, móveis, utensílios de latão e ferro, quadros, altar da primeira capela, galeria dos fundadores, armas, selos, medalhas, indumentos, condecorações, moedas, etc.

Galeria dos Fundadores e parte da seção de utensílios domésticos.

Artefatos indígenas e vitrinas de numismática e medalhística.

PIRACICABA

Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"

Instalado em dependências da Casa Histórica, Rua Santo Antônio, onde viveu e morreu o eminente paulista, 1.º Presidente Civil da República, o museu é dos mais expressivos da rede em desenvolvimento no Estado. Reune documentação opulenta do patrono e da cidade de Piracicaba. Retratos, quadros, objetos de uso pessoal, relíquias do Batalhão Piracicabano de 1932, móveis de Luiz de Queiroz, armas branca e de fogo, a flauta e as músicas de Erotides de Campos, arquivo de Sud Menucci, coleção de jornais.

A histórica mansão de Prudente de Moraes abriga hoje seu rico museu.

PINHAL

Museu Histórico e Pedagógico "Abelardo Vergueiro Cesar"

Este importante museu municipal paulista, fundado pelo seu ilustre patrono, foi transferido para o Serviço de Museus Históricos, a fim de ser reorganizado e dinamizado. É um dos mais ricos acêrvos históricos do país. Dispõe de prédio próprio, localizado em ponto central da cidade.

O Museu Abelardo Vergueiro Cesar
dispõe de valiosíssimo patrimônio.

No Museu Histórico é brilhante a documentação do Conde de Pinhal.

SÃO CARLOS

Museu Histórico e Pedagógico Cerqueira Cesar

É importante a coleção relativa ao Conde de Pinhal — Cerqueira Cesar — doação de Júlio de Mesquita Filho, soberba e artística tela do patrono do Museu. É importante a documentação fotográfica da Revolução Constitucionalista de 1932, em que São Carlos teve destacada atuação.

BATATAIS

Museu Histórico e Pedagógico Washington Luiz

Enorme patrimônio, documentário da história do Município. O Museu acha-se provisoriamente instalado num prédio cedido para esse fim pela Prefeitura. Das mais variadas, as coleções reunidas no museu, compreendendo tôdas suas épocas históricas.

Móveis do tempo da escravidão e raro tórno de madeira — 1868.

A utilização dos museus como centro de interesse escolar é o objetivo a ser atingido.

PENÁPOLIS

Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Pais"

Penápolis é o mais importante centro documentário do desbravamento da Noroeste. Em seus cartórios e arquivos guardam-se peças importantes de numerosos municípios dessa área. O trabalho que vai competir ao Museu Fernão Dias, nesse campo histórico, é imenso. E seu acervo começa a ganhar destaque. O Museu vai ter, no âmbito histórico nacional, como sua atividade fundamental, a epopeia dos feitos da bandeira do Caçador de Esmeraldas e sua ação protetora na defesa do Mosteiro de São Bento.

A Casa Histórica em que nasceu Penápolis e futura sede de seu atual Museu.

TUPÃ

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuire

Instalado nos altos do edifício Marajoara, por cessão do Sr. Luis de Sousa Leão, fundador de Tupã e patrocinador do Museu, é um dos promissores e formosos museus do Estado, apesar de instalado em 1968. Possui notável documentação da abertura da Alta Paulista, coleção de jornais, variado e rico material indígena, peças de louça e porcelana, material recolhido da imigração nipônica e italiana, armas e relíquias da Revolução de 32, utensílios domésticos, armas, quadros, cabeça reduzida de índio do alto Peru, etc.

A futura sede do Museu Histórico e seu doador — sr. Luis de Souza Leão.

Um dos salões do Museu provisoriamente instalado no edifício Marajoara.

ITAPETININGA

Museu Histórico e Pedagógico Fernando Prestes e Júlio Prestes de Albuquerque

O Museu recorda dois ilustres paulistas — Fernando Prestes e Júlio Prestes de Albuquerque.

A terra de Itapetininga recorda aos paulistas, no seu Museu Histórico, dois grandes presidentes de São Paulo, o Coronel Fernando Prestes e seu ilustre filho — Júlio Prestes, um dos mais capazes administradores que teve este Estado. O Museu de Itapetininga possui ampla documentação sobretudo da Campanha Presidencial de 1929, quando Júlio Prestes foi eleito Presidente da República e impedido de tomar posse pela Revolução de 1930.

CAMPINAS

Museu Histórico e Pedagógico Campos Sales —

Museu instalado provisoriamente no Centro de Ciências, Letras e Artes, juntamente com o Museu Carlos Gomes, reúne valioso acervo histórico com autógrafos de Campos Sales, aquarelas de Campinas antiga, álbum da comissão de limites Brasil-Bolívia, emblema da República, carta do Imperador da China, livro raro ofertado pelo Czar Nicolau II, da Rússia, objetos de uso pessoal do Presidente, cartas, revistas, livros, etc.

Documentos de Campos Sales
quando Presidente da República.

Uma das evocativas vitrinas com va-
liosos álbuns do ilustre campineiro.

O precioso manuscrito do Imperador da China.

PIRASSUNUNGA

Museu Histórico e Pedagógico "Fernando Costa"

O museu de Pirassununga destaca-se pela sua atividade didático-pedagógica.

Consta de enorme acervo histórico da cidade, documentos e relíquias de Fernando Costa, armas, coleções de jornais, moedas, medalhas, estatuetas, quadros, material indígena recolhido na cachoeira das Emas, peças da Revolução de 32, etc. Instalado provisoriamente no Instituto de Educação, está atualmente sendo transferido para edifício próprio, adquirido para o Museu e a Biblioteca pela Prefeitura e o Lions Club. O Museu já patrocinou 3 cursos de Museologia que reuniram milhares de interessados da região e de outras cidades distantes.

O documentário de arte sacra é dos mais preciosos do museu de Itápolis.

ITÁPOLIS

**Museu Histórico e Pedagógico
"Alexandre de Gusmão"**

Instalado no prédio da Prefeitura o Museu de Itápolis completa a evocação do Tratado das Tordesilhas e o recuo do Meridiano operado pelos paulistas e consolidado pela ação diplomática do grande santista, Alexandre de Gusmão, no século XVIII. A linha do Meridiano de Tordesilhas cortaria o Município de Itápolis. Há, de fato, interessante monumento no jardim público. O Museu contém preciosos originais, históricos do Município, galeria de prefeitos, instrumentos de música, objetos de uso doméstico e ornamentais, louças, fotografias, alfaías, paramentos, moedas nacionais e estrangeiras, roda de fiar, obras de talha, altar-mor, etc., num total de mais de 2.000 peças.

O passado sorocabano está inteiro no acervo do esplêndido Museu de Rafael Tobias de Aguiar.

SÃO VICENTE — SANTOS — BERTIOGA

São Vicente vai abrigar o Museu Histórico e Pedagógico Martim Afonso de Souza, que possui valioso acervo em instalações provisórias além da Ponte Pensil; Santos aguarda a conclusão da restauração do prédio da Cadeia Velha para montar o fabuloso acervo de Francisco de Barros Belo no Museu Histórico dos Andradas e, na Bertioiga o Museu João Ramalho é um mimoso e pitoresco quadro do Brasil de 1.500.

Solenidade inaugural do Curso Museus do Brasil, que reuniu em São Paulo 25 museus brasileiros do Amazonas ao R. G. do Sul.

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Avenida Paulista, 326 - 12.º andar - tel. 31-5495

Pôsto de Informações: Aeroporto de Congonhas

tels. 267-1108 e 267-1242

Rua São Luís, 99 - tel. 37-3693

Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas

Ramal 20

SÃO PAULO — BRASIL

Miniatura de canhão 75 — Museu Militar de S. Paulo.

THE HISTORICAL AND PEDAGOGICAL MUSEUMS OF SÃO PAULO

The historical and pedagogical Museums of São Paulo are being set up all over the state to preserve the historical documentation of the corporation town and develop in each of those specialised in studies connected with the history of S. Paulo and also of Brazil.

They are the result of twelve years of hard work in which economical and material problems had to be overcome.

However historical museums were created in several towns where there was more possibility for their development.

This small album is a collection of the documentation of the museums which are opened at the moment and which can be visited daily. Each museum displays historical and artistic documentation of great interest apart from providing the finality for what they were created, which is — to educate and instruct our children of all age levels and scholastic standards, and provide the people an excellent civic education.

Many cities already have museums, some are being prepared and others which are already opened to the public.

ANEXO C –**Condephaat / Documentos**

CONDEPHAAT/DOCUMENTOS

7

**Solar dos Novaes
Fazenda Boa Vista**

Cruzeiro

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO
Março de 1980**

DOCUMENTOS

No entendimento popular, a palavra "Documento" significa o papel que comprova fatos ou esclarece situações, sendo, portanto, indispensável à compreensão de ocorrências as mais variadas — interessando e qualificando tanto um cidadão isolado na sociedade como esta própria. Nesse sentido, uma construção qualquer também vista como artefato de uma comunidade, pode ser considerada como um "documento" ligado a estágios culturais, a ciclos econômicos, a fases políticas, a períodos históricos e assim por diante.

De início, o CONDEPHAAT tratou de preservar construções, ou "documentos" ímpares caracterizados pela sua representatividade, pelo seu interesse histórico, pela sua antiguidade, pelo seu valor artístico e, quase sempre, pela sua atual excepcionalidade e pelo risco iminente de perda através de ameaças variadas, que iam desde o mau uso até à ameaça de demolição deliberada com base em pretextos mil.

Hoje, o conceito de Patrimônio Cultural, além de outros elementos ligados aos usos, costumes, técnicas e conhecimentos em geral, também arrola e seleciona toda uma outra produção incluindo papéis escritos, fotos, bens móveis e imóveis, isto é, construções, não só as excepcionais ou raras como também aquelas normais do dia-a-dia de uma comunidade, verdadeiros "documentos" sociais, comprovando o "saber" e "fazer" do homem cujo estágio cultural se deseja conhecer e preservar com o fito de guardar sua memória.

A sede da Fazenda Boa Vista, considerada como manifestação
cruzeirense do passado de esplendor regional
Foto arquivo IPHAN.

Solar dos Novaes / Fazenda Boa Vista Cruzeiro

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador: Eng.º Paulo Salim Maluf

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Secretário: Deputado Cunha Bueno

**CONDEPHAAT Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO

Prefeito: João Bastos Soares

Pavimento Superior

— Paredes de pau-a-pique
 = Paredes de alvenaria de tijolo

Escala gráfica 0 1 2 3 4 5 m

Corte A B

0 1 2 3 4 m
 Escala gráfica

SOLAR DOS NOVAES

"Pelo vale do Paraíba e pela garganta do Embaú na Mantiqueira, rumo à região mineira, pelos caminhos do norte, um que por Mogi-Mirim atingia Goiás e outro pela região de Atibaia e Bragança, o sul de Minas, e pelo caminho fluvial do Tietê, que levava ao interior mato-grossense, por essas rotas bandeirantes que convergiam para São Paulo de Piratininga, seguiram as expedições pesquisadoras em busca de lendários tesouros do sertão. Devassaram o interior, abriram caminhos, prepararam a descoberta do ouro a partir do século XVIII, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, expandindo cada vez mais para oeste as terras da América lusitana" (Myriam Ellis — "As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil". "HGC B", SP, DIFEL, Tomo I, 1.º volume, 1976, pág. 214).

Exatamente nessa região, a "boca do funil", por onde se passava para a zona de mineração, estabeleceram-se os primeiros povoadores; esses elementos não ligavam-se diretamente à exploração do minério, mas ao fornecimento de víveres e outros produtos para suprimento dos mineradores. Bento Rodrigues Caldeira, João de Almeida Ferreira e Pedro da Costa Colaço foram os principais entre esses povoadores.

Um dos primeiros núcleos surgidos na região quando da descoberta do ouro em terras de além-Mantiqueira, foi Nossa Senhora da Piedade, já Freguesia em 1718, e que mais tarde constituiria o município de Lorena. Entre Lorena e os pontos mais altos da Mantiqueira há notícias, não confirmadas, da primeira sesmaria que parece ter sido concedida em 1785.

A vida do Embaú, desde os primeiros tempos, ligou-se ao núcleo lorenense. Aquele agrupamento, já em 1781 solicitava provisão para que fosse erguida uma capela sob a invocação de N. S. da Conceição; a provisão foi concedida e a primeira missa

foi celebrada em 1787.

Nos primeiros tempos, a atividade econômica ligava-se à lavoura de subsistência e, em alguns casos, ao abastecimento das áreas de mineração. Em 1846, esse aglomerado tornou-se Freguesia, com o nome de N. S. da Conceição do Embaú. Até aí, seu desenvolvimento foi pouco significativo, conservando-se seu aspecto de aglomerado inicial, em torno da capela.

Quando da criação do Município, com a denominação de N. S. da Conceição do Cruzeiro sua população compunha-se de mais de 4931 habitantes, dos quais 742 eram escravos; comparada numericamente aos 800.000 habitantes da Província de São Paulo, na mesma época, pode-se constatar a pequena densidade demográfica do núcleo cruzeirense.

Com o crescimento da produção cafeeira na região do sul de Minas, as tropas de burros tornaram-se recurso insuficiente para o seu escoamento, e para tanto havia a necessidade de uma adequação no que diz respeito aos transportes; surgiu, então, a necessidade de uma ferrovia para o sul de Minas com início em Cruzeiro, ponto de entroncamento com a Estrada de Ferro Pedro II (Central do Brasil).

O primeiro ensaio do atual núcleo de Cruzeiro, surgiu exatamente nesse ponto de encontro; seu aparecimento coincidiu com a decadência do café na área valeparaibana e portanto esse núcleo pouco conheceu das tropas de burros e da grande lavoura de café.

A ferrovia implantada tornou a região — Distrito de Paz em 1891 e sede do município em 1901 — receptora de outras características que não as da aristocracia cafeeira reinante nas demais áreas.

A história da cidade de Cruzeiro pode ser constatada pesquisando-se os Livros de Registros e Atas, cuidadosamente conservados; esse fato representa um exemplo ímpar às demais regiões do Estado de São Paulo, de preservação do patrimônio cultural.

A FAZENDA BOA VISTA

A região valeparaibana, área ligada a um surto agrícola representado pela cultura do café, viu surgir em torno desse produto um enorme complexo; imensos cafezais, escravaria numerosa, além dos instrumentos para a lavoura, tudo isso propiciava a acumulação de riquezas.

Os fazendeiros enriquecidos nessa época construíram as sedes de suas fazendas como palacetes onde, móveis e objetos de luxo ostentados eram comprados em vários países europeus.

Especialmente em Cruzeiro, as manifestações ligadas ao café foram pouquíssimas; apenas o Major Novaes em sua grande propriedade — Fazenda Boa Vista — plantava e exportava o produto com o nome de "Café Coroa" carimbado nas sacas. Essa fazenda é considerada pelos habitantes da cidade como a "única manifestação cruzeirense do passado de esplendor regional".

Assim, as feições tão conhecidas da aristocracia rural valeparaibana não projetaram influências sobre Cruzeiro, porque a cidade estava em estado embrionário quando a decadência assolou a região.

A sede da Fazenda, um casarão representativo de um período, abrigava durante aniversários ou festas religiosas muitas pessoas em suas diversas dependências: uma grande sala de jantar e de estar com um pequeno oratório embutido; sala de visitas luxuosa contendo o retrato do Major em lugar de destaque e mais uma pequena saleta, possivelmente usada como escritório, onde instalavam-se algumas relíquias ligadas à vida imperial.

Quanto aos dados relacionados com a sua construção, nada existe de concreto. Segundo alguns documentos existentes no Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, as terras dessa região pertenceram inicialmente a Manuel de Moraes Pinto que as vendeu, por volta de 1778, ao Tenente Coronel Henrique

Dias de Vasconcelos; recebendo por herança desse último, sua esposa trocou as terras com Joaquim Ferreira da Silva — primeiro marido de Da. Fortunata Joaquina do Nascimento. Enviuvando, Da. Fortunata casou-se com o Capitão Antonio Dias Telles de Castro, que aumentou a propriedade comprando, de um outro herdeiro, o restante das terras.

Acreditamos, portanto, que realmente a Fazenda Boa Vista tenha passado às mãos do Major Novaes quando de seu casamento com Da. Fortunata.

MAJOR NOVAES

Nascido em Pinheiros (1829-1896), Manuel de Freitas Novaes, filho de Clara de Freitas Silva e de Manuel Novaes da Cruz, salientou-se como figura de projeção ímpar na vida cruzeirense.

Desde jovem mostrou-se exímio comerciante, dedicando-se à compra e venda de tropas de muares; a função de tropeiro valeu-lhe grande conhecimento de toda a região valeparaibana, principalmente dos lados da serra da Mantiqueira.

O Major Novaes casou-se três vezes e do seu segundo casamento, com Da. Fortunata Joaquina do Nascimento (1865), passou a ser proprietário da Fazenda Boa Vista.

Como quase todos os fazendeiros da época, era dedicado à vida política, posicionando-se como ardoroso monarquista, escravocrata e membro do Partido Conservador; presidiu a Câmara Municipal do Embaú de 1883 a 1886.

Homem de muitas posses e ligado estreitamente às lideranças políticas, o Major Novaes, segundo consta, tornou-se amigo do Imperador, tanto que, quando este visitava a região valeparaibana, fazia questão de estender seu percurso à região do Embaú; essa amizade levou o Major até Paris para visitar o Imperador exilado.

As suas propriedades espalharam-se por toda a região aquém-Mantiqueira; logo após a instalação da Estação de Cruzeiro e de avolumar-se

Vista parcial de uma das salas da sede da Fazenda Boa Vista
onde vislumbra-se o luxo e o requinte dos móveis.
Foto arquivo IPHAN.

o núcleo em sua volta, lá por volta de 1890, foi preciso ser assinada a desapropriação de algumas de suas posses para que o povoamento se expandisse sem problemas; esses problemas referem-se à recusa de venda e o preço alto pelo seu arrendamento, efetuadas pelo proprietário — o Major Novaes.

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO

A maioria dos elementos ligados ao passado do município cruzeirense não foram preservados, desaparecendo as representações dos primórdios da cidade, como os prédios que abrigavam a sede da administração central da Estrada de Ferro Minas e Rio e alguns outros.

Os habitantes salvaram a sede da Fazenda Boa Vista e também pediram seu tombamento, o que foi determinado por uma Resolução em setembro de 1969 onde "ficaria tombada a Fazenda Boa Vista como monumento histórico de São Paulo, compreendendo a residência, terrenos circunjacentes que a ambientam e a Capela neles existentes, além de móveis, quadros, utensílios, louças, documentos, alfaia, fotografias, etc..."

Dessa maneira, contando também com objetos de valor, a casa foi transformada no Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, com o objetivo de ser centro irradiador de pesquisas locais e museu vivo da realidade cruzeirense.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João — *Cultura e Opulência do Brasil*, Ed. comentada por Alice Canabralva, SP., Ed. Nacional, 1967.

ELLIS, Myriam — *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, in "HGCB", SP, DIFEL, Tomo I, 1.º volume 1976, pág. 294.

FEDERICI, Hilton — *Cruzeiro, Uma exceção no Vale do Paraíba*, in *Revista de História*, SP, n.º 85, 1971, pág. 215

——— *História de Cruzeiro*, Campinas, Academia Campinense de Letras, n.º 28, 2 volumes, 1974.

GALHANOME, José — *Lorena e o Dr. Arnolfo Azevedo*, São Paulo, Est. Gráfico Cruzeiro do Sul, 1938.

HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Caminhos do Sertão*, in "Revista de História", SP, n.º 57, 1964, pág. 69.

MARQUES, M.E. de Azevedo — *Apontamentos Históricos... Da Província de São Paulo*, SP, Comissão do IV Centenário, Tomo I, 1954.

PETRONE, Maria Tereza Schorer — *O Barão de Iguape*, SP, Ed. Nacional, Brasileira, 1976, pág. 67.

FICHA TÉCNICA

DENOMINAÇÃO:

Solar dos Novaes

LOCALIZAÇÃO:

Município de Cruzeiro

DADOS CRONOLÓGICOS:

Construção: data ignorada — Tombamento: 1969

DADOS TIPOLOGICOS:

Partido típico da arquitetura rural néo-clássica dos primórdios do ciclo cafeeiro, da zona serrana fluminense e "norte" paulista, onde os edifícios residenciais assumem certa monumentabilidade dada a profusão de envasaduras e grandes dimensões do prisma assumido pelo sistema estrutural, que apela, inclusive, desnecessariamente, à solução assobradada.

TÉCNICA CONSTRUTIVA:

Sistema estrutural autônomo de madeira, com os vãos estruturais preenchidos por painéis de taipa de mão. Os esteios, baldrame e vigas e frechais são recobertos, como foi costume na região, por camada de reboco às vezes decorado com ornamentação néo-clássica.

CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS:

Edifício ambientado num parque de frondosas árvores e de canteiros simétricos, tendo havido num dos cantos do pomar antiga capela, destruída por incêndio.

Embora a casa dos Novaes ostentasse o requinte da arquitetura dos áureos tempos do café, não teve ligação direta com essa atividade econômica (arquivo CONDEPHAAT).

APÊNDICE A –**MHP Major Novaes - Conferência de acervo (2020)**

Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes - Conferência de acervo - 2020

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHMPM	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00001	1	00001	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cama entalhada de casal, de uso de D.Pedro II em sua visita a Cruzeiro	mobiliário	Restaurado
00002	2	00002	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Criado mudo com tampo de mármore de carrara	mobiliário	Restaurado
00003	3	00003	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	Restaurado
00004	4	00004	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	
00005	293	00293	NÃO LOCALIZADO		Espriguiçadeira austríaca	mobiliário	
00006	5	00005	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Guarda vestidos	mobiliário	Restaurado
00007	6	00006	LOCALIZADO		Mesinha de toalete com pedra de mármore		
00008	7	00007	LOCALIZADO		Colcha de damoasco francês, cor vermelha	mobiliário	
00009	8	00008	LOCALIZADO		Dunquerque com incrustações de bronze	mobiliário	
00010	9	00009	LOCALIZADO		Dunquerque com incrustações de bronze	mobiliário	
00011	10	00010	LOCALIZADO		Mesa de centro, de madeira trabalhada com tampo de mármore carrara	mobiliário	
00012	11	00011	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Aparador madeira trabalhada com tampo de mármore carrara	mobiliário	Restaurado
00013	12	00012	LOCALIZADO		Aparador madeira trabalhada com tampo de mármore carrara	mobiliário	
00014	13	00013	LOCALIZADO		Espelho belga com moldura dourada	mobiliário	
00015	14	00014	LOCALIZADO		Espelho belga com moldura dourada	mobiliário	
00016	15	00015	LOCALIZADO		Sofá forrado com tecido	mobiliário	
00017	16	00016	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Poltrona estofada com tecido	mobiliário	Restaurado
00018	17	00017	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Poltrona estofada com tecido	mobiliário	Restaurado
00019	18	00018	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira estofada com tecido	mobiliário	Restaurado
00020	19	00019	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira estofada com tecido	mobiliário	Restaurado
00021	20	00020	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira com assento palhinha	mobiliário	Restaurado
00022	21	00021	LOCALIZADO		Cadeira com assento palhinha	mobiliário	
00023	22	00022	LOCALIZADO		Cadeira com assento palhinha	mobiliário	
00024	23	00023	LOCALIZADO		Cadeira de descanso, com capitonê de veludo	mobiliário	
00025	24	00024	LOCALIZADO		Piano Albert Scholmz	Instrumentos musicais	
00026	25	00025	LOCALIZADO		Mocho para piano assento em couro e madeira	mobiliário	
00027	26	00026	LOCALIZADO		Quadro com foto do Dom Pedro II	fotografia emoldurada	
00028	27	00027	LOCALIZADO		Quadro a óleo Major Novaes	artes plásticas	
00029	28	00028	LOCALIZADO		Quadro com foto Dr. Celestino Santos, pai de D.Tita	fotografia emoldurada	
00030	29	00029	LOCALIZADO		Quadro com foto Dona Rosalina Novaes, mãe de D. Tita	fotografia emoldurada	
00031	30	00030	LOCALIZADO		Quadro com foto do casal Virgílio Antunes e Dona Celestina Novaes Antunes	fotografia emoldurada	
00032	31	00031	LOCALIZADO		Quadro com foto de D. Celestina N. Antunes , com fina moldura de bronze	fotografia emoldurada	
00033	32	00032	LOCALIZADO		Quadro com armas do império e foto de Dom Pedro II	artes plásticas	
00034	33	00033	LOCALIZADO		Quadro com foto Dr. Pedro Celestino, avô paterno de D. Tita	fotografia emoldurada	
00035	34	00034	LOCALIZADO		Quadro com foto Dona Maria Angelica Paranhos, avó paterna de D. Tita	fotografia emoldurada	
00036	35	00035	LOCALIZADO		Quadro com foto da Princesa Isabel, do Conde D'Eu e os três filhos do casal	fotografia emoldurada	
00037	36	00036	LOCALIZADO		Quadro com foto dos príncipes D. Pedro, D. Luis, filhos da princesa Isabel	fotografia emoldurada	
00038	37	00037	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto Dona Jesuina Faria, madrinha de D. Tita	fotografia emoldurada	
00039	38	00038	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto Dr. Luis Chaves Faria, padrinho de D. Tita	fotografia emoldurada	
00040	39	00039	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Leque de madrepérola e ouro, pintura a mão, pertencente á mãe de D. Tita	uso pessoal	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00041	40	00040	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Leque de tartaruga	uso pessoal	
00042					Leque com varetas de marfim, em seda pintada (já completamente estragado)	uso pessoal	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00043					Leque chinês em papel (estragado)	uso pessoal	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00044	42	00042	LOCALIZADO		Medalhão com foto Dom Pedro II	outros	
00045	41	00041	LOCALIZADO		Medalhão com foto Princesa Isabel	outros	
00046	43	00043	NÃO LOCALIZADO		Porta-retrato oval	uso doméstico	
00047	44	00044	NÃO LOCALIZADO		Cinzeiro de bronze com imagem de Dom Pedro I	uso doméstico	
00048	45	00045	NÃO LOCALIZADO		Apagador de velas em prata, em prata trabalhado e respectivo prato	uso doméstico	
00049	46	00046	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Vidro com amostra de café "Coroa" em grão	outros	
00050	47	00047	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Vidro com amostra de café em pó	outros	
00051	48	00048	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Xicara de porcelana G.P.L.	uso doméstico	
00052	49	00049	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Xicara de porcelana para caldos	uso doméstico	
00053	50	00050	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Xicara de porcelana tipo pompadour (verde)	uso doméstico	
00054	294	00294	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato de sobremesa azul esverdeado	uso doméstico	
00055					Xicara para café, com pires desaparelhado	uso doméstico	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00056	51	00051	LOCALIZADO		Xicara de porcelana para café sem pires	uso doméstico	
00057	52	00052	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Mantegueira de louça azul e branca com filetes dourado	uso doméstico	
00058	53	00053	LOCALIZADO		Prato limoges com motivo rosas	uso doméstico	
00059	54	00054	LOCALIZADO		Bule em porcelana chinesa rosa com motivos típicos	uso doméstico	
00059	55	00055	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Açucareiro de porcelana chinesa rosa com motivos típicos	uso doméstico	
00059	56	00056	LOCALIZADO		Leiteira de porcelana chinesa rosa com motivos típicos	uso doméstico	
00059	57	00057	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00059	58	00058	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00059	59	00059	LOCALIZADO		Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00059	60	00060	LOCALIZADO		Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00059	61	00061	LOCALIZADO		Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00059	62	00062	LOCALIZADO		Xicara de porcelana chinesa rosa com pires com motivos típicos	uso doméstico	
00060	63	00063	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Estribo de metal trabalhado	outros	
00061	64	00064	NÃO LOCALIZADO		Porta retrato dourado	uso doméstico	
00062	65	00065	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Jarra de porcelana serves	uso doméstico	
00063	66	00066	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Açucareiro louça inglesa, azul escuro	uso doméstico	
00064					Jarra de louça, com motivo holandes Deft (em mau estado)	uso doméstico	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00065	67	00067	LOCALIZADO		Tapete tipo persa	uso doméstico	
00066	68	00068	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Castiçal C.H.F. rosa com motivo de margaridas	uso doméstico	
00067	69	00069	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Matriz chumbo clichê para impresso do café marca "Coroa"	outros	
00068	70	00070	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Matriz chumbo clichê para impresso do café marca "Coroa"	outros	
00069	71	00071	NÃO LOCALIZADO		Album de couro com foto da família Novaes	uso pessoal	
00070	72	00072	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Espada e bainha, guarda de honra Dom Pedro II, pertencente ao Major Novaes	armamentos e munição	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00071	73	00073	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Placa de prata homenagem ao Major Novaes	outros	
00072	74	00074	LOCALIZADO		Busto Major Novaes em terracota datado de 1893	artes plásticas	
00073	75	00075	LOCALIZADO		Estante giratória contendo 24 vol. da Biblioteca Internacional de Obras Célebres	mobiliário	
00073	295	00295	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres I	publicação	
00073	296	00296	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres II	publicação	
00073	297	00297	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres III	publicação	
00073	298	00298	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres IV	publicação	
00073	299	00299	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres V	publicação	
00073	300	00300	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres VI	publicação	
00073	301	00301	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres VII	publicação	
00073	302	00302	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres VIII	publicação	
00073	303	00303	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres IX	publicação	
00073	304	00304	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres X	publicação	
00073	305	00305	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XI	publicação	
00073	306	00306	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XII	publicação	
00073	307	00307	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XIII	publicação	
00073	308	00308	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XIV	publicação	
00073	309	00309	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XV	publicação	
00073	310	00310	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XVI	publicação	
00073	311	00311	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XVII	publicação	
00073	312	00312	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XVIII	publicação	
00073	313	00313	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XIX	publicação	
00073	314	00314	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XX	publicação	
00073	315	00315	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XXI	publicação	
00073	316	00316	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XXII	publicação	
00073	317	00317	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XXIII	publicação	
00073	318	00318	NÃO LOCALIZADO		Livro Bib. Int. Obras Célebres XXIV	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00074	76	00076	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Escrivaninha típica do 2º império 13 gavetas	mobiliário	Restaurado
00075	77	00077	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Tinteiro em metal prateado	uso pessoal	
00076	78	00078	LOCALIZADO		Retrato de Dom Pedro II gravura aceres	artes plásticas	
00077					Bandeira do Império (pano de 0,45 x 0,40)	outros	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00078	79	00079	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto de Dom Pedro II no tunel na divisa estadual São Paulo e Minas	fotografia emoldurada	
00079	80	00080	LOCALIZADO		Quadro com foto do Conde D'Eu e da Princesa Isabel, outografado	fotografia emoldurada	
00080	81	00081	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto de Dona Tita e seus irmãos	fotografia emoldurada	
00081	82	00082	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Jarra de louça azul escura motivo de frutas	uso doméstico	
00082	83	00083	NÃO LOCALIZADO		Poltrona madeira trabalhada com encosto semi-circunferência e assento de palha	mobiliário	
00083	84	00084	LOCALIZADO		Tapete tipo persa	uso doméstico	
00084	85	00085	LOCALIZADO		Quadro tipo medalhão com foto de Manoel de Freitas Novaes, neto de Major	fotografia emoldurada	
00085	86	00086	LOCALIZADO		Quadro com foto da família do Major Novaes	fotografia emoldurada	
00086	87	00087	NÃO LOCALIZADO		Quadro com diploma de medicina do pai de D. Tita		
00087	88	00088	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto da fornatura do pai de D. Tita	fotografia emoldurada	
00088	89	00089	LOCALIZADO		Cama de solteiro com baldaquim	mobiliário	
00089	90	00090	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cama de solteiro com baldaquim	mobiliário	Restaurado
00090	91	00091	NÃO LOCALIZADO		Comada com 04 gavetas	mobiliário	
00091	92	00092	LOCALIZADO		Console em madeira trabalhada com tampo de mármore	mobiliário	
00092	93	00093	LOCALIZADO		Console em madeira trabalhada com tampo de mármore	mobiliário	
00093	94	00094	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto da missa campal	fotografia emoldurada	
00094	95	00095	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto da Santa Casa e terreno doado pela família aos Salesianos	fotografia emoldurada	
00095	96	00096	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto Cruzeiro 1885	fotografia emoldurada	
00096	97	00097	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto Provincia de São Paulo fazenda especial de café	fotografia emoldurada	
00097	98	00098	NÃO LOCALIZADO		Quadro com foto da casa da fazenda 1928	fotografia emoldurada	
00098	99	00099	LOCALIZADO		Aquarela casa de fazenda vilaça 1947	artes plásticas	
00099	100	00100	NÃO LOCALIZADO		Quadro a óleo casa da fazenda	artes plásticas	
00100	101	00101	LOCALIZADO		Toalete estilo colonial	mobiliário	
00101	102	00102	LOCALIZADO		Cama de casal	mobiliário	
00102	103	00103	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Sofá pequeno de encosto circular	mobiliário	Restaurado
00103	104	00104	LOCALIZADO		Mesa de cabeceira 4 colunas torneadas	mobiliário	
00104	105	00105	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Poltrona de encosto circular	mobiliário	Restaurado
00105	106	00106	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Poltrona de encosto circular	mobiliário	Restaurado
00106	107	00107	LOCALIZADO		Comoda com fundo falso com 04 gavetas	mobiliário	
00107	108	00108	LOCALIZADO		Comoda simples	mobiliário	
00108	109	00109	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cama com estrado de tela reforsado	mobiliário	Restaurado
00109	110	00110	LOCALIZADO		Toalete com pedra mármore	mobiliário	
00110	111	00111	LOCALIZADO		Cama de solteiro tipo patente	mobiliário	
00111	112	00112	LOCALIZADO		Cama de solteiro tipo patente	mobiliário	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00112	113	00113	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	
00113	114	00114	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	
00114	115	00115	LOCALIZADO		Comoda com 05 gavetas	mobiliário	
00115	116	00116	LOCALIZADO		Cabide de parede	uso doméstico	
00116	117	00117	LOCALIZADO		Cabide de parede	uso doméstico	
00117	118	00118	LOCALIZADO		Cama de casal	mobiliário	
00118	119	00119	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cofre de aço com chave	outros	
00119	120	00120	NÃO LOCALIZADO		Cadeira de palhinha	mobiliário	
00120	121	00121	NÃO LOCALIZADO		Cadeira de palhinha	mobiliário	
00121	122	00122	LOCALIZADO		Cadeira de balanço	mobiliário	
00122	123	00123	NÃO LOCALIZADO		Cama de solteiro	mobiliário	
00123	124	00124	NÃO LOCALIZADO		Cama de solteiro	mobiliário	
00124	125	00125	LOCALIZADO		Cabide de parede inicio do século	uso doméstico	
00125	126	00126	LOCALIZADO		Comoda com 02 gavetas e 02 gavetões	mobiliário	
00126	127	00127	LOCALIZADO		Mesa de madeira com tampo de mármore 2,10x0,80	mobiliário	
00127	128	00128	NÃO LOCALIZADO		Mesa de madeira com tampo de mármore 0,77x0,95	mobiliário	
00128	129	00129	LOCALIZADO		Filtro de pedra	uso doméstico	
00129	130	00130	LOCALIZADO		Mesa de madeira com tampo de mármore 2,00x1,00	mobiliário	
00130					Floreira de madeira	outros	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00131	131	00131	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Bufê	mobiliário	Restaurado
00132	132	00132	LOCALIZADO		Etajer com tampo de mármore	mobiliário	
00133	133	00133	LOCALIZADO		Mesa redonda com base e 4 pés	mobiliário	
00134	134	00134	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira de balanço de palhinha	mobiliário	Restaurado
00135	135	00135	LOCALIZADO		Cadeira de balanço de palhinha	mobiliário	
00136	136	00136	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Sofá de palhinha estlio medalhão	mobiliário	Restaurado
00137	137	00137	LOCALIZADO		Poltrona de palhinha estilo medalhão	mobiliário	
00138	138	00138	LOCALIZADO		Poltrona de palhinha estilo medalhão	mobiliário	
00139	139	00139	LOCALIZADO		Mesa de jantar 270x1,110	mobiliário	
00140	140	00140	LOCALIZADO		Bufe com 3 corpos	mobiliário	
00141	141	00141	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	Restaurado
00142	142	00142	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00143	143	00143	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00144	144	00144	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00145	145	00145	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00146	146	00146	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00147	147	00147	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00148	148	00148	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00149	149	00149	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00150	150	00150	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00151	151	00151	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00152	152	00152	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de palhinha	mobiliário	
00153	153	00153	NÃO LOCALIZADO		Imagem de Nosso Senhor dos Passos	arte sacra	
00154	154	00154	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem do Menino Jesus em madeira	arte sacra	
00155	155	00155	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem de São José em porcelana	arte sacra	
00156	156	00156	LOCALIZADO		Imagem de Nossa Senhora em porcelana	arte sacra	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00157	157	00157	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem de Santa Rita de Cassia em gesso	arte sacra	
00158	158	00158	LOCALIZADO		Quadro com estampa a descida da cruz	artes plásticas	
00159	159	00159	LOCALIZADO		Quadro sagrada família	artes plásticas	
00160	160	00160	NÃO LOCALIZADO		Quadro com estampa de Santo Antonio Padua	artes plásticas	
00161	161	00161	LOCALIZADO		Quadro benção Papal	outros	
00162	162	00162	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem Imaculada Conceição em madeira	arte sacra	
00163	163	00163	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem Santa Fortunata em madeira com manto de tecido bordado	arte sacra	Deduzido mas tombado; sem manto, sem coroa, sem cruz. Em 17/10/2002 foi realizado um trabalho de higienização e conservação. Segundo Cristiana Cavaterra, restauradora responsável, foi um trabalho voluntário de mínima intervenção.
00164	164	00164	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cálice e patena com estojo forrado	objeto de culto	Deduzido mas tombado.
00165	165	00165	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Divino Espirito Santo em madeira pintado de dourado	objeto de culto	Deduzido mas tombado.
00166	166	00166	NÃO LOCALIZADO		Comada maciça óleo vermelho	mobiliário	
00167	167	00167	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cruz de prata 0,80 cms	objeto de culto	sem anjo
00168	168	00168	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Missal romano edição1895	objeto de culto	
00169	169	00169	LOCALIZADO		Porta-missal	objeto de culto	
00170	170	00170	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Pombinha de prata simbolizando o Espirito Santo	objeto de culto	
00171	171	00171	LOCALIZADO		Castiçal de 0,20 cms	objeto de culto	
00172	172	00172	LOCALIZADO		Imagem São Sebastião em gesso	arte sacra	
00173	173	00173	LOCALIZADO		Imagem Santo Antonio em madeira	arte sacra	
00174	174	00174	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem São Francisco em madeira	arte sacra	
00175	175	00175	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Sino de bronze 0,25 cms	objeto de culto	
00176	176	00176	LOCALIZADO		Quadro com orações liturgicas	outros	
00177	177	00177	LOCALIZADO		Quadro com orações liturgicas	outros	
00178	178	00178	LOCALIZADO		Quadro com orações liturgicas	outros	
00179					4 roupinhas para vestir Menino Jesus	indumentária	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00180	179	00179	NÃO LOCALIZADO		Naveta	objeto de culto	Deduzido mas tombado.
00181	180	00180	LOCALIZADO		Imagem São Judas em Barro	arte sacra	
00182	181	00181	LOCALIZADO		Imagem Sagrado Coração de Jesus em barro	arte sacra	
00183	182	00182	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem Nossa Senhora Aparecida em gesso	arte sacra	
00184	183	00183	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Imagem São João Batista em madeira	arte sacra	há informação sobre restauro pelo Templo das Artes
00185	184	00184	FURTADO		Jogo de copos para licor com bandeja (6 peças)	uso doméstico	
00186	185	00185	FURTADO		Copo de cristal com base metal prateado	uso doméstico	
00187	186	00186	FURTADO		Copo de cristal com base metal prateado	uso doméstico	
00188	187	00187	FURTADO		Copo de cristal com base metal prateado	uso doméstico	
00189	188	00018	FURTADO		Taça de cristal base estavada	uso doméstico	
00190	189	00189	FURTADO		Taça de cristal base estavada	uso doméstico	
00191	190	00190	FURTADO		Taça de cristal base estavada	uso doméstico	
00192	191	00191	FURTADO		Taça de cristal base estavada	uso doméstico	
00193	192	00192	FURTADO		Taça de cristal base estavada	uso doméstico	
00194	193	00193	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo fechado	uso doméstico	
00195	194	00194	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo fechado	uso doméstico	
00196	195	00195	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo fechado	uso doméstico	
00197	196	00196	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo fechado	uso doméstico	
00198	197	00197	FURTADO	LOCALIZADO	Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00199	198	00198	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00200	199	00199	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00201	200	00200	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00202	201	00201	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00203	202	00202	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00204	203	00203	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00205	204	00204	FURTADO		Taça de cristal base redonda bojo aberto	uso doméstico	
00206	205	00205	FURTADO		Copo de cristal para vinho base redonda	uso doméstico	
00207	206	00206	FURTADO		Copo de cristal para vinho base redonda	uso doméstico	
00208	207	00207	FURTADO		Copo de cristal para vinho base redonda	uso doméstico	
00209	208	00208	FURTADO		Copo de cristal para vinho base redonda	uso doméstico	
00210	209	00209	FURTADO		Copo de cristal para vinho base redonda	uso doméstico	
00211	210	00210	FURTADO		Copo de cristal para vinho base sestavada	uso doméstico	
00212	211	00211	FURTADO		Copo de cristal para vinho base sestavada	uso doméstico	
00213	212	00212	FURTADO		Copo de cristal para vinho base sestavada	uso doméstico	
00214	213	02013	FURTADO		Copo de cristal base redonda	uso doméstico	
00215	214	00214	FURTADO		Copo para vinho licoroso verde	uso doméstico	
00216	215	00215	FURTADO		Copo para vinho licoroso conhaque	uso doméstico	
00217	216	00216	FURTADO		Copo para vinho licoroso lilás	uso doméstico	
00218	217	00217	FURTADO		Copo para vinho licoroso rosa	uso doméstico	
00219	218	00218	FURTADO		Copo para vinho licoroso roxo	uso doméstico	
00220					Copo para vinho licoroso azul	uso doméstico	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
00221	219	00219	FURTADO		Copo de cristal para licor verde	uso doméstico	
00222	220	00220	FURTADO		Copo de cristal para licor verde	uso doméstico	
00223	221	00221	FURTADO		Copo de cristal para licor azul	uso doméstico	
00224	222	00222	FURTADO		Copo de cristal para licor amarelo	uso doméstico	
00225	223	00223	FURTADO		Copo de cristal para licor conhaque	uso doméstico	
00226	224	00224	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00227	225	00225	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00228	226	00226	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00229	227	00227	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00230	228	00228	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00231	229	00229	FURTADO		Copo de cristal para agua	uso doméstico	
00232	230	00203	FURTADO	LOCALIZADO	Cristaleira	mobiliário	Restaurado
00233	231	00231	LOCALIZADO		Bacia de louça inglesa com motivos de rosas	uso doméstico	
00234	232	00232	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato fundo louça verde Real Fabrica Bacaven	uso doméstico	
00235	233	00233	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato fundo louça verde Real Fabrica Bacaven	uso doméstico	
00236	234	00234	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato raso louça rosa Late Spode Copeland Carret. Socracte	uso doméstico	
00237	235	00235	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato raso louça rosa Late Spode Copeland Carret. Socracte	uso doméstico	
00238	236	00236	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato travessa azul motivo chinês "Stafforshire"	uso doméstico	
00239	237	00237	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Bule para chá porcelana branca e amarela	uso doméstico	
00240	238	00238	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Bule para café porcelana branca e amarela	uso doméstico	
00241	239	00239	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Açucareiro porcelana branca e amarela	uso doméstico	
00242	240	00240	FURTADO		Bomboniere de vidro azul	uso doméstico	
00243	241	00241	NÃO LOCALIZADO		Castiçal de prata portuguesa	uso doméstico	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00244	242	00242	FURTADO		Bule de metal banhado a prata para café	uso doméstico	
00245	243	00243	FURTADO		Bule de metal banhado a prata para chá	uso doméstico	
00246	244	00244	FURTADO		Leiteira de metal banhado a prata	uso doméstico	
00247	245	00245	FURTADO		Açucareiro de metal banhado a prata	uso doméstico	
00248	246	00246	FURTADO		Chocolateira de metal banhado a prata	uso doméstico	
00249					Leiteira de louça inglesa (motivo chinês em mau estado)	uso doméstico	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00250	247	00247	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Concha madreperola motivo de banhista	uso doméstico	
00251	248	00248	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato de louça raso azul com pássaro	uso doméstico	
00252	249	00249	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato de louça redondo azul com motivo de castelo "Enoch Woods England"	uso doméstico	
00253	250	00250	LOCALIZADO		Prato-travessa branco com motivo azul e cinza Indiano	uso doméstico	
00254	251	00251	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato de louça branco com motivos dourados e em cores Parreck England	uso doméstico	
00255	252	00252	NÃO LOCALIZADO		Relógio tipo carrilhão estilo armário	mobiliário	
00256	253	00253	NÃO LOCALIZADO		Prato-travessa oval lilás	uso doméstico	
00257	254	00254	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato azul São Caetano	uso doméstico	
00258					Prato raso azul louça inglesa	uso doméstico	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00259	255	00255	NÃO LOCALIZADO		Prato raso azul louça inglesa	uso doméstico	
00260	256	00256	NÃO LOCALIZADO		Prato fundo azul louça inglesa	uso doméstico	
00261	257	00257	NÃO LOCALIZADO		Prato fundo azul louça inglesa	uso doméstico	
00262	258	00258	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato fundo azul louça Staforsshire	uso doméstico	
00263	259	00259	LOCALIZADO		Prato raso azul louça Staforsshire	uso doméstico	
00264	260	00260	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato raso azul louça Staforsshire	uso doméstico	
00265	261	00261	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato-travessa oval azul louça inglesa	uso doméstico	
00266	262	00262	LOCALIZADO		Prato-travessa oitavada azul louça inglesa	uso doméstico	
00267	263	00263	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Prato travessa oval azul louça Staforsshire	uso doméstico	
00268	264	00264	LOCALIZADO		Prato travessa oval azul louça Staforsshire	uso doméstico	
00269					Mesa de jantar	mobiliário	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00270	265	00265	NÃO LOCALIZADO		Mesa toska	mobiliário	
00271	266	00266	LOCALIZADO		Barco de madeira feito para os filhos de D. Pedro II	veículo	
00272					Armário grande de madeira	mobiliário	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00273					Cadeira comum, austríaca, em mau estado	mobiliário	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00274					Mesinha de toalete, faltando a parte de cima	mobiliário	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00275					Cabide de pé	uso doméstico	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983
00276					Mesa toska	mobiliário	Lista de peças não patrimonizadas, relatório de 01/02/1983

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
00277	267	00267	NÃO LOCALIZADO		Espelho belga com moldura dourada	mobiliário	Levado para restauro na empresa Vitruvium Arte & Restaurações em 23/04/2004. Documento no arquivo do MMN, assinado pelo Coordenador do Museu Vicente Vale e por Geral Sanguinetti suposto responsável pelo restauro.
00278	268	00268	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	
00279	269	00269	LOCALIZADO		Cadeira com assento e encosto de couro	mobiliário	
00280	319	00319	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Caldeirinha de água benta	objeto de culto	
00281	320	00320	LOCALIZADO		Quadro com foto Cel. Francisco Paula Novaes	fotografia emoldurada	
00282	321	00321	LOCALIZADO		Quadro com foto Anna Romeu Novaes	fotografia emoldurada	
00283	323	00323	LOCALIZADO		Quadro com foto Lucia Romeu Novaes de Luca	fotografia emoldurada	
00284	322	00322	LOCALIZADO		Quadro com foto Antonio de Luca	fotografia emoldurada	
00285	324	00324	LOCALIZADO		Painel com vista da fazenda novembro 1976	fotografia	
00286	325	00325	NÃO LOCALIZADO		Quadro com carta Prefeito Eurico P. Pena, 1934	outros	
00287	326	00326	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Concha madreperola com motivo de pesca	uso doméstico	
00288	327	00327	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Matriz de chumbo do clichê café marca "Coroa"	outros	
s/nº					Maçaneta de cristal com braço do Império	outros	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
s/nº	270	00270	NÃO LOCALIZADO		Maçaneta de cristal com braço do Império	outros	
s/nº	271	00271	NÃO LOCALIZADO		Maçaneta de cristal com braço do Império	outros	
s/nº	272	00272	NÃO LOCALIZADO		Maçaneta de cristal com braço do Império	outros	
s/nº	273	00273	NÃO LOCALIZADO		Lustre de madeira		
s/nº	274	00274	NÃO LOCALIZADO		Lustre de madeira		
s/nº	275	00275	LOCALIZADO		Lustre de vidro		Está em exposição uma peça pertencente ao lustre
s/nº	276	00276	LOCALIZADO		Altar de madeira	objeto de culto	
s/nº	277	00277	NÃO LOCALIZADO		Paramento adamascado verde e roxo	indumentária	
s/nº	278	00278	LOCALIZADO		Paramento adamascado branco e dourado	indumentária	
s/nº	279	00279	LOCALIZADO		Paramento adamascado vermelho corte quadrado	indumentária	
s/nº	280	00280	LOCALIZADO		Paramento adamascado preto	indumentária	
s/nº	281	00281	LOCALIZADO		Paramento adamascado vermelho	indumentária	
s/nº	282	00282	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Paramento adamascado verde	indumentária	
s/nº	283	00283	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Paramento adamascado branco com vermelho	indumentária	
s/nº	284	00284	LOCALIZADO		Paramento adamascado vermelho com dourado	indumentária	
s/nº	285	00285	NÃO LOCALIZADO		Paramento adamascado vermelho quadrado	indumentária	
s/nº	286	00286	NÃO LOCALIZADO		Cortina de Pano	uso doméstico	
s/nº	287	00287	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	
s/nº	288	00288	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	
s/nº	289	00289	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
s/nº	290	00290	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	
s/nº	291	00291	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	
s/nº	292	00292	NÃO LOCALIZADO		Bando	uso doméstico	
s/nº					Comoda de cedro (faltando a gaveta)	mobiliário	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
s/nº					Tapete	uso doméstico	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
s/nº					Estribo grande de latão	outros	Lista de peças não patrimoniadas, relatório de 01/02/1983
	328	00328	LOCALIZADO		Pedra d'ara	outros	
	329	00329	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Estribo de couro	outros	
	330	00330	LOCALIZADO		Brazão Congresso Eucarístico, 1936	outros	
	331	00331	LOCALIZADO		Cabide de parede quarto D. Tita	uso doméstico	
	332	00332	LOCALIZADO		Cabide de parede quarto das donzelas	uso doméstico	
	333	00333	LOCALIZADO		Cabide de parede dispensa	uso doméstico	
	334	00334	NÃO LOCALIZADO		Quadro a óleo Tok tok Dotymo M.	artes plásticas	
	335	00335	NÃO LOCALIZADO		Quadro com título de nomeação Major Novaes	outros	
	336	00336	NÃO LOCALIZADO		Revista Ilustração Brasileira dezembro 1938	publicação	
	337	00337	NÃO LOCALIZADO		Revista Ilustração Brasileira janeiro 1939	publicação	
	338	00338	NÃO LOCALIZADO		Revista Ilustração Brasileira março 1939	publicação	
	339	00339	NÃO LOCALIZADO		Revista Municipalidades brasileiras março 1951	publicação	
	340	00340	LOCALIZADO		Revista Municipalidades brasileiras março 1951	publicação	
	341	00341	LOCALIZADO		Revista Municipalidades brasileiras março 1951	publicação	
	342	00342	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista E.P.B. julho 1973	publicação	
	343	00343	NÃO LOCALIZADO		Revista E.P.B. julho 1973	publicação	
	344	00344	LOCALIZADO		Revista Frigidaire em foco março 1959	publicação	
	345	00345	LOCALIZADO		Revista REFASA 1969	publicação	
	346	00346	LOCALIZADO		Revista Do Café e Açúcar 1951	publicação	
	347	00347	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades maio 1944	publicação	
	348	00348	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades junho 1944	publicação	
	349	00349	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades junho 1944	publicação	
	350	00350	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades setembro 1944	publicação	
	351	00351	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista variedades setembro 1944	publicação	
	352	00352	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades fevereiro 1945	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	353	00353	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades março 1945	publicação	
	354	00354	NÃO LOCALIZADO		Revista variedades julho 1945	publicação	
	355	00355	NÃO LOCALIZADO		Revista Cruzeiro Futebol Clube XXº aniversario	publicação	
	356	00356	LOCALIZADO		Revista Chrysalida setembro 1904	publicação	
	357	00357	NÃO LOCALIZADO		Revista Chrysalida outubro 1904	publicação	
	358	00358	NÃO LOCALIZADO		Revista Chrysalida novembro 1904	publicação	
	359	00359	LOCALIZADO		Revista Jubileu de prata C. S. São Manuel Lavrinhas	publicação	
	360	00360	NÃO LOCALIZADO		Revista Investigação Histórica geográfica sobre Cruzeiro	publicação	
	361	00361	LOCALIZADO		Revista Investigação Histórica geográfica sobre Cruzeiro 1935	publicação	
	362	00362	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cad. Economia industrial nº 10 - 1952	publicação	
	363	00363	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cad. Economia industrial nº 23 - 1954	publicação	
	364	00364	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Cad. Economia industrial nº 24 - 1956	publicação	
	365	00365	LOCALIZADO		Revista Alvorada nº 27 outubro 1960	publicação	
	366	00366	LOCALIZADO		Revista Alvorada nº 27 outubro 1960	publicação	
	367	00367	NÃO LOCALIZADO		Revista Alvorada nº 27 outubro 1960	publicação	
	368	00368	LOCALIZADO		Revista Decadência do café numa comunidade Vale paraibana	publicação	
	369	00369	LOCALIZADO		Revista História da Imprensa em Guaratinguetá	publicação	
	370	00370	LOCALIZADO		Revista Faculdade Salesiana nº 25 - 1976	publicação	
	371	00371	LOCALIZADO		Revista Esboço histórico de Cruzeiro - 1937	publicação	
	372	00372	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Tradição janeiro/fevereiro 1948	publicação	
	373	00373	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista O nome de Cruzeiro março 1975	publicação	
	374	00374	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista O nome de Cruzeiro março 1975	publicação	
	375	00375	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Cruzeiro uma excessão no vale do Paraíba	publicação	
	376	00376	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Cruzeiro uma excessão no vale do Paraíba	publicação	
	377	00377	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Patéo do Colégio ainda e sempre	publicação	
	378	00378	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Folcloristas Brasileiros 1975	publicação	
	379	00379	LOCALIZADO		Revista Biografia de Bandeirantes 1936	publicação	
	380	00380	LOCALIZADO		Revista Bancária - outubro 1964	publicação	
	381	00381	NÃO LOCALIZADO		Caderno da 3ª idade	publicação	
	382	00382	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Caderno da 3ª idade	publicação	
	383	00383	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Caderno da 3ª idade	publicação	
	384	00384	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Caderno da 3ª idade	publicação	
	385	00385	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Caderno da 3ª idade	publicação	
	386	00386	NÃO LOCALIZADO		Caderno da 3ª idade	publicação	
	387	00387	NÃO LOCALIZADO		Revista Comemorativa 50ª da E.E.P.G. Dr. Oswaldo Cruz	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	388	00388	NÃO LOCALIZADO		Revista em campo futebol e cultura agosto/82	publicação	
	389	00389	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista em campo futebol e cultura agosto/82	publicação	
	390	00390	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista em campo futebol e cultura agosto/82	publicação	
	391	00391	NÃO LOCALIZADO		Revista São Paulo cultura setembro/82	publicação	
	392	00392	NÃO LOCALIZADO		Revista Duas visitas de D. Pedro II ao sul de Minas	publicação	
	393	00393	NÃO LOCALIZADO		Revista Duas visitas de D. Pedro II ao sul de Minas	publicação	
	394	00394	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Cruzeiro um exemplo de urbanização no vale Paraíba	publicação	
	395	00395	LOCALIZADO		Revista Cruzeiro um exemplo de urbanização no vale Paraíba	publicação	
	396	00396	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista silveiras I memória e vida 1979	publicação	
	397	00397	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista imigração e colonização alemã no Brasil	publicação	
	398	00398	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Conselho Nacional do Trabalho outubro 1929	publicação	
	399	00399	LOCALIZADO		Revista Conselho Nacional do Trabalho novembro 1930	publicação	
	400	00400	LOCALIZADO		Revista A revolução de São Paulo 1932	publicação	
	401	00401	LOCALIZADO		Catálogo Comemorativo dos 50º Estrada de Ferro Sul Minas 1934	publicação	
	402	00402	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Catálogo Comemorativo dos 50º Estrada de Ferro Sul Minas 1934	publicação	
	403	00403	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista diálogo nº 3 1978	publicação	
	404	00404	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Dionysios dezembro 1957	publicação	
	405	00405	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Dionysios dezembro 1959	publicação	
	406	00406	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Dionysios 1960	publicação	
	407	00407	LOCALIZADO		Revista Curso de História	publicação	
	408	00408	NÃO LOCALIZADO		Revista cruzeiro 60º aniversario outubro/1961	publicação	
	409	00409	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista lei da imprensa 1961	publicação	
	410	00410	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Const. dos E.U. do Brasil 1950	publicação	
	411	00411	NÃO LOCALIZADO		Revista regimento interno da camara municipal de Cruzeiro	publicação	
	412	00412	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Prefeitura Municipal de Cruzeiro lei nº 68/1950	publicação	
	413	00413	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Revista Relat6ria da C6mara Municipal de Cruzeiro/72	publicação	
	414	00414	LOCALIZADO		Ex. Geografia da provincia de S6o Paulo - 1875	publicação	
	415	00415	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Ex. Projeto Estatutos Cia Med. Agr6cola - 1890	publicação	
	416	00416	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Notas sobre S6o Jos6 do Itamonte	publicação	
	417	00417	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Ex. these inaugural Rosalvo Celestino 1914	publicação	
	418	00418	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Ex. Manual pr6tico formul6rio a6ça e divisas de demarca6ça6 de terras 1887	documento textual	
	419	00419	LOCALIZADO		Livro A Rede Mineira de Via6ça6 1939	documento textual	
	420	00420	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Ex. A Colonia Brasileira utilidade da col6niza6ça6 dos filhos do Pa6s 1877	documento textual	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	421	00421	LOCALIZADO		Ex. Reforma judiciária 1872	documento textual	
	422	00422	LOCALIZADO		Coleção documentos congresso agrícola 1878	documento textual	
	423	00423	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Ex. Regulamento das ações de divisão e demarcação de terras particulares	documento textual	
	424	00424	LOCALIZADO		Ex. Colonia Nacional de Major Novaes 1882	documento textual	
	425	00425	LOCALIZADO		Livro Tribunal de Justiça de São Paulo 1893	publicação	
	426	00426	NÃO LOCALIZADO		Ex. ação tribunal da justiça de São Paulo	documento textual	
	427	00427	NÃO LOCALIZADO		Ex. ação tribunal da justiça de São Paulo 1893	documento textual	
	428	00428	NÃO LOCALIZADO		Ex. ação de apelação Major Novaes - apelação Tesouro do Estado	documento textual	
	429	00429	NÃO LOCALIZADO		Apelação cível nº 1853 ano 1890	documento textual	
	430	00430	NÃO LOCALIZADO		Apelação cível nº 1853 ano 1890	documento textual	
	431	00431	LOCALIZADO		Apelação cível nº 0884 ano 1883	documento textual	
	432	00432	LOCALIZADO		Apelação cível nº 0884 ano 1883	documento textual	
	433	00433	LOCALIZADO		Apelação cível nº 0774 ano 1882	documento textual	
	434	00434	NÃO LOCALIZADO		Horário Trem especial 15/11/1886	documento textual	
	435	00435	NÃO LOCALIZADO		Horário trem especial corte a desengano 1886	documento textual	
	436	00436	NÃO LOCALIZADO		Horário trem especial cachoeira a desengano 1886	documento textual	
	437	00437	NÃO LOCALIZADO		Horário trem especial	documento textual	
	438	00438	LOCALIZADO		Vol. Missa de réquiem D. Lino Deodato 1894	publicação	
	439	00439	LOCALIZADO		Vol. Correio Imperial 06/03/1888 - 15/07/1888	publicação	
	440	00044	NÃO LOCALIZADO		Vol. Exéquias Saldanha da Gama 1895 (40)	publicação	
	441	00441	NÃO LOCALIZADO		Vol. Impresso café Brasileiro Coroa (50)	publicação	
	442	00442	NÃO LOCALIZADO		Título Soc. Hon. Inst. Literato Luizense 1877	documento textual	
	443	00443	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Diploma associação prom. Da instrução pe Major Novaes	documento textual	
	444	00444	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Diploma centro lavoura e comércio 1883	documento textual	
	445	00445	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Convite Soc. Nacional de Agricultura para Major Novaes	documento textual	
	446	00446	NÃO LOCALIZADO		Jornal Correio Assu 1888	publicação	
	447	00447	LOCALIZADO		Cópia certidão de casamento Major Novaes 1912	documento textual	
	448	00448	NÃO LOCALIZADO		Mensagem D. Pedro Henrique aos amigos	documento textual	
	449	00449	LOCALIZADO		Livro Sangue da Nação - 1934	publicação	
	450	00450	LOCALIZADO		Livro Vida de São Francisco de Assis 1925	publicação	
	451	00451	LOCALIZADO		Livro Os Gama de Prado 1942	publicação	
	452	00452	LOCALIZADO		Livro Dom Bosco 1913	publicação	
	453	00453	LOCALIZADO		Livro Santa Isabel da Húgria 1952	publicação	
	454	00454	LOCALIZADO		Livro O Conde Moreira Lima 1942	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	455	00455	LOCALIZADO		Livro O túmulo nº 4 1947	publicação	
	456	00456	LOCALIZADO		Livro O talismã 1946	publicação	
	457	00457	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro São Paulo apóstolo 1943	publicação	
	458	00458	LOCALIZADO		Livro O homem e a economia 1945	publicação	
	459	00459	LOCALIZADO		Livro Conhecente pela psicanálise 1932	publicação	
	460	00460	LOCALIZADO		Livro As viagens de Tom Sawyer 1934	publicação	
	461	00461	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Um rio imita o reno 1939	publicação	
	462	00462	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro O homem que não era ninguém 1939	publicação	
	463	00463	LOCALIZADO		Livro Figuras do imperio e outros ensaios	publicação	
	464	00464	LOCALIZADO		Livro A retirada da laguna	publicação	
	465	00465	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Razão e sentimento 1944	publicação	
	466	00466	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Crepúsculos 1934	publicação	
	467	00467	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Rastos luminosos 1935	publicação	
	468	00468	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Maria perigosa 1939	publicação	
	469	00469	LOCALIZADO		Livro A revolução paulista 1932	publicação	
	470	00470	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro A reconquista	publicação	
	471	00471	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro A Abadessa de Castro 1942	publicação	
	472	00472	LOCALIZADO		Livro Educador e apóstulo 1939	publicação	
	473	00473	LOCALIZADO		Livro A marge do Tibagi 1930	publicação	
	474	00474	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro O manuscrito materno	publicação	
	475	00475	LOCALIZADO		Livro Nós e ditadura 1933	publicação	
	476	00476	LOCALIZADO		Livro O apósto São Paulo 1936	publicação	
	477	00477	LOCALIZADO		Livro O estado autoritário e a realidade Nacional 1938	publicação	
	478	00478	LOCALIZADO		Livro A criação e o creador	publicação	
	479	00479	LOCALIZADO		Livro Acuso 1933	publicação	
	480	00480	LOCALIZADO		Livro Verdades da revolução paulista	publicação	
	481	00481	LOCALIZADO		Livro A vida de Carlos Gomes 1936	publicação	
	482	00482	LOCALIZADO		Livro Confederação ou separação	publicação	
	483	00483	LOCALIZADO		Livro Gama Rodrigues 1962	publicação	
	484	00484	LOCALIZADO		Livro Gama Rodrigues 1962	publicação	
	485	00485	LOCALIZADO		Livro Gama Rodrigues 1962	publicação	
	486	00486	LOCALIZADO		Livro Gama Rodrigues 1962	publicação	
	487	00487	LOCALIZADO		Livro Gama Rodrigues 1962	publicação	
	488	00488	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	489	00489	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	490	00490	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	491	00491	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	492	00492	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	493	00493	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	494	00494	LOCALIZADO		Livro Gens Lorenensis 1956	publicação	
	495	00495	LOCALIZADO		Livro Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaretinguetá	publicação	
	496	00496	LOCALIZADO		Livro Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaretinguetá	publicação	
	497	00497	LOCALIZADO		Livro Biografia afro-brasileira 1976	publicação	
	498	00498	LOCALIZADO		Livro Euclides da Cunha engenheiro de obras públicas do Estado de São Paulo	publicação	
	499	00499	LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro Subsídios para história de Lambari 1970	publicação	
	500	00500	LOCALIZADO		Livro As ruas de Lambari 1970	publicação	
	501	00501	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro História de Cruzeiro 1974	publicação	Há 4 cópias do mesmo livro

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	502	00502	LOCALIZADO		Livro A terra campineira 1972	publicação	
	503	00503	LOCALIZADO		Livro Elementos de museologia vol. 3	publicação	
	504	00504	LOCALIZADO		Livro Elementos de museologia vol. 3	publicação	
	505	00505	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro síntese da história de Cruzeiro 1951	publicação	Há 7 cópias do mesmo livro
	506	00506	NÃO LOCALIZADO		Livro Castro Alves de todos nós 1976	publicação	
	507	00507	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro detetives por acaso 1976	publicação	
	508	00508	NÃO LOCALIZADO		Livro a filha do Inca 1980	publicação	
	509	00509	NÃO LOCALIZADO		Livro de Anchieta a Euclides 1977	publicação	
	510	00510	NÃO LOCALIZADO		Livro nordeste pitoresco e engraçado	publicação	
	511	00511	NÃO LOCALIZADO		Livro vestido amarelo 1971	publicação	
	512	00512	NÃO LOCALIZADO		Livro velhice uma questão social 1982	publicação	
	513	00513	NÃO LOCALIZADO		Livro a história de Cruzeiro vol. 1 - 1978	publicação	
	514	00514	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro atas da câmara municipal de Cruzeiro 1979	publicação	
	515	00515	NÃO LOCALIZADO	LOCALIZADO	Livro antologia da poesia cruzeirense 1961	publicação	
	516	00516	NÃO LOCALIZADO		Livro arte plásticas na semana de 22 - 1970	publicação	
	517	00517	NÃO LOCALIZADO		Livro princípios de ad. Científica 1960	publicação	
	518	00518	NÃO LOCALIZADO		Livro evocações da vida 1976	publicação	
	519	00519	LOCALIZADO		Carta do Sr. Carlos Campos para o Major (original)	documento textual	
	520	00520	LOCALIZADO		Fotocópia carta apres. Engenheiro Herbert Hunt		
	521	00512	LOCALIZADO		Fotocópia convite da corte 1885		
	522	00522	LOCALIZADO		Carta resposta concorrência Pública, arrendamento da plataforma da estação	documento textual	
	523	00523	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta de Pouso Alto nº 2 - 10/12/1882	publicação	
	524	00524	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta de Pouso Alto nº 5 - 13/01/1884	publicação	
	525	00525	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 352 - 11/05/1890	publicação	
	526	00526	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 550 - 04/03/1894	publicação	
	527	00527	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 550 - 04/03/1894	publicação	
	528	00528	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 550 - 04/03/1894	publicação	
	529	00529	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 550 - 04/03/1894	publicação	
	530	00530	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 577 - 09/09/1894	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	531	00531	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 577 - 09/09/1894	publicação	
	532	00532	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 577 - 09/09/1894	publicação	
	533	00533	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 577 - 09/09/1894	publicação	
	534	00534	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 586 - 11/11/1894	publicação	
	535	00535	NÃO LOCALIZADO		Jornal Igualdade Pouso Alto nº 50 - 05/12/1895	publicação	
	536	00536	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 643 - 14/12/1895	publicação	
	537	00537	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 663 - 02/05/1896	publicação	
	538	00538	NÃO LOCALIZADO		Jornal Gazeta da Bocaina nº 667 - 30/05/1896	publicação	
	539	00539	NÃO LOCALIZADO		Jornal Folha do Povo nº 106 - 28/05/1908	publicação	
	540	00540	NÃO LOCALIZADO		Jornal Folha de Cruzeiro nº 30 - 04/12/1948	publicação	
	541	00541	LOCALIZADO		Jornal Rio de Janeiro nº 13022 - 17/11/1963	publicação	
	542	00542	LOCALIZADO		Jornal Rio de Janeiro nº 13022 - 17/11/1963	publicação	
	543	00543	NÃO LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 121 - nov/1968	publicação	
	544	00544	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 121 - nov/1968	publicação	
	545	00545	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	546	00546	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	547	00547	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	548	00548	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	549	00549	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	550	00550	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	551	00551	LOCALIZADO		Jornal Inpresa Legislativa nº 122 - nov/1969	publicação	
	552	00552	NÃO LOCALIZADO		Foto da inauguração ponte sobre o Paraiba	fotografia	
	553	00553	NÃO LOCALIZADO		Foto Major Novaes 1880	fotografia	
	554	00554	NÃO LOCALIZADO		Foto 1ª locomotiva 31/07/1923	fotografia	
	555	00555	NÃO LOCALIZADO		Foto locomotiva na oficina R.M.V.	fotografia	
	556	00556	NÃO LOCALIZADO		Foto fazenda em época de reforma	fotografia	
	557	00557	NÃO LOCALIZADO		Foto jardim da fazenda	fotografia	
	558	00558	LOCALIZADO		Foto Major Novaes	fotografia	
	559	00559	NÃO LOCALIZADO		Foto fazenda bem antiga	fotografia	
	560	00560	LOCALIZADO		Foto portão entrada da fazenda	fotografia	
	561	00561	NÃO LOCALIZADO		Foto jardim da fazenda	fotografia	
	562	00562	LOCALIZADO		Foto casal Virgilio Antunes e D. Tita	fotografia	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	563	00563	NÃO LOCALIZADO		Foto pic-nic no jaboticabal	fotografia	
	564	00564	LOCALIZADO		Foto D. Tita no jaboticabal	fotografia	
	565	00565	NÃO LOCALIZADO		Foto bloco carnavalesco	fotografia	
	566	00566	NÃO LOCALIZADO		Foto jaboticabal	fotografia	
	567	00567	LOCALIZADO		Foto quintal perto do curral	fotografia	
	568	00568	LOCALIZADO		Foto quintal entrada da horta	fotografia	
	569	00569	LOCALIZADO		Foto quintal entrada da horta	fotografia	
	570	00570	LOCALIZADO		Foto jardim com vista par o paraiba	fotografia	
	571	00571	LOCALIZADO		Foto quintal lado da horta	fotografia	
	572	00572	LOCALIZADO		Foto D. Tita Sr. Virgilio	fotografia	
	573	00573	NÃO LOCALIZADO		Foto Major Novaes e Eva Ferraz	fotografia	
	574	00574	LOCALIZADO		Foto ponte sobre o Rio Verde	fotografia	
	575	00575	LOCALIZADO		Foto tunel lado pedra branca	fotografia	
	576	00576	LOCALIZADO		Foto tunel de Minas lado de Cruzeiro Km. 6	fotografia	
	577	00577	LOCALIZADO		Foto tunel grande divisa de Minas	fotografia	
	578	00578	LOCALIZADO		Foto ponte sobre o rio verde	fotografia	
	579	00579	LOCALIZADO		Foto entrada da fazenda	fotografia	
	580	00580	LOCALIZADO		Foto D. Tita na sala de jantar	fotografia	
	581	00581	LOCALIZADO		Foto estação de Passa Quatro	fotografia	
	582	00582	LOCALIZADO		Foto desfile na rua 4 (escola)	fotografia	
	583	00583	LOCALIZADO		Foto desfile na rua 4 (banda de música)	fotografia	
	584	00584	LOCALIZADO		Foto desfile na rua 4 misto	fotografia	
	585	00585	LOCALIZADO		Foto desfile na rua 4 feminino	fotografia	
	586	00586	LOCALIZADO		Foto concentração praça 9 de julho	fotografia	
	587	00587	LOCALIZADO		Foto concentração praça 9 de julho	fotografia	
	588	00588	LOCALIZADO		Foto caminho entrada da fazenda	fotografia	
	589	00589	LOCALIZADO		Foto sessão da câmara municipal	fotografia	
	590	00590	LOCALIZADO		Foto trecho Av. Major Novaes	fotografia	
	591	00591	LOCALIZADO		Foto trecho rua 2	fotografia	
	592	00592	NÃO LOCALIZADO		Foto trecho Av. Major Hermorgenes	fotografia	
	593	00593	LOCALIZADO		Foto antigo prédio do correio	fotografia	
	594	00594	LOCALIZADO		Foto Sr. Virgilio e D. Tita	fotografia	
	595	00595	LOCALIZADO		Foto pais Sr. Virgilio e irmãos	fotografia	
	596	00596	NÃO LOCALIZADO		Foto pais Sr. Virgilio e família	fotografia	
	597	00597	NÃO LOCALIZADO		Foto trecho rua 3 perto da praça	fotografia	
	598	00598	NÃO LOCALIZADO		Foto trecho rua 4 perto da praça	fotografia	
	599	00599	LOCALIZADO		Foto oficinas da rede mineira	fotografia	
	600	00600	LOCALIZADO		Foto missa para alma Pedro II - 10/01/1892	fotografia	
	601	00601	NÃO LOCALIZADO		Foto altar para missa exéquias	fotografia	
	602	00602	LOCALIZADO		Ex. jornal o momento 22/01/32 a 10/12	publicação	
	603	00603	LOCALIZADO		Ex. jornal o cruzeirense	publicação	
	604	00604	LOCALIZADO		Ex. jornal o cruzeiro	publicação	
	605	00605	LOCALIZADO		Ex. jornal o cruzeiro jornal	publicação	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	606	00606	LOCALIZADO		Ex. jornal folha de cruzeiro	publicação	
	607	00607	LOCALIZADO		Ex. jornal o cruzeiro nº 342 a 379	publicação	
	608	00608	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 pennig 1950 Alemanha	numismática e medalhística	
	609	00609	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 pennig 1971 Alemanha	numismática e medalhística	
	610	00610	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 cents 1953 Argentina	numismática e medalhística	
	611	00611	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 cents 1955 Argentina	numismática e medalhística	
	612	00612	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 cents 1956 Argentina	numismática e medalhística	
	613	00613	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1957 Argentina	numismática e medalhística	
	614	00614	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1975 Argentina	numismática e medalhística	
	615	00615	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1975 Argentina	numismática e medalhística	
	616	00616	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1975 Argentina	numismática e medalhística	
	617	00617	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1975 Argentina	numismática e medalhística	
	618	00618	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1976 Argentina	numismática e medalhística	
	619	00619	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1976 Argentina	numismática e medalhística	
	620	00620	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 peso 1976 Argentina	numismática e medalhística	
	621	00621	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 peso 1976 Argentina	numismática e medalhística	
	622	00622	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 peso 1977 Argentina	numismática e medalhística	
	623	00623	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 peso 1977 Argentina	numismática e medalhística	
	624	00624	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 franco 1970 Belgica	numismática e medalhística	
	625	00625	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 pesos 1977 Colombia	numismática e medalhística	
	626	00626	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 pesseta 1953 Espenha	numismática e medalhística	
	627	00627	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 passeta 1966 Espanha	numismática e medalhística	
	628	00628	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 passeta 1966 Espanha	numismática e medalhística	
	629	00629	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 passeta 1957 Espanha	numismática e medalhística	
	630	00630	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 passeta 1957 Espanha	numismática e medalhística	
	631	00631	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 passeta 1957 Espanha	numismática e medalhística	
	632	00632	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cent. 1958 U.S.A .	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	633	00633	NÃO LOCALIZADO		Moeda half dollar 1971 U.S.A .	numismática e medalhística	
	634	00634	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 francos 1871 França	numismática e medalhística	
	635	00635	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 francos 1949 França	numismática e medalhística	
	636	00636	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 francos 1953 França	numismática e medalhística	
	637	00637	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 franco 1961 França	numismática e medalhística	
	638	00638	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 franco 1965 França	numismática e medalhística	
	639	00639	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 cents. 1967 França	numismática e medalhística	
	640	00640	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 cents. 1968 França	numismática e medalhística	
	641	00641	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 cents. 1950 Holanda	numismática e medalhística	
	642	00642	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 G. 1958 Holanda	numismática e medalhística	
	643	00643	NÃO LOCALIZADO		Moeda 25 cents. 1961 Holanda	numismática e medalhística	
	644	00644	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 cents. 1970 Holanda	numismática e medalhística	
	645	00645	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 rupiah 1970 Indonésia	numismática e medalhística	
	646	00646	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 rupiah 1971 Indonésia	numismática e medalhística	
	647	00647	NÃO LOCALIZADO		Moeda half penny 1965 Inglaterra	numismática e medalhística	
	648	00648	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 new pence 1968 Inglaterra	numismática e medalhística	
	649	00649	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 new pence 1969 Inglaterra	numismática e medalhística	
	650	00650	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5\$00 - 1969 Portugal	numismática e medalhística	
	651	00651	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 cents. 1973 portugal	numismática e medalhística	
	652	00652	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 liras 1920 Itália	numismática e medalhística	
	653	00653	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 liras 1955 Itália	numismática e medalhística	
	654	00654	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 50 - 1955 Itália	numismática e medalhística	
	655	00655	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 100 - 1957 Itália	numismática e medalhística	
	656	00656	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 50 - 1964 Itália	numismática e medalhística	
	657	00657	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 10 - 1971 Itália	numismática e medalhística	
	658	00658	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 50 - 1973 Itália	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	659	00659	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 100 - 1974 Itália	numismática e medalhística	
	660	00660	NÃO LOCALIZADO		Moeda L 50 - 1975 Itália	numismática e medalhística	
	661	00661	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 centavos 1971 Peru	numismática e medalhística	
	662	00662	NÃO LOCALIZADO		Moeda 5 soles 1978 Peru	numismática e medalhística	
	663	00663	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 peso 1960 Uruguai	numismática e medalhística	
	664	00664	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 pesos 1968 Uruguai	numismática e medalhística	
	665	00665	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 pesos 1968 Uruguai	numismática e medalhística	
	666	00666	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 pesos 1969 Uruguai	numismática e medalhística	
	667	00667	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 pesos 1970 Uruguai	numismática e medalhística	
	668	00668	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centimos 1976 Uruguai	numismática e medalhística	
	669	00669	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centimos 1976 Uruguai	numismática e medalhística	
	670	00670	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centimos 1976 Uruguai	numismática e medalhística	
	671	00671	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1830 Brasil	numismática e medalhística	
	672	00672	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1869 Brasil	numismática e medalhística	
	673	00673	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1869 Brasil	numismática e medalhística	
	674	00674	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1869 Brasil	numismática e medalhística	
	675	00675	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1870 Brasil	numismática e medalhística	
	676	00676	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1871 Brasil	numismática e medalhística	
	677	00677	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1871 Brasil	numismática e medalhística	
	678	00678	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1875 Brasil	numismática e medalhística	
	679	00679	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1880 Brasil	numismática e medalhística	
	680	00680	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1882 Brasil	numismática e medalhística	
	681	00681	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1885 Brasil	numismática e medalhística	
	682	00682	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1889 Brasil	numismática e medalhística	
	683	00683	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1889 Brasil	numismática e medalhística	
	684	00684	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1893 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	685	00685	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	686	00686	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	687	00687	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	688	00688	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	689	00689	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	690	00690	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	691	00691	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	692	00692	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1901 Brasil	numismática e medalhística	
	693	00693	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1903 Brasil	numismática e medalhística	
	694	00694	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1903 Brasil	numismática e medalhística	
	695	00695	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1903 Brasil	numismática e medalhística	
	696	00696	NÃO LOCALIZADO		Moeda 40 réis 1903 Brasil	numismática e medalhística	
	697	00697	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 réis 1918 Brasil	numismática e medalhística	
	698	00698	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1919 Brasil	numismática e medalhística	
	699	00699	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 réis 1919 Brasil	numismática e medalhística	
	700	00700	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 réis 1919 Brasil	numismática e medalhística	
	701	00701	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1920 Brasil	numismática e medalhística	
	702	00702	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1921 Brasil	numismática e medalhística	
	703	00703	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	704	00704	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	705	00705	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	706	00706	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	707	00707	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1923 Brasil	numismática e medalhística	
	708	00708	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	709	00709	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	
	710	00710	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1922 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	711	00711	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1924 Brasil	numismática e medalhística	
	712	00712	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1924 Brasil	numismática e medalhística	
	713	00713	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1924 Brasil	numismática e medalhística	
	714	00714	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2000 réis 1924 Brasil	numismática e medalhística	
	715	00715	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1925 Brasil	numismática e medalhística	
	716	00716	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1925 Brasil	numismática e medalhística	
	717	00717	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2000 réis 1926 Brasil	numismática e medalhística	
	718	00718	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1927 Brasil	numismática e medalhística	
	719	00719	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1927 Brasil	numismática e medalhística	
	720	00720	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1927 Brasil	numismática e medalhística	
	721	00721	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1927 Brasil	numismática e medalhística	
	722	00722	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2000 réis 1928 Brasil	numismática e medalhística	
	723	00723	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1928 Brasil	numismática e medalhística	
	724	00724	NÃO LOCALIZADO		Moeda 100 réis 1928 Brasil	numismática e medalhística	
	725	00725	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1931 Brasil	numismática e medalhística	
	726	00726	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1931 Brasil	numismática e medalhística	
	727	00727	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2000 réis 1934 Brasil	numismática e medalhística	
	728	00728	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2000 réis 1935 Brasil	numismática e medalhística	
	729	00729	NÃO LOCALIZADO		Moeda 300 réis 1936 Brasil	numismática e medalhística	
	730	00730	NÃO LOCALIZADO		Moeda 300 réis 1936 Brasil	numismática e medalhística	
	731	00731	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1936 Brasil	numismática e medalhística	
	732	00732	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1937 Brasil	numismática e medalhística	
	733	00733	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1937 Brasil	numismática e medalhística	
	734	00734	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1937 Brasil	numismática e medalhística	
	735	00735	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1937 Brasil	numismática e medalhística	
	736	00736	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	737	00737	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	
	738	00738	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	
	739	00739	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	
	740	00740	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	
	741	00741	NÃO LOCALIZADO		Moeda 400 réis 1938 Brasil	numismática e medalhística	
	742	00742	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1000 réis 1939 Brasil	numismática e medalhística	
	743	00743	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1939 Brasil	numismática e medalhística	
	744	00744	NÃO LOCALIZADO		Moeda 500 réis 1939 Brasil	numismática e medalhística	
	745	00745	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1940 Brasil	numismática e medalhística	
	746	00746	NÃO LOCALIZADO		Moeda 300 réis 1940 Brasil	numismática e medalhística	
	747	00747	NÃO LOCALIZADO		Moeda 300 réis 1940 Brasil	numismática e medalhística	
	748	00748	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1942 Brasil	numismática e medalhística	
	749	00749	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1942 Brasil	numismática e medalhística	
	750	00750	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1942 Brasil	numismática e medalhística	
	751	00751	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	752	00752	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	753	00753	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	754	00754	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	755	00755	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	756	00756	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	757	00757	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	758	00758	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	759	00759	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	760	00760	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1943 Brasil	numismática e medalhística	
	761	00761	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	762	00762	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	763	00763	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	764	00764	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	765	00765	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	766	00766	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	767	00767	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1942 Brasil	numismática e medalhística	
	768	00768	NÃO LOCALIZADO		Moeda 200 réis 1942 Brasil	numismática e medalhística	
	769	00769	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	770	00770	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	771	00771	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	772	00772	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	773	00773	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	774	00774	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	775	00775	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1944 Brasil	numismática e medalhística	
	776	00776	LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	777	00777	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	778	00778	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	779	00779	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	780	00780	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	781	00781	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	782	00782	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	783	00783	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	784	00784	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	785	00785	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	786	00786	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	787	00787	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	788	00788	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	789	00789	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	790	00790	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	791	00791	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	792	00792	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	793	00793	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	794	00794	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1945 Brasil	numismática e medalhística	
	795	00795	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	796	00796	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	797	00797	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	798	00798	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	799	00799	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	800	00800	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	801	00801	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	802	00802	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	803	00803	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	804	00804	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	805	00805	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	806	00806	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	807	00807	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	808	00808	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	809	00809	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1946 Brasil	numismática e medalhística	
	810	00810	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	811	00811	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	812	00812	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	813	00813	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	814	00814	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	815	00815	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	816	00816	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	817	00817	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1947 Brasil	numismática e medalhística	
	818	00818	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	819	00819	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	820	00820	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	821	00821	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	822	00822	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	823	00823	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	824	00824	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1948 Brasil	numismática e medalhística	
	825	00825	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	826	00826	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	827	00827	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	828	00828	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	829	00829	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	830	00830	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	831	00831	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	832	00832	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	833	00833	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	834	00834	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	835	00835	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1949 Brasil	numismática e medalhística	
	836	00836	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	837	00837	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	838	00838	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	839	00839	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	840	00840	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	841	00841	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	842	00842	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	843	00843	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	844	00844	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	845	00845	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	846	00846	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	847	00847	LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1950 Brasil	numismática e medalhística	
	848	00848	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	849	00849	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	850	00850	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	851	00851	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	852	00852	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	853	00853	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	854	00854	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	855	00855	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	856	00856	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	857	00857	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	858	00858	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1951 Brasil	numismática e medalhística	
	859	00859	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	860	00860	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	861	00861	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	862	00862	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	863	00863	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	864	00864	LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	
	865	00865	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1952 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	866	00866	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	867	00867	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	868	00868	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	869	00869	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	870	00870	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	871	00871	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	872	00872	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	873	00873	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	874	00874	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	875	00875	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	876	00876	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	877	00877	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	878	00878	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	879	00879	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	880	00880	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1954 Brasil	numismática e medalhística	
	881	00881	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1953 Brasil	numismática e medalhística	
	882	00882	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	883	00883	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	884	00884	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	885	00885	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	886	00886	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	887	00887	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	888	00888	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	889	00889	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	890	00890	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	891	00891	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	892	00892	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	893	00893	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	894	00894	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	895	00895	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	896	00896	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1955 Brasil	numismática e medalhística	
	897	00897	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	898	00898	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	899	00899	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	900	00900	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	901	00901	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	902	00902	LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	903	00903	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	904	00904	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	905	00905	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	906	00906	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	907	00907	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	908	00908	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1956 Brasil	numismática e medalhística	
	909	00909	NÃO LOCALIZADO		Moeda 10 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	910	00910	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	911	00911	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	912	00912	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	913	00913	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	914	00914	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	915	00915	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	916	00916	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	917	00917	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	918	00918	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	919	00919	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1957 Brasil	numismática e medalhística	

Nº Processo 13.227/69 CONDEPHAAT	Nº Processo SC 3059/82 - PI - SEC	Nº Livro de Tombo MHPMN	Relatório Diagnóstico 2009	Status 2019*	Descrição sumária	Tipologia**	Observações
	920	00920	LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1957 Brasil	numismática e medalhística	
	921	00921	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1958 Brasil	numismática e medalhística	
	922	00922	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1958 Brasil	numismática e medalhística	
	923	00923	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1958 Brasil	numismática e medalhística	
	924	00924	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1958 Brasil	numismática e medalhística	
	925	00925	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	926	00926	LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	927	00927	NÃO LOCALIZADO		Moeda 20 centavos 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	928	00928	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	929	00929	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	930	00930	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	931	00931	LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	932	00932	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	933	00933	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	934	00934	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	935	00935	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	936	00936	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	937	00937	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	938	00938	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	939	00939	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1959 Brasil	numismática e medalhística	
	940	00940	NÃO LOCALIZADO		Moeda 50 centavos 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	941	00941	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	942	00942	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	943	00943	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	944	00944	LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	945	00945	NÃO LOCALIZADO		Moeda 1 cruzeiro 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	946	00946	NÃO LOCALIZADO		Moeda 2 cruzeiros 1960 Brasil	numismática e medalhística	
	947	00947	NÃO LOCALIZADO		Volume encadernado recortes sobre o Museu de diversos jornais	documento textual	
		00948			1 quadro a óleo - Esperança - autor João Abrahão - pintura guache sobre linho.	artes plásticas	

* Status 2019: foram verificados somente os objetos da exposição de longa duração. Em virtude da pandemia, não foi possível finalizar a conferência.

** Tipologia: utilizamos a classificação dos objetos seguindo as diretrizes do projeto de documentação da SEC, registrado na publicação "Documentação e Conservação de Acervos Museológicos - Diretrizes".

APÊNDICE B –

**Museus Históricos e Pedagógicos:
Lista Completa, em ordem cronológica de publicação dos decretos**

Lista de Museus criados no âmbito da Rede de Museus Históricos e Pedagógicos

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização
1	São José do Rio Pardo	Casa de Cultura Euclides da Cunha		1		1	1	15.961 de 14/08/1946	1946	11/08/2014	24/03/2015	concluído
2	Batatais	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"		2		2	2	26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	1956	28/07/2013	02/04/2015	concluído
3	Campinas	Museu Histórico e Pedagógico "Campos Sales"						26.218 de 03/08/1956 33.980 de 19/11/1958	1956			pendente
4	Guaratinguetá	Museu Histórico e Pedagógico "Conselheiro Rodrigues Alves"						26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	1956			pendente
5	Piracicaba	Museu Histórico e Pedagógico "Prudente de Moraes"				3	3	26.218 de 03/08/1956 - 33.980 de 19/11/1958	1956	22/12/2009	13/12/2017	concluído
6	Capivari	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Cesário Motta Júnior"	1			4	4	30.324 de 10/12/1957	1957	10/12/2012	23/01/2014	concluído
7	Pindamonhangaba	Museu Histórico e Pedagógico "Dom Pedro I e Dona Leopoldina"				5	5	30.324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958	1957	04/12/2013	20/02/2015	concluído
8	Porto Feliz	Museu Histórico e Pedagógico "Das Monções"	2	3				30.324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958 - s/nº de 17/09/1970	1957			pendente
9	Porto Ferreira	Museu Histórico e Pedagógico "Professor Lourenço Filho"		4		6	6	30.324 de 10/12/1957 s/nº de 17/09/1970	1957	08/05/2015	21/12/2015	concluído
10	Santos	Museu Histórico e Pedagógico "Dos Andradas"						30.324 de 10/12/1957 - 33.017 de 02/07/1958 - 33.980 de 19/11/1958	1957			pendente
11	Sorocaba	Museu Histórico e Pedagógico "Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar"						30.324 de 10/12/1957 - 33.980 de 19/11/1958	1957			pendente
12	Casa Branca	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Taunay e Afonso de Taunay"	3	5		7	7	32.203 de 10/05/1958 - 33.980 de 19/11/1958	1958	05/11/2014	23/05/2015	concluído
13	Franca	Museu Histórico e Pedagógico "Imperador D. Pedro II"			1			32.230 de 13/05/1958 - 33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
14	São Paulo	Museu Militar						33.392 de 11/08/1958	1958			pendente
15	Taubaté	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Monteiro Lobato"				8	8	33.909 de 04/11/1958 - 33.980 de 19/11/1958 - 47.940 de 27/04/1967	1958	23/02/2010	20/03/2013	concluído
16	Tietê	Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico "Cornélio Pires"		6		9	9	33.909 de 04/11/1958 - 33.980 de 19/11/1958	1958			pendente

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização
17	Amparo	Museu Histórico e Pedagógico "Bernardino de Campos"	4	7			4	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
18	Andradina	Museu Histórico e Pedagógico "Regente Feijó"	5	8		10	10	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
19	Araraquara	Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"	6	9		11	11	33.980 de 19/11/1958	1958	16/09/2014	15/04/2015	concluído
20	Bauru	Museu Histórico e Pedagógico "Morgado de Mateus"	7	10			5	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
21	Itanhaém	Museu Histórico e Pedagógico "Padre José de Anchieta"			2			33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
22	Itapetininga	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Fernando e Júlio Prestes de Albuquerque"		11		12	12	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
23	Jaú	Museu Histórico e Pedagógico "Jorge Tibiriçá"			3			33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
24	Mogi das Cruzes	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Mauá"	8			13	13	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
25	Penápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Fernão Dias Pais"	9			14	14	33.980 de 19/11/1958	1958	17/08/2015	05/02/2016	concluído
26	Pirassununga	Museu Histórico e Pedagógico "Lourenço Filho"		12		15	15	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
27	Presidente Prudente	Museu Histórico e Pedagógico "Senador Vergueiro"			4			33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
28	Ribeirão Preto	Museu Histórico e Pedagógico "Altino Arantes"			5			33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
29	São Carlos	Museu Histórico e Pedagógico "Cerqueira César"			6			33.980 de 19/11/1958	1958			museu extinto
30	São José do Rio Preto	Museu Histórico e Pedagógico "Dom João VI"		13		16	16	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
31	São Vicente	Museu Histórico e Pedagógico "Martim Afonso de Souza"					6	33.980 de 19/11/1958	1958			pendente
32	Itu	Museu de Arte Religiosa e Música Sacra "Padre Jesuíno do Monte Carmelo"		14		17	17	36.615 de 23/05/1960	1960			pendente
33	Mococa	Museu Histórico e Pedagógico "Marques de Três Rios"	10	15			7	38.628 de 19/06/1961 - 33.623 de 19/06/1961	1961	10/08/2016		em andamento

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização						Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização
34	Rio Claro	Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"	11	16		18	18		40.445 de 23/07/1962	1962			pendente
35	Santana de Parnaíba	Museu Histórico e Pedagógico "Anhanguera"			7				40.444 de 23/07/1962	1962			museu extinto
36	Tatuí	Casa de Paulo Setúbal				19	19		40.754 de 13/09/1962	1962	21/12/2009		pendente
37	Mogi Mirim	Museu Histórico e Pedagógico "Presidente João Teodoro Xavier"	12	17		20	20		40.857 de 29/09/1962	1962	19/04/2018		em andamento
38	São Bernardo do Campo	Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Raposo Tavares"		18		21	21		40.858 de 29/09/1962 - 40.975 de 05/11/1962	1962			pendente
39	Tatuí	Museu Histórico e Pedagógico "Marquez de Monte Alegre"							40.890 de 04/10/1962	1962			pendente
40	Orlândia	Museu Histórico e Pedagógico "Lucas Monteiro de Barros"				22	22		41.161 de 10/12/1962	1962	09/10/2014	01/04/2015	concluído
41	Botucatu	Museu Histórico e Pedagógico "Pe. Vicente Pires de Mota" ("Francisco Blasi")		19				8	42.251 de 27/07/1963	1963	13/09/2016		em andamento
42	Limeira	Museu Histórico e Pedagógico "Major José Levy Sobrinho"	13	20		23	23		42.987 de 26/01/1964	1964	19/02/2020	02/07/2020	concluído
43	São Sebastião	Museu Histórico de Arte Sacra "D. Duarte Leopoldo e Silva"			8				43.039 de 06/02/1964	1964			museu extinto
44	Araçatuba	Museu Histórico e Pedagógico "Marechal Rondon"		21		24	24		44.029 de 04/11/1964	1964	03/08/2016	02/08/2017	concluído
45	Tupã	Museu Histórico e Pedagógico "Índia Vanuêre"	14						46.789-A de 20/09/1966	1966			não será municipalizado
46	Itápolis	Museu Histórico e Pedagógico "Alexandre de Gusmão"		22		25	25		46.795 de 22/09/1966	1966	16/09/2015	02/05/2016	concluído
47	Santo André	Museu Histórico e Pedagógico "Américo Brasiliense"			9				47.185 de 21/11/1966	1966			museu extinto
48	Pinhal (atual Pinhalzinho)	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Vergueiro César"							47.574 de 18/01/1967	1967			pendente
49	São João da Boa Vista	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Armando Salles de Oliveira"		23		26	26		47.577 de 18/01/1967	1967			pendente
50	Caçapava	Museu Histórico e Pedagógico "Ministro José de Moura Resende"		24		27	27		47.624 de 23/01/1967	1967			pendente

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização						Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização
51	São Roque	Museu Histórico e Pedagógico "Barão de Piratininga"			10				47.678 de 27/01/1967	1967			museu extinto
52	Ubatuba	Museu de Pesca de Ubatuba			11				47.694 de 30/01/1967	1967			museu extinto
53	Embu	Museu Histórico, Folclórico e Artístico "Luiz Gonzaga"	15					9	49.307 de 13/02/1968	1968			pendente
54	Monte Mor	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Carlos de Campos"	16	25		28	28		49.351 de 29/02/1968	1968	25/11/2015	26/07/2020	concluído
55	Lorena	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Arnolfo Azevedo"			12				50.665 de 05/11/1968	1968			museu extinto
56	Santa Rita do Passa Quatro	Museu Histórico e Pedagógico "Zequinha de Abreu"				29	29		51.370 de 05/02/1969	1969			pendente
57	Catanduva	Museu Histórico e Pedagógico "Governador Pedro de Toledo"		26		30	30		51.782 de 07/05/1969	1969			pendente
58	Dumont	Museu Histórico e Pedagógico "Santos Dumont"	17	27		31	31		52.019 de 11/06/1969	1969			pendente
59	Pirapozinho	Museu Histórico e Pedagógico "Cacique Tibiriça"		28		32	32		52.020 de 11/06/1969	1969			pendente
60	Ourinhos	Museu Histórico e Pedagógico "Antônio Carlos de Abreu Sodré"							52.034 de 12/06/1969	1969			pendente
61	Brodowski	Museu Casa de Portinari							52.126 de 02/07/1969* s/n° de 08/04/1970	1969			não será municipalizado
62	Cruzeiro	Museu Histórico e Pedagógico "Major Novais"				33	33		s/n° de 24/09/1969	1969			pendente
63	Piraju	Museu Histórico e Pedagógico "Ataliba Leonel"			13				s/n° 08/10/1969	1969			museu extinto
64	Votuporanga	Museu Histórico e Pedagógico "José Vieira Couto de Magalhães"			14				s/n° de 14/10/1969	1969			museu extinto
65	Lins	Museu Histórico e Pedagógico "Presidente Albuquerque Lins"			15				s/n° de 27/11/1969	1969			museu extinto
66	São Joaquim da Barra	Museu Histórico e Pedagógico "Barão de Pinto Lima"		29		34	34		s/n° de 21/01/1970	1970			pendente
67	São Manuel	Museu Histórico e Pedagógico "Padre Manoel da Nóbrega"				35	35		s/n° de 25/03/1970	1970			pendente

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização					Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização	
68	Avaré	Museu Histórico e Pedagógico "Saldanha Marinho" (Anita Ferreira de Maria)		30		36	36		s/nº de 05/06/1970	1970	22/05/2015	03/05/2016	concluído
69	Mogi Guaçu	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Sebastião José Pereira" (Museu Histórico Municipal "Hermínio Bueno")	18	31		37	37		s/nº de 30/07/1970	1970			pendente
70	Bilac	Museu Histórico , Pedagógico e Literário "Olavo Bilac"			16				s/nº de 11/09/1970	1970			museu extinto
71	São José do Rio Pardo	Museu Histórico e Pedagógico "General Francisco Glycério"			17				s/nº de 11/09/1970	1970			museu extinto
72	Bananal	Museu Histórico e Pedagógico "Barão Homem de Melo"			18				s/nº de 28/09/1970	1970			museu extinto
73	Areias	Museu Histórico e Pedagógico "D. Matheus de Abreu Pereira"			19				s/nº de 28/10/1970	1970			museu extinto
74	Cachoeira Paulista	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Costa Júnior"				38	38		s/nº de 28/10/1970	1970			pendente
75	Guarulhos	Museu Histórico e Pedagógico "Conselheiro Crispiniano"			20				s/nº de 28/10/1970	1970			museu extinto
76	Serra Negra	Museu Histórico, Artístico, Folclórico e Pedagógico			21				s/nº de 23/12/1970	1970			museu extinto
77	Americana	Museu Histórico e Pedagógico "Dr. João da Silva Carrão"	19	32		39	39		s/nº de 20/01/1971	1971			pendente
78	Diadema	Museu Histórico e Pedagógico "João Ramalho"			22				s/nº de 17/02/1971	1971			museu extinto
79	Jundiaí	Museu Histórico e Pedagógico "Visconde de Parnaíba"			23				s/nº de 11/03/1971	1971			museu extinto
80	São Luiz do Paraitinga	Museu Histórico e Pedagógico "Oswaldo Cruz"				40	40		s/nº de 11/03/1971	1971			pendente
81	Vinhedo	Museu Histórico e Pedagógico "Pereira Barreto"			24				s/nº de 11/03/1971	1971			museu extinto
82	Itapira	Museu Histórico e Pedagógico "Comendador Virgolino de Oliveira"				41	41		1.015 de 02/02/1973	1973	02/03/2020		em andamento

Nº Total	Municípios	Museus	Decretos municipalização/regularização	Decreto de autorização de instalação/criação	Ano de criação (com base no decreto)	Data da audiência pública	Data de assinatura do termo de doação	Status do processo de municipalização
			19	Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO II - Autoriza celebração de convênio visando transferência da administração dos museus para os municípios.				
			32	Decreto Nº 39.395, de 19 de outubro de 1994 - Altera Anexo II do Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 .				
			24	Decreto Nº 38.947, de 26 de julho de 1994 - ANEXO III - Ficam extintos os museus constantes neste anexo.				
			41	Decreto Nº 44.735, de 03 de março de 2000 - Autoriza a doação, a Municípios Paulistas, dos acervos dos museus pertencentes à Secretaria da Cultura, localizados no interior do Estado de São Paulo.				
			41	Lei Nº 13.209, de 29 de setembro de 2008. - Autoriza a doação do acervo dos museus do estaduais aos municípios onde se localizem, retroagindo a 3 de março de 2000.				
			9	Decreto Nº 61.906, de 04 de abril de 2016 - Autoriza a doação do acervo de museus estaduais aos municípios onde se localizem				